

# REVISTA ÁFRICA(S)

V. 10 N. 20 (2023)

## DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO,

GUERRAS E CONFLITOS EM ÁFRICA

HAMILTON MATSIMBE  
MANUEL COCHOLE PAULO GOMANE

# Revista África(s)

**Volume 10, n. 20, Jul – Dez, 2023.**

Revista África(s)

Núcleo de Estudos Africanos – NEA

Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África - Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus II, Alagoinhas.

Grupo de Estudos África do Século XX – História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Núcleo de Estudos Africanos e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

*Editor geral:*

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

*Editoração eletrônica:*

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Me. Fredson Timbira Dias dos Santos

*Revisão linguística:*

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Profa. Susanne Guimarães Fialho

Prof. Me. Fredson Timbira Dias dos Santos

*Design da capa:*

Profa. Susanne Guimarães Fialho

*Sítio de internet:*

[www.revistas.uneb.br](http://www.revistas.uneb.br)

[www.revistas.uneb.br/index.php/africanas](http://www.revistas.uneb.br/index.php/africanas)

Ficha Catalográfica — Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Núcleo de Estudos Africanos — NEA

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África

Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas — BA

Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139

Endereço eletrônico: [estudosaffricanosuneb@gmail.com](mailto:estudosaffricanosuneb@gmail.com)

África(s): Revista do Núcleo de Estudos Africanos e do Programa de Pós-Graduação em

Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do Estado da Bahia - v1,

v.; il. Semestral ISSN 2446-7375 online

© 2023 do Núcleo de Estudos Africanos da UNEB

*Revista África(s)*, do Núcleo de Estudos Africanos e do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus

Editores:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Conselho científico:

Amarino Queiroz (UFRN)

Bas'Ilele Malomalo (UNILAB/CE)

Carlos Liberato (UFS)

Celeste Maria Pacheco de Andrade (UNEB, UEFS)

Christian Muleka Mwema (UNISUL)

Eduardo de Assis Duarte (UFMG)

Elio Ferreira (UESPI)

Elio Flores (UFPB)

Eliziário Souza Andrade (UNEB)

Felix Odimiré (University Ife/Nigeria)

Flavio García (UERJ)

Flávio Gonçalves dos Santos (UESC)

Gema Valdés Acosta (Universidad Central de Las Villas – UCLV/Cuba)

Ibrahima Thiaw (Institut Français d'Afrique Noire – Ifan/UCAD/Senegal)

Jacques Depelchian (UEFS)

João José Reis (UFBA)

João Lopes Filho (Universidade Pública de Cabo Verde)

Júlio Cláudio da Silva (UEA/ AM)

Jurema Oliveira (UFES)

Leila Hernandez (USP)

Lourdes Teodoro (UNB)

Luiz Duarte Haele Arnaut (UFMG)

Mamadou Diouf (UCAD/Senegal; Columbia University/EUA)

Marta Cordiés Jackson (Centro Cultural Africano Fernando Ortiz/Cuba)

Mônica Lima (UFRJ)

Patricia Teixeira Santos (UNIFESP)

Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini - UFTM

Rosilda Alves Bezerra (UEPB)

Roland Walter (UFPE)

Severino Ngoenha (Universidade São Tomás de

Moçambique – USTM)

Tânia Lima (UFRN)

Yeda Castro (UNEB)

Youssef Adam (Universidade Eduardo Mondlane/ Moçambique)

Venétia Reis (UNEB)

Zilá Bernd (UFRGS, Unilasalle)

## Coordenação:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima  
(UNEB/DEDC II)

## Docentes:

Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;  
Celeste Maria Pacheco Andrade (Doutora) DEDC II UNEB;  
Detoubab Ndiaye (Doutor) DEDC II UNEB;  
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDC II UNEB;  
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDC II UNEB;  
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDC II UNEB;  
Joselito Brito de Almeida (Mestre) DEDC II UNEB;  
Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;  
Ercílio Neves Brandão Langa (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;  
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;  
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

## Apoio:

Universidade do Estado da Bahia — UNEB

Reitora: Profa. Dra. Adriana Marmori Lima

Vice-Reitora: Profa. Dra. Dayse Lago de Miranda

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski

Diretor do DEDC II: Aldrin Armstrong Silva Castellucci

# EDITORIAL

Celebrando as dificuldades e os êxitos, festejando os apoios e lamentando as recusas, eis que mais uma vez emerge África(s) com número especial contendo o dossiê Desafios de desenvolvimento, guerras e conflitos em África. Em suas páginas, como de costume, desfilam autores angolanos, moçambicanos e brasileiros, instilando sapiência em seus textos profícuos e que nos trazem questões advindas de pesquisas robustas.

## Comitê Editorial Executivo

**Alexandre Antônio Timbane**  
**Ivaldo Marciano de F. Lima**  
**Rodrigo Castro Rezende**

Neste número, África(s) traz o dossiê acima mencionado, que discute questões acerca do grave problema vivido pelos povos moçambicanos, especialmente aqueles que vivem no norte do país, além de artigos que não integram o dossiê, mas abrilhantam o número de forma especial. Há um conflito em curso, com mortes, deslocamentos de famílias, sofrimentos e tristezas... Qual a causa deste conflito que ocorre em Moçambique? Seria uma insurgência movida por questões religiosas, explicada por aspectos da história recente? Ou estamos diante de uma conspiração provocada para deslocar famílias e assim ter o território livre para ser explorado pelos grupos econômicos? Seria então algo com raízes na história, anterior ao processo da independência moçambicana? Seja quais forem as respostas, o dossiê lança as bases para que o leitor e a leitora possam iniciar suas pesquisas, e quem sabe seguir a trilha aqui proposta.

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Além do dossiê já citado, e que será melhor explicado no texto de sua apresentação, este número de África(s) traz quatro artigos e uma resenha. O artigo intitulado “**Da instauração equivocada de práticas “tradicionais” dos a-makhuwa à contemporização aos postulados políticos (pós)-modernos**”, de autoria do genial Martinho Pedro, discute um conjunto de provérbios dos a-makhuwa e de como estes indicam práticas e costumes culturais sofisticados, que em nenhum momento devem ser compreendidos como inferiores aos aspectos da cultura disposta e existente no ocidente.

Como de costume (sem receio de repetir esta palavra), Martinho Pedro constrói argumentos com magistral robustez teórica, de profunda e sofisticada substância para demonstrar aspectos culturais dos a-makhuwa. Vale a pena a leitura!

Ainda em Moçambique, mas com os pés e a mente voltados para Zimbabwe, África do Sul e Namíbia, Roberto Momade Preto nos traz um excelente artigo, intitulado “**Visão holística e integrada de Samora Machel sobre a paz e segurança na África austral**”, demonstrando algumas das intervenções feitas pelo saudoso presidente moçambicano no processo de emancipação dos países vizinhos. Com argumentos bem construídos, apoiados em poderosa intuição, Roberto Momade Preto nos mostra alguns detalhes da tessitura do processo em que Samora Machel contribuiu decisivamente para por fim aos resquícios do colonialismo na região austral do continente africano. O autor também mostra como as lideranças dos Estados nacionais que constituem a SADC reforçaram o papel protagonista de Samora Machel, deslindando para que a região dispusesse das feições atuais. Que a memória de Samora Machel seja celebrada, e que os povos do Zimbabwe e de Moçambique festejem o que foi colhido em sementeira tão adusta.

Outro autor que desfila nas páginas de África(s) é o não menos genial José Fernando de Matos, em seu belo artigo intitulado “**Angola: paz, democracia e desenvolvimento humano**”. Antes de tecer breves linhas a respeito deste artigo, importa destacar que quando conheci este autor, em sua banca de defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, ouvi do mesmo a frase “como fazer para publicar um artigo na revista África(s)?” Ele, Fernando, informou que nossa revista é muito lida na querida terra das palancas negras, e que um dos seus sonhos era ver seu artigo estampado em nossas páginas. Este momento, ocorrido no não muito distante ano de 2019, mostra como o tempo passa... José Fernando era então um jovem discente da graduação, defendendo seu TCC, que à época discutia sobre o conceito de desenvolvimento e de como este se processava no seu país, Angola. Após este momento, tão rico e fecundo, José Fernando já estudou em nosso humilde Programa de Pós-Graduação lato sensu, tornando-se especialista em Estudos Africanos, e já defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia, na UFBA. José Fernando é a prova viva de jovens talentos que estão se construindo intelectualmente, e que voltarão para Angola com boas respostas para este tão belo e querido país que ainda sofre os efeitos da guerra que acometeu os povos angolanos no processo pós independência.

Em seu artigo, acima citado, José Fernando discute acerca do desenvolvimento humano em Angola e tece liames deste conceito com as questões alusivas à qualidade de vida dos homens e mulheres que vivem no país. Não há como medir desenvolvimento humano sem levar em conta os indicadores relacionados com educação e saúde. José Fernando inova como homem

das ciências econômicas, ao mesmo tempo que enche de orgulho este editor, que em algum momento pôde dispor e aprender com tão genial e erudito intelectual. Que José Fernando seja exemplo para outros jovens angolanos! Aqui tens teu primeiro artigo publicado em nossas páginas!!!

Fechando a parte dos artigos que integram o número, Everton Nery Carneiro, um dos mais profícuos estudiosos e intelectuais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também está estreando em nossas páginas. Seu artigo, intitulado “**Oposições políticas nos PALOP’S: uma análise de trajetórias e desafios democráticos**”, discute a respeito dos contextos políticos eleitorais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP’s), e das oposições existentes nos mesmos. O autor sugere que os contextos políticos dos PALOP’s possuem grande complexidade, e com magistral desenvoltura sugere caminhos que podem ser percorridos por estes países. Que este seja o primeiro de muitos artigos de Everton Nery Carneiro, e que seu nome seja celebrado em nossas páginas!

Por fim, fechando com chave de ouro, temos alguém que já é velho conhecido dos leitores de África(s), mas que agora aparece em nossas páginas como um jovem doutor em História. Yuri Manuel Francisco Agostinho, professor da Universidade de Luanda, é também alguém que consegue arrancar algumas lágrimas de orgulho e felicidade deste missivista que agora tece estas linhas. Recentemente, no também não muito distante ano de 2018, o jovem e dedicado Yuri Manuel Francisco Agostinho, era alguém que estava em busca de um programa de pós-graduação em História, como forma de dar continuidade às suas pesquisas e estudos. Yuri Agostinho já dispunha de questões que envolviam aspectos do urbanismo e de como Luanda foi pensada ainda no período colonial. Passados alguns anos, Yuri Agostinho, doravante Dr. Yuri Agostinho, retorna às nossas páginas com uma resenha sobre o livro organizado por Paul Tiyambe Zeleza e Dickson Eyoh, intitulado “Encyclopedia of Twentieth-Century African History”. Dr. Yuri Agostinho mostra como os autores analisam a historiografia do continente africano e de como esta reflete o desenvolvimento desta área do conhecimento entre os homens e mulheres nascidos em África. Aqui fica o orgulho em ler esta resenha, sabendo que a mesma pode contribuir com novos jovens que desejem investigar outras questões da história do continente.

Enfim, novos desafios, velhos problemas e variadas respostas constituem a vida, e com ela o caminhar daqueles que fazem este periódico persistir e continuar existindo. Vida longa aos leitores e leitoras, e que estas páginas vos inspirem com sapiência e afeto, sem abrir mão do rigor e da boa e velha ciência. África precisa disto, e os brasileiros também. Boa leitura!

**Ivaldo Marciano de França Lima**

**Editor geral**



**Hamilton Matsimbe**  
**Manuel C. P. Gomané**

# DOSSIÊ: DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO, GUERRAS E CONFLITOS EM ÁFRICA

**Hamilton Matsimbe**<sup>1</sup>  
**Manuel Cochole Paulo Gomané**<sup>2</sup>

Os últimos anos da década de 1970 foram marcados por profundas transformações no sistema econômico e na geopolítica internacional, com profundas implicações para África. A crise e o posterior colapso da União Soviética, não só contribuíram para o fim da Guerra fria, como também criaram condições para o avanço do capitalismo nos países de forte influência soviética e, portanto, de economias socialistas e mais centralizadas. Assim, nos países africanos (majoritariamente de orientação marxista leninista), a partir dos anos 1980, a então Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) foi se tornando cada vez mais efetiva. A implementação de políticas neoliberais, já em curso noutras partes do mundo, não somente atingiu o continente como também se generalizou. A implicação imediata foi a integração econômica de países da África, à semelhança da Ásia e Leste europeu.

Neste processo, os países da África subsahariana, recém independentes, além de não mais poderem se beneficiar efetivamente do apoio financeiro da União soviética (já em crise),

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

---

<sup>1</sup> Professor Assistente na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), Departamento de Arqueologia e Antropologia; Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. [hamilton45@rocketmail.com](mailto:hamilton45@rocketmail.com)

<sup>2</sup> Professor Assistente na Universidade Save (Moçambique); Professor Substituto no Instituto Federal Bahiano – Campus Guanambi (Brasil); Doutorando pela Universidade Federal da Bahia. [manuelcochol@gmail.com](mailto:manuelcochol@gmail.com)

para a transição e estabilização política, na década de 1970, estavam, na maior parte das economias domésticas, mergulhadas na crise econômica e financeira (ARRIGHI, 2002). Igualmente, durante esta década e subsequentes, desastres naturais condicionaram a produção agrícola, um importante ativo econômico e base das economias dos países africanos. Este fator, combinado à alta de preços do petróleo, em 1973, devidos à guerra de *Yom Kippur* (Israel contra Egito e Síria), a queda no preço das commodities, precipitaram os países para uma crise na balança de pagamentos, endividamento insustentável e dependência extrema (CASTELBRANCO, 1994; BOND; DOR, 2003; MATSIMBE, 2019).

Esta vulnerabilidade aos “choques” climáticos e “flutuações” no mercado internacional e, obviamente a dependência dos países africanos ao financiamento externo (sobretudo de países capitalistas ocidentais), a partir dos anos 1980 e subsequentes, não evitou que o “remédio mágico” para ineficácia e ineficiência dos países em crise, passasse exclusivamente pelo Ajustamento Estrutural de suas economias (ANDERSON, 1995; HANLON, 1997). As instituições de *Bretton Woods*, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), “animadas” com os resultados do Plano Marshal, não apenas se colocaram na vanguarda do processo, como também foram se consolidando como principais agências multilaterais de apoio econômico e financeiro no continente africano.

Em termos práticos, estas instituições, inspiradas em políticas neoliberais, prepararam os pacotes econômicos visando promover a transição de economias centralizadas e de orientação marxista leninista para liberalização econômica. Quer dizer, as economias de muitos países africanos deviam passar por um processo de privatizações e de redução do papel do Estado (se não o afastamento total) na direção das economias. Significa, pois, que, enquanto os preços passaram a ser definidos pelo mercado, ao Estado apenas cabia a sua regulação (BROCHMANN; OFSTAD, 1990 apud OPPENHEIMER, 2006, p.28).

Entretanto, as instituições de *Bretton Woods* não podiam atuar isoladas. Nesta “gigantesca empreitada” de reajustamento das economias, considerada parte fulcral da estratégia da Nova Ordem Econômica, o Banco Mundial e FMI contaram com agências (inter) governamentais e Organizações Não-governamentais (ONG’s) de países ocidentais, apoiando o complexo processo de reformas (XABA, 2015). Em muitos países africanos, a implementação destas reformas, além das adversidades do mercado internacional e de desastres naturais atrás mencionadas, coincidiu com guerras e conflitos étnicos e religiosos ativos desde o período de independências, que condicionaram a efetiva implementação dos pacotes (MATSIMBE, 2022).

Na verdade, os países colonizadores nunca aceitaram “abandonar” a África. É por isso que Kwame Nkrumah, na década de 1960, sempre fez questão de denunciar o neocolonialismo. Mas, também Samir Amin fê-lo nas décadas seguintes. As guerras, conflitos étnicos e religiosos

que se seguiram às independências, mas também a neoliberalização e a consequente hegemonia das ONGI’s e das multinacionais têm que ser vistos nesta perspectiva, em África. O artigo de Hamilton Matsimbe “*Conflitos pós-coloniais e mobilização internacional em África*” procura fazer esta leitura. Afinal, de acordo com o autor a “imagem comum” de guerras e conflitos na África pós colonial, no contexto de uma fraca resposta interna dos governos, justificaram a mobilização internacional, sobretudo através do agências (inter) governamentais, Banco Mundial, FMI e o braço operacional – ONGI’s.

Este argumento é retomado no artigo “*Liberdade, igualdade e fraternidade só na França - análise da crise política com os países da África ocidental*” de Tomás Fuel e José Matonse. A partir dos golpes de estado recentemente verificados nas antigas colônias francesas, nomeadamente Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali, é possível conjecturar sobre o esforço da França em coartar as liberdades para se manter nos países. Os acordos econômicos e militares celebrados, conferindo primazia à antiga metrópole na exploração de recursos naturais, contratação de obras públicas e intervenção militar, em caso de conflitos, mas também a zona monetária homogênea (do Franco CFA), indiciam a neocolonização. Estes autores mostram que o recurso aos golpes de Estado pode ter sido a estratégia mais eficaz para a cessação dos acordos e reconquista da liberdade do uso dos recursos naturais, na prática sob tutela da França, sua antiga metrópole.

Assegurar a exploração dos recursos naturais como parte da luta para a sobrevivência das potências ocidentais no sistema internacional onde o mercado é cada vez mais exigente e globalizado, em grande parte, explicam esta perspicaz mobilização internacional para África. Neste sentido, o artigo de Chapane Mutiua, constitui um alerta e um “apelo vigoroso” à comunidade científica e demais intelectuais para que se atentem às visões estereotipadas sobre os conflitos em África, com especial atenção aos acontecimentos de Cabo Delgado, Norte de Moçambique. O título é demasiadamente sugestivo, “*Identities: “um bicho papão” para as sociedades do norte de Moçambique?*”

Segundo Mutiua, as identidades étnicas e religiosas são apontadas por vários estudos como principais catalisadores da violência que assola a região norte de Moçambique, com epicentro em Cabo Delgado. Entretanto, os principais momentos e elementos históricos das sociedades e suas contribuições na configuração das relações sociais ali estabelecidas não corroboram com tal visão, se constituindo apenas como um complexo “bode expiatório” se analisadas a partir da história de intercâmbios culturais que forjou o xadrez etnográfico da região.

Diz um provérbio Changane: “*Akutsama kusuhi nisimintela ahikufa*” (ou seja, morar perto do cemitério, não é sinônimo de morte). A tradução feita é contraindicada por Paulin

Houtoundji, não passa de traição. Que a terra lhe seja leve! Os portugueses, numa flagrante imitação da filosofia grega, também diriam “*parecer não é ser*”. É talvez este o sentido que Chapane Mutua pretende atribuir aos acontecimentos do norte de Moçambique. O autor refresca-nos a memória, afirmando que os processos de construção do Estado moderno em Moçambique, que se iniciam com a colonização e culminam com a luta pela independência, foram marcados por violência, exclusão e marginalização de uns aos outros. Por quê não avançamos para a exploração desta perspectiva?

A terminar a apresentação do dossiê, Virgílio Cossa e Fidel Terenciano, com “*Parcerias eficazes para um desenvolvimento econômico local pós-conflito: o caso da Organização Internacional para as Migrações “OIM” em Moçambique (2019-2021)*”, não apenas se alinham com o princípio de utilidade pública das ONG’s em contexto pós-conflitos, como também procuram dar sentido às parcerias público-privado, na prossecução do interesse público. Mais uma vez, a província de Cabo Delgado aparece como um campo apropriado para ensaiar tais experiências. Nisto tudo, duas são as lições: (1) que apesar de ambíguas na sua atuação, as ONG’s são “parceiros incontornáveis” em contextos de crise. É nossa responsabilidade um melhor aproveitamento; (2) que para as grandes potências conseguirem os recursos de que precisam para sua sobrevivência e manutenção, tudo farão. Aí, as guerras e os conflitos (sejam étnicos, religiosos, políticos ou de outra natureza) jamais faltarão.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.11-23, 1995.

ARRIGHI, G. “The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects”. **New Left Review**, 15 may /june, p.5-36, 2002.

BOND, P.; DOR, G. “**Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa**”. **Discussion Paper for the Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET)**, 2003.

CASTEL-BRANCO, C.N. (ORG). **Moçambique, perspectivas de desenvolvimento**. Maputo: FEE-UEM, 1994.

HANLON, J. **Paz sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 1997.

MACAMO, E. E se África rejeitasse os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Publico*, 1 de agosto de 2019, disponível em: <https://www.publico.pt/2019/08/01/mundo/opiniao/africa-rejeitasse-objetivos-desenvolvimento-sustentavel-1881616>, Acesso: 21/06/2023.

MATSIMBE, H. “Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI’s na Africa Subsahariana, 1960-1990”. **Dimensões**, v. 43, jul.-dez, p.11-27., 2019.

MATSIMBE, H. “Emergência de ONGs internacionais em Moçambique, 1983 – 2000”. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, vol. 19, n. 39, p. 231-251, 2023.

OPPENHEIMER, J. **Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural: Ajuda, Crescimento e Pobreza**. Lisboa: IPADE, 2006.

PAVIA, J. “A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead”. S/l. s/d.

XABA, T. From public-private partnerships to private–public stick’em ups! NGOism, neoliberalism, and social development in post-apartheid South Africa. **International Social Work**, vol. 58, n.2, p.309-319, 2015.

# CONFLITOS PÓS-COLONIAIS E MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL EM ÁFRICA

## POST-COLONIAL CONFLICTS AND INTERNATIONAL MOBILIZATION IN AFRICA

---

**RESUMO:** Os conflitos pós-coloniais, por vezes deflagrados em guerras, foram a imagem comum dos países africanos independentes a partir de 1960. As divergências políticas e os conflitos étnico-raciais mal resolvidos em nome do objetivo supremo da soberania, com a independência alcançada, tornaram-se novos focos de instabilidade. A combinação desses fatores com as dificuldades econômicas subsequentes e a resposta letárgica dos Estados deflagrou guerras e abriu espaço para a interferência das potências colonizadoras. O artigo argumenta que, em África, o não governamental não veio por acaso, mas acompanhado de problemas socioeconômicos concretos que afetaram os estados, recém-independentes, no continente. A partir de alguns exemplos, descrevemos o impacto do retorno das potências através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, especialmente as ONG's internacionais.

**HAMILTON MATSIMBE**

**PALAVRAS-CHAVE:** África; Independência; Conflitos; ONGs.

---

**ABSTRACT:** Post-colonial conflicts, sometimes erupting into wars, were the common image of independent African countries from 1960 onwards. Unresolved political differences and ethnic-racial conflicts in the name of the supreme objective of sovereignty, with independence achieved, became new sources of instability. The combination of these factors with subsequent economic difficulties and the lethargic response of the States sparked wars and opened space for the interference of colonial powers. The article argues that in Africa, the non-governmental did not come by chance, but accompanied by concrete socioeconomic problems that affected the newly independent states on the continent. Based on some examples, we describe the impact of the return of powers through the World Bank and the International Monetary Fund, especially international NGOs.

**KEYWORDS:** Africa; Independence; Conflicts; INGOs.

# CONFLITOS PÓS-COLONIAIS E MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL EM ÁFRICA

Hamilton Matsimbe <sup>1</sup>

## Conflitos pós-coloniais na África subsaariana <sup>2</sup>

A luta travada pela soberania política, no final da década de 1950 e no início dos anos 1960, conduziu à independência da maioria dos países, com exceção das colônias portuguesas e dos regimes de minoria branca (sul-africano e rodesiano), que o fizeram tardiamente. A eficácia e eficiência com que muitos dos movimentos nacionalistas foram dirigidos, assim como a correta definição dos objetivos e das estratégias de luta a serem aplicadas foram decisivas. Contudo, em vários países existiam problemas político-econômicos e divergências étnicas e raciais que, durante o período de luta contra o colonialismo, não foram abordados adequadamente, constituindo fontes de novos conflitos.

Após as independências, esses problemas se acentuaram e, em países onde não houve consensos políticos, tornaram-se fontes de novos conflitos, deflagrando guerras. As antigas colônias portuguesas podem ser ilustrativas. Em Angola, o impasse político entre Jonas Savimbi da UNITA e Agostinho Neto (mais tarde com José Eduardo dos Santos) do MPLA, após os acordos de Alvor, conduziu o país a uma guerra prolongada que acabou apenas em 2002. Em Moçambique, a guerra que eclodiu em 1976, entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), terminou apenas com os Acordos Gerais de Paz (AGP), em 1992 (MINTER, 1998). Contudo, até hoje prevalecem focos de instabilidade político-militar. Da mesma forma, a instabilidade política na Guiné-Bissau, além dos golpes de 1980, 1998, 2003 e 2012, não permite a governabilidade do país. Esses conflitos políticos, misturados com fortes questões étnicas, tiveram impactos em suas respectivas economias e, conseqüentemente, no tecido social.

Além disso, as potências europeias, expurgadas da cena política e na gestão da soberania dos países emergentes, nunca perderam a oportunidade de interferir e tirar proveito desses conflitos. Afinal, desde a década de 1930, a África representou estrategicamente um espaço de recuperação das economias ocidentais. Contudo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial relançou

---

1 Professor Assistente na Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), Departamento de Arqueologia e Antropologia; Licenciado em História (2008), Mestre em História de Moçambique e África Austral (2015) e Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2023). [hamilton45@rocketmail.com](mailto:hamilton45@rocketmail.com)

2 A África subsaariana é uma região cultural, econômica e socio politicamente complexa. Não se pretende, neste artigo, aprofundar o debate dos países que integram a região singularmente mas, somente buscar a partir de experiências de alguns países, exemplos que permitam leituras comuns e uma compreensão genérica sobre o fenômeno de mobilização Internacional no continente, mormente a atuação de ONGI's. A referência a alguns destes países é uma questão metodológica e não pretende eliminar as particularidades que caracterizam os contextos nacionais e locais.

a importância estratégica da África, não apenas como produtora de matérias-primas, mas também para investimentos, principalmente na indústria, construção civil e produção agrícola. “A ênfase no além-mar foi colocada na necessidade de reformas econômicas - baseadas em investimentos produtivos, centralizados nos domínios energético e mineral” (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 340). Apenas para elucidar as transformações ocorridas, a França, ao agrupar suas colônias na União Aduaneira (1938), através do Fundo de Investimento para Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), ampliou, em 1946, seus investimentos na África. Em 1940, a Inglaterra revogou, por ampliação, a Lei de Desenvolvimento Colonial, de 1929, pela Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar Social das Colônias, de 1940, e a Bélgica enveredou pelo "paternalismo", principalmente na indústria mineira de Katanga. A situação de Portugal é descrita por COQUERY-VIDROVITCH:

Quanto ao Portugal de Salazar, em 1933, ele se engajara na via de um corporativismo colonial, estreitamente controlado pelo Estado, e estendera às colônias, em 1937, a organização social e econômica metropolitana, baseada em um planejamento autoritário (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 338).

Estes investimentos também permitiram a realização de grandes obras com recurso a empréstimos metropolitanos, transformando a África em mercado alternativo aos produtos europeus. No caso de Moçambique, esses investimentos ocorreram na década de 1950, sob pretexto de modernização da situação colonial e em resposta à pressão internacional para descolonização. Mais tarde, assegurar esses investimentos, muitas vezes significou atos de sabotagem e/ou de subversão colonial que, sempre que possível, continuaram aplicando a famosa estratégia de “dividir para reinar”. Nos casos acima expostos, mais do que questões internas, os conflitos foram caracterizados por cruzamento de interesses, nomeadamente coloniais, socialistas (cubanos e soviéticos) e capitalistas (americanos) e do apartheid na África do Sul. A ameaça regional ao desejo sul-africano de manutenção do apartheid e da administração da Namíbia justificou os atos de desestabilização em Moçambique e Angola (MINTER, 1998; CHANAIWA, 2010; COQUERY-VIDROVITCH, 2010).

Não caberia aqui apresentar e discutir todos os casos do continente, pois, além da complexidade, extravasam os objetivos do trabalho. Não obstante as Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) existirem e atuarem desde o tempo colonial, sua proliferação na África Subsaariana foi sempre justificada pela necessidade de ações de assistência humanitária em face dos conflitos violentos e de guerras em vários países. Na África Austral, esses fatores são acrescidos à queda da produção e da produtividade resultantes de estiagens e de secas prolongadas, num contexto de choques econômicos internacionais que, entre outras



consequências, afetaram sobremaneira o preço das commodities (COQUERY-VIDROVITCH, 2010).<sup>3</sup>

Um dos conflitos que tem mobilizado a Comunidade Internacional na África e, por consequência, as ONGIs, devido à duração e magnitude dos impactos socioeconômicos causados nas regiões central, oriental e austral da África, é o da República Democrática do Congo (RDC). Este conflito, iniciado desde os tempos da revolução congoleza, tornou-se o mais complexo, uma vez que suas causas e efeitos estão vinculados à região. No contexto da região austral da África, o conflito na RDC, embora não seja o único, reveste-se de relativa importância, também porque se conecta aos conflitos étnicos que, não suficientemente abordados durante o período de tutela belga e da supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU), não apenas contribuíram para propagar o ódio na região, mas também deflagraram o genocídio de Ruanda em 1994. Este genocídio, que resultou em cerca de 500 mil mortos em 10 dias, representou uma das maiores catástrofes humanitárias na África Oriental, obrigando a Comunidade Internacional, através da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), a ajudar na pacificação e na supervisão da transição do país (MATSIMBE, 2019, p.14).

Em Ruanda, os processos de desmobilização e reintegração, enquanto etapas da pacificação, implicam ações de restabelecimento da confiança entre os contendores e uma adequada resposta humanitária, muitas vezes confiadas às ONGIs e às agências das Nações Unidas. A Resolução 925/1994 do Conselho de Segurança da ONU, que estende a UNAMIR até 9 de junho de 1995, considerando o trabalho humanitário e de assistência dessas organizações em Ruanda, manifestou-se nos seguintes termos:

“Louva os esforços dos Estados, agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais que prestaram assistência humanitária e outras e incentiva-os a continuar e aumentar essa assistência, particularmente em Ruanda.”<sup>4</sup>

Estes não foram os únicos conflitos africanos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) mostra que o mundo pós-Segunda Guerra Mundial esteve envolvido em diferentes conflitos, a maioria dos quais localizados na África (FIELDEN, 2008, p. 20). O continente africano, nos últimos 50 anos, vivenciou situações de guerras de libertação, regimes de discriminação racial (na África do Sul e Zimbábue), com graves sequelas na atual estrutura sociopolítica e econômica dos países. O ACNUR, em 2008, interveio em trinta conflitos étnicos e

---

3 O início dos anos de 1980 marcou um agravamento preocupante da situação, acelerado pela grande estiagem que, entre 1983 e 1985, afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas. Nas últimas décadas do século XX, a baixa nos rendimentos *per capita* e a instabilidade nos déficit internos foram de tal ordem que as reservas, as quais ainda correspondiam a 15% do Produto Nacional Bruto (PNB), havia dez anos, caíram, rebaixando-se a taxas extremamente insuficientes, equivalentes a 6% do total. Ora, simultaneamente, os fluxos líquidos de capitais externos reduziram-se perigosamente (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p.360).

4 CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 1994.

religiosos, ocorridos na Argélia, Nigéria, Ruanda, Somália, Mali, Senegal e de natureza político-econômica, como no Congo, RDC, Chade, Angola e Uganda (MATSIMBE, 2019, p. 14). A estes, acrescem-se as guerras na Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, Serra Leoa, Etiópia, Eritreia e Sudão.

Indubitavelmente, esses conflitos mobilizaram a sociedade civil global, representada pelas agências e órgãos das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e multilaterais. A atuação do ACNUR nesses conflitos resulta do envolvimento e das articulações realizadas pelas Nações Unidas no âmbito de suas atribuições e competências. Uma das consequências desses conflitos é a produção de deslocados e refugiados, com reflexos negativos nas atividades produtivas e econômicas, minando a sobrevivência. A resolução de conflitos e guerras na África, se nas fases mais ativas contou com as diferentes missões das Nações Unidas, o restabelecimento da confiança e a promoção da reconciliação entre os contendores, sempre envolveram esforços múltiplos da sociedade civil global, frequentemente representada pelas próprias agências da ONU e instituições multilaterais que usam as ONGs como seus braços operacionais em questões específicas e de sua competência. Portanto, os conflitos, juntamente com outros fatores que conduziram o continente à crise, justificaram a proliferação de ONGs, primeiro como agentes humanitários e depois como parceiros de desenvolvimento.

### **Crise econômica e proliferação de ONGI's na África subsahariana**

O mundo, a partir dos anos 1960, observou um certo aumento quantitativo na atividade das ONGs. As ONGs, mais focadas em atividades filantrópicas até cerca de 1960, tiveram suas ações por volta dos anos 1970, reorientadas para questões de desenvolvimento, conectadas aos processos de globalização e seus efeitos sobre a liberdade comercial, os direitos humanos e o meio ambiente. Entretanto, enquanto parte dessas organizações lutava contra os males da globalização, a partir dos anos 1990, um grupo dedicou-se ao papel das agências financeiras internacionais e aos códigos de conduta das multinacionais em vários países (COUTINHO, 2004, p. 61).

Após as independências, a África tem sido palco de complexos processos de mudança política, econômica e social que, de uma forma ou de outra, propiciaram o protagonismo das ONGs que, atualmente se observa, sobretudo, na defesa e assistência aos desfavorecidos e vulneráveis resultantes das catástrofes humanitárias e do assim chamado "realinhamento estratégico" (ALVES, 1996). Não há dúvidas de que as mudanças verificadas no sistema internacional estimularam a fundação e a expansão das ONGs. No final do século XX, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) registrava cerca de 50 mil organizações em operação em todo o mundo.

Na África, a expansão das ONGs, além de sua complexidade, obedece a especificidades cuja explicação exige a compreensão da trajetória histórica e político-econômica nas vésperas e, sobretudo, após as independências dos países. As ONGs, enquanto entidades filantrópicas, trabalham na África desde os períodos coloniais, fornecendo serviços negados aos nativos pelo sistema, principalmente na defesa dos direitos sobre a terra e na promoção da educação dos africanos e, mais tarde, também nos processos de luta pela emancipação política (XABA, 2015, p. 313). Em termos de contextualização colonial, é importante ressaltar que alguns anos antes do processo de independência na África, a Inglaterra, a França e a Bélgica, temendo uma futura ruptura, desenharam programas supostamente de apoio ao desenvolvimento das colônias. Assim, em 1949, a Inglaterra agrupou suas colônias na Commonwealth, uma organização que, entre outras questões, visava à proteção do mercado imperial através da zona sterling, que, na época, concentrava um terço das transações globais (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 345; MATSIMBE, 2019, p. 13).

Entretanto, a Inglaterra e os Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial, com objetivos expansionistas e protecionistas além-mar, fundaram o atual Banco Mundial e o FMI, instituições internacionais que passaram a reger a economia global. A primeira, deveria atuar na concessão de empréstimos para grandes investimentos em infraestrutura e, à última, cabia a estabilização das taxas de câmbio e financiamento de déficits de curta duração em países com problemas na balança de pagamentos. Mas, sempre na condição de realizar ajustes na política interna, favoráveis à abertura comercial e financeira internacionais, privatização de recursos naturais e empresas estatais, desregulamentação de atividades econômicas e reformas políticas e institucionais (ASABU, 2017, p. 204). Portanto, à medida que o sistema capitalista se expandia e, sobretudo no contexto do triunfalismo ocidental sobre a doutrina socialista, esses países dominavam a economia política do mundo e novos países ocidentais, após o Plano Marshall, integravam o sistema, a exemplo do atual G7 (CAFFENTZIS, 2002; XABA, 2015).

Assim, em 1953, durante o processo de criação da União Europeia, a França e a Bélgica também colocaram o assunto das colônias no debate. Afinal, na década anterior, a França tinha se esforçado em realizar avultados investimentos nas colônias para conter a inflação e evitar a recessão, recorrendo a empréstimos metropolitanos e fundos do Plano Marshall. Ademais, apesar das dificuldades, a França tinha avançado na criação da União Aduaneira, desde 1928, mas, foi somente em 1958 que as colônias francesas foram agrupadas na zona franco-CFA, formando a “Comunidade Francesa” de que atualmente se declina a deixar. A Bélgica também tinha investido em relações “paternalistas” no Congo, difíceis de perder com a independência. Situação idêntica tinha acontecido com Portugal que não tendo conseguido se manter para além de 1975, procurou proteger os investimentos que realizara com ajuda dos Estados Unidos, da Inglaterra e outros

---

parceiros nas colônias, o que explica o esforço diplomático posterior para manutenção de privilégios. Estas constituíram as principais plataformas para uma futura cooperação com a África (KI-ZERBO, 1991; COQUERY-VIDROVITCH, 2010; MATSIMBE, 2019, p. 13).

Essas potências europeias, ao insistirem em novas relações econômicas com as antigas colônias, não apenas visavam garantir a estabilização das economias devastadas pela guerra e que, na época, beneficiavam do Plano Marshall, mas também objetivavam a recuperação de parte dos fundos investidos no mercado africano, no contexto da recessão provocada pela Segunda Guerra Mundial. Afinal, era crucial que a Europa continuasse a receber da África, as matérias-primas necessárias para a indústria, bem como ter acesso aos mercados num contexto de crescimento e de expansão do comércio global. Em troca, os países africanos também esperavam manter o fluxo de capitais e de investimentos socioeconômicos.

Entretanto, no pós-independência, enquanto a África se abria ao mercado europeu, multilateralmente, o acesso dos países africanos aos mercados europeus sempre dependeu de negociações com as antigas metrópoles e, portanto, foi mais lento do que o esperado, mesmo com aquelas com quem detinham laços históricos. As relações não somente eram desiguais e injustas, como também não permitiram que os países africanos se beneficiassem da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com os investimentos necessários para a transformação de suas economias, levantando, mais tarde, rodadas de debates e negociações para reverter a situação em Yaoundé e, depois, em Lomé.

A África Subsaariana, não tendo atraído o investimento necessário durante os anos 1970, mergulhou em profundas dificuldades econômicas. Existem vários fatores que explicam a crise das economias africanas. As prolongadas secas e estiagens, conjugadas à fraca integração na economia global, com a queda dos preços das commodities e a escalada do preço do petróleo nos finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, fizeram com que a África Subsaariana visse suas economias sufocadas com o aumento da inflação. Entre 1983 e 1985, a estiagem afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 360). Na década de 1970 havia entre os 45 países da região Subsaariana aspectos comuns, como a queda da produção de alimentos, crescimento da população e aumento das importações (trigo, arroz e milho). Na região, entre 70% a 90% da população dependia da agricultura, mesmo entre os países produtores e exportadores de petróleo e outros minerais. De acordo com os dados do Banco Mundial, apenas entre 1970 e 1980 o resultado deste cenário foi o crescimento do déficit de modestos 1.5 para 8 bilhões de dólares americanos. A dívida externa cresceu de 6 para 32 bilhões de dólares americanos. O serviço da dívida se tornou insustentável, crescendo de 6 para 12%, e durante a

década de 1980, vários países solicitaram, se não apenas o reescalonamento dos prazos, uma nova ordem econômica internacional como garantia de reestruturação interna.<sup>5</sup>

O economista italiano Giovanni Arrighi, em 1963, dedicou-se aos modelos de desenvolvimento econômico do continente em "The African Crisis" (2002), apelidando a situação de crise econômica de "tragédia africana". Segundo ele, "o colapso econômico da África teve consequências desastrosas, não apenas para o bem-estar de seu povo, mas também para seu status no mundo" (ARRIGHI, 2002, p. 17). Arrighi argumenta que as restrições e os resultados dos esforços de desenvolvimento nacionais estão conectados ao capitalismo mundial. Nos anos 1970, o capitalismo mundial enfrentou uma dupla crise: de rentabilidade e de legitimidade. A rentabilidade foi afetada principalmente pela intensificação mundial da competitividade das empresas resultante da expansão comercial e da produção mundial nas décadas de 1950 e 1960. A crise de legitimidade estava diretamente ligada à crise de lucratividade e aos custos sociais e econômicos da coerção dos Estados Unidos para conter o comunismo no chamado "Terceiro Mundo". A expansão intensificou não apenas a competição entre empresas, mas também por recursos humanos e naturais, tornando o keynesianismo social e economicamente contraproducente (ARRIGHI, 2002, p.17-18).

Apesar de alguma melhoria na posição econômica das regiões do "Terceiro Mundo", o equilíbrio político global após o "desastre" dos EUA no Vietnã, a derrota dos portugueses na África, as dificuldades israelenses na guerra de 1973 e a entrada da República Popular da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas pareciam desfavoráveis à recuperação dos países africanos, que haviam comprado o "projeto de desenvolvimento" americano recorrendo a dívidas. No entanto, cada vez mais impacientes com o projeto, procuraram renegociar os termos de sua incorporação na economia política global, através do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Os dois choques do petróleo foram, em parte, efeito e causa dessa mudança no equilíbrio global de poder, acelerada, nomeadamente pela Revolução Iraniana, invasão soviética do Afeganistão e pela crise de confiança no dólar (ARRIGHI, 2002, p. 20).

Entre 1960 e 1970, entre os quarenta e cinco (45) países da região, apenas nove (9) cresceram a uma taxa per capita de 2,5% ao ano. Entre 1960 e 1979, a renda per capita em dezenove (19) países cresceu menos de 1% ao ano, e na década anterior, quinze (15) países registraram crescimento zero e/ou negativo da renda per capita.<sup>6</sup> Com essas mudanças no sistema global, os países africanos se tornaram mais vulneráveis, e a região cada vez mais pobre e marginalizada do planeta. Em 1979, a renda per capita na região era de 329 dólares americanos (excluindo a Nigéria),

---

5 WORLD BANK, 1981, p. 3. De acordo com Coquery-Vidrovitch (2010, p.360), 14 países foram obrigados a recorrer ao reescalonamento da dívida em 1984/1985, a proporção das receitas advindas das exportações e consagradas ao reembolso da dívida passou, em média, de 18% em 1980 para 26% dois anos mais tarde, alcançando 38% neste mesmo período para os países mais pobres.

6 Banco Mundial, 1981, p. 2.

abaixo dos 370 dólares, média do Banco Mundial. O resultado foi que, dos 30 países classificados pela UNCTAD como os mais pobres do mundo, 20 deles estavam na África; e dos 36 países listados pelo Banco Mundial como os de baixa renda, quase dois terços eram africanos na década de 1970. A crise econômica afetou a renda per capita e os indicadores sociais, com a queda no acesso aos serviços básicos. As taxas de mortalidade eram das mais altas do mundo, e a expectativa de vida situava-se em 47 anos; 15 a 20% das crianças morriam no primeiro ano de vida, e apenas 25% da população tinha acesso à água potável.<sup>7</sup> O lento crescimento econômico e o mau desempenho agrícola, conjugados às altas taxas de crescimento da população, à crise fiscal e da balança de pagamentos tornaram a situação social mais drástica no continente, daí a necessidade de neoliberalização e ação das ONGs.

### **Neoliberalização e o lugar das ONGI's**

As teorias sobre a emergência e proliferação global de ONGs têm sido debatidas extensivamente, especialmente em contextos africanos. Três teorias principais procuram explicar essa proliferação nas últimas três décadas após as independências: (i) a teoria do bem público ou do fracasso, (ii) a teoria do contrato falhado e (iii) a teoria de parceria e interdependência (BALL; DUNN, 1997; SAMA, 2013). Segundo a teoria do fracasso, quando o Estado não consegue satisfazer a demanda por bens públicos, surgem outros atores na sociedade para prover esses bens. Na ausência de uma resposta interna para os problemas das populações, instituições como o Banco Mundial e o FMI ganham espaço na África Subsaariana, liderando a mobilização da ajuda externa necessária. Assim, as ONGs na África emergem como respostas inovadoras para os diversos problemas e dificuldades enfrentados pelos governos desde os anos 1970.

Na teoria do contrato falhado, quando as pessoas encontram dificuldades em cumprir e se beneficiar do contrato, buscam outro agente confiável. Em situações em que os governos dos países da África Subsaariana e o mercado se tornam vulneráveis, as ONGs emergem como intermediárias e alternativas para os excluídos e desprivilegiados. Na teoria de parceria e interdependência, governo e ONGs compartilham experiências, recursos e competências, em uma relação de complementaridade. Nessa parceria, prevalece a ideia de que as ONGs são relativamente imunes a manobras políticas.

No contexto africano, o Estado, como principal agente de mudança e desenvolvimento da sociedade, não conseguiu manter o contrato, enquanto os cidadãos continuaram carentes de serviços sociais básicos. As dificuldades econômicas dos anos 1970 inviabilizaram a provisão, pelos governos, do bem-estar para as populações. A erosão dos serviços sociais e a fraca provisão

---

<sup>7</sup> Banco Mundial, 1981, p. 3.

de serviços públicos justificaram a emergência de outros atores sociais na África, incluindo as ONGs. Giovanni Arrighi (2002, p. 5), oferecendo um quadro ilustrativo da situação socioeconômica africana, escreveu:

A saúde subsaariana, mortalidade e alfabetização de adultos [...] deterioraram-se a taxas comparáveis. Expectativa de vida no nascimento agora tem 49 anos e 34% da população da região são classificados como desnutridos. As taxas de mortalidade infantil na África foram de 107 por 1.000 nascidos vivos em 1999, em comparação com 69 no sul da Ásia e 32 no América latina. Aproximadamente 9% das crianças subsaarianas de 15 a 49 anos estão vivendo com HIV / AIDS – um número que se eleva acima dos de outras regiões. Os casos de tuberculose são de 121 por 100.000 pessoas; figuras respectivas para o sul da Ásia e a América Latina são 98 e 45.

A proliferação de ONGs na África é objeto de várias interpretações, mas os discursos sobre "pobreza extrema" e "desenvolvimento inclusivo e participativo" desempenharam um papel significativo nessa situação, apesar do reconhecimento atual da ineficácia das reformas neoliberais. Em 1981, o relatório Berg mobilizou as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), convencendo os governos africanos da necessidade de uma abordagem "padrão" para lidar com a crise econômica em que estavam imersos - a neoliberalização. De acordo com essas instituições, os problemas africanos eram principalmente internos, atribuídos às políticas dos próprios governos africanos.

A Organização da Unidade Africana (OUA), antes do relatório Berg, havia adotado uma posição contrária. Em um documento de 1981, assinado durante a reunião de Lagos, Nigéria, em 1980, os membros da organização atribuíram a crise a causas externas, como a deterioração dos termos de troca de produtos primários, o crescente protecionismo dos países ricos e as altas taxas de juros. Em resposta, propuseram a criação de um mercado continental comum - o Plano de Ação de Lagos. No entanto, o Plano de Lagos não foi concretizado e, mais tarde, foi contraditado pelo APPER (Africa's Priority Programme for Economic Recovery), um plano de 1986 a 1990, que reconheceu abertamente as responsabilidades dos governos africanos pela crise. O APPER reconheceu a limitação das ações empreendidas pelos Estados e concordou com as reformas políticas sugeridas no relatório Berg, desde que a comunidade internacional se comprometesse com ações de alívio da dívida da África e de estabilização ou aumento dos preços de suas exportações.

Em resposta, foi elaborado o "Desenvolvimento Acelerado na África Subsaariana: Uma Agenda para a Ação", um documento que apelava, entre outros objetivos, à duplicação da ajuda para a África Subsaariana na década de 1980. Isso permitiu o aumento dos fundos canalizados para o Terceiro Mundo, incluindo a África, pelos países ocidentais e por meio de uma variedade de instituições e organizações, incluindo as ONGs.

Os recursos captados por ONG's do público para o alívio e desenvolvimento do Terceiro Mundo passaram de US \$ 1,3 bilhão em 1975 para US \$ 4,2 bilhões em 1988 (a taxa de crescimento do aumento das doações públicas foi quase duas vezes maior em outros países da OCDE como nos EUA). Os fundos de APD canalizada para as ONG's para o desenvolvimento aumentaram para US \$ 2,3 bilhões em 1988, um aumento de 310% desde 1975. Isso equivale a 4,6% do total da APD. Hoje em dia, 34% do total dos recursos utilizados por ONG's do Norte provêm de fontes oficiais. O crescimento da renda de ONG's de fontes oficiais tem sido muito maior do que a do público. O valor do total dos recursos de ONG's para as contas do terceiro mundo por 15% do total da ajuda ao desenvolvimento no exterior. Em 1984, 59% das ONG's canadenses obtiveram mais de metade dos seus fundos do governo canadense, em comparação com 48% das ONG's em 1980. Em comparação, em 1982, apenas 14% das ONG's holandesas obteve mais de metade dos seus recursos de fontes governamentais. Muitas agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolveram fundos especiais para as relações com as ONG's. Na verdade todas as agências oficiais agora parecem ter uma política de "portas abertas" em relação às ONG's. O montante do financiamento directo de doadores oficiais para ONG's do Sul é (conservadora). Estima-se que subiram de US \$ 10,5 milhões em 1980 para US \$ 37 milhões em 1983, e ter crescido ainda mais fortemente desde então (FOWLER, 1991, p. 6-7).

A partir do final do século XX e início do século XXI, houve um crescimento significativo na canalização de fundos públicos por meio das Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI's). Os dados mencionados acima destacam uma forte dependência dessas ONGI's em relação aos fundos da Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA/APD). Segundo informações do Banco Mundial, a colaboração em projetos envolvendo ONGI's aumentou consideravelmente de 6% para 70% entre 1980 e 2006.<sup>8</sup> Em 1964, apenas 6% da ajuda externa americana foi direcionada para ONGI's, mas em 1980 esse número subiu para 13,5%, indicando um crescimento na eficácia do ODA (WERKER; AHMED, 2007, p. 4).<sup>9</sup> Não é surpreendente, portanto, que desde 1980, o setor das ONGI's na África Subsaariana tenha experimentado um

8 WORLD BANK, 1995. Em 1970, os fundos canalizados por via de ONG's não ultrapassavam 0.9 milhões de dólares, mas em 1993 atingiram 6.3 bilhões de dólares. De 1970 a 1996, os países industrializados aumentaram de 2% para 17%, o apoio ao desenvolvimento por via de ONG's. Na África subiu para 12% dos fundos de ODA em 1994. As transferências dos países desenvolvidos atingiram mais de 2 bilhões de dólares, em 2006, o que representa aumento em 123%, em relação a 2002, segundo o World Bank.

9 Os dados da USAID mostram, por exemplo, que, em 2004, o governo americano canalizou a sua ajuda oficial por via das ONGD. Senão vejamos: o World Vision, de um total de 814 milhões de dólares aplicados em programas de desenvolvimento, 30% do valor saiu do governo; a Food the Children 7%, Food for the Poor 16%, a Catholic Relief Service recebeu 69% dos 573 milhões aplicados em 2004, enquanto que a CARE recebeu do governo 52% do valor total. Os fundos foram na sua maior parte canalizados aos países da África, Ásia e das Américas. As ONGI's ligadas ao ambiente e direitos humanos no mesmo ano receberam fundos provenientes de contribuições privadas. A Anistia Internacional recebeu 88% dos fundos, seguida do World Wildlife Fund (WWF) e Nature Conservancy, com 58% e 50 % respectivamente. Com 4125, as ONGI's engajadas em questões de apoio ao desenvolvimento e assistência em 2003 constituíam mais de 60% (21% em programas de desenvolvimento e assistência genérica, 29% na assistência internacional, 18 desenvolvimento na saúde e 12% na educação). Em 1981, 1.700 organizações (excluindo denominações religiosas), estavam envolvidas no desenvolvimento do terceiro mundo, indicando crescimento de 50% em nove anos (Ver: WELKER; AHMED, 2007, p. 4).



aumento explosivo tanto em número quanto em quantidade dos recursos financeiros que passaram a controlar.<sup>10</sup> Isso evidencia a importância atribuída pelos doadores africanos no sistema de transferência de capitais e redistribuição.

A política de Ajustamento Estrutural também desempenhou um papel crucial na legitimação da expansão e intervenção das Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGI's). Enquanto os estados, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se concentravam no resgate e estabilização dos instrumentos macroeconômicos, as organizações da sociedade civil assumiram a responsabilidade pela dimensão social do ajustamento, lidando com os problemas colaterais decorrentes da reabilitação econômica. Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) também incentivou a proliferação das ONGI's ao reconhecê-las como formas básicas de representação popular por volta de 1980. A ONU passou a contar com a assistência do setor das ONGI's para implementar serviços humanitários e de desenvolvimento. Atualmente, essas organizações estão envolvidas em operações transnacionais, abrangendo desde a gestão de conflitos, reassentamento de refugiados, reconstrução pós-conflitos, calamidades naturais, até o controle do HIV/AIDS (KAMAT, 2004, p. 162-3).

Apesar da escassez de dados específicos, os problemas econômicos combinados com conflitos, doenças e desastres naturais contínuos na África contribuíram para agravar as desigualdades e perpetuar o desfavorecimento, especialmente nas camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade, como mulheres, crianças e idosos. O avanço da globalização e os efeitos da neoliberalização, incluindo a degradação ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos, têm incentivado e facilitado a intervenção das ONGI's como parte da sociedade civil global, muitas vezes atuando de maneira ambígua e subversiva em relação aos estados. No entanto, na África Subsaariana, a proliferação das ONGI's é marcada por especificidades que consideram a trajetória histórico-política e sociocultural de cada país (MATSIMBE, 2019, p. 24).

### **Considerações finais**

Em África, o surgimento do "não-Governamental" não foi por acaso, mas decorreu de vários fatores. Os processos de transição política nos países da África Subsaariana nem sempre foram pacíficos e estáveis. Conflitos étnicos, políticos e militares também marcaram esses processos de transição na região. Após um período de crescimento e expansão global do sistema capitalista que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, na década de 1970, o mundo entrou em uma

---

<sup>10</sup> Dados de Tanzânia revelam que estas organizações eram contabilizadas em 811 das quais cerca de três quartos se estabeleceram nos anos 1980. Em Moçambique, se foram registradas cerca de 40 organizações no Diretório do governo, em 1983, passaram a cerca de 200 após o Acordo Geral de Paz, em 1992 (ADAM, 1996). Entre 1978 e 1987 o número de ONGI's cresceu de 37 a 134, em Botswana. No Quênia entre 1977 a 1988 as ONGI's cresceram 260%, contra os 156% das locais (Ver: FOWLER, 1991, p. 6).

conjuntura de inflação e recessão econômica. Conseqüentemente, os governos capitalistas ocidentais, sobretudo os Estados Unidos e a Inglaterra, mergulharam em uma crise de legitimidade, cujas tentativas de resposta para a conjuntura também se traduziram na marginalização econômica da África. Em contrapartida, as economias asiáticas, mais equilibradas em termos de disponibilidade de mão de obra e de recursos naturais, emergiram no cenário global com uma relativa competitividade, acelerando a deterioração da situação econômica africana. Com as alterações na conjuntura geopolítica e econômica internacional, caracterizada pela perda de legitimidade dos Estados Unidos enquanto potência global, as dificuldades de Israel na guerra de Yom Kippur, a emergência da China, a Revolução Iraniana e os conseqüentes choques com a subida dos preços do petróleo e a deterioração dos termos de troca nos mercados internacionais, as economias dos países africanos, já vulneráveis devido às calamidades naturais e às altas taxas do serviço da dívida, não conseguiram resistir à conjuntura econômica global, cada vez mais competitiva. A estagnação e/ou queda na produção agrícola e industrial devidas ao desinvestimento, conjugadas ao histórico problema de disponibilidade de mão de obra em relação aos recursos naturais existentes, também contribuíram para a valorização do mercado asiático, cujo indicativo foi a abertura comercial, cada vez maior, da União Europeia ao grupo dos países da Ásia, Caribe e Pacífico (ACP).

A neoliberalização e os programas de reabilitação econômica implementados na maioria dos países da região, durante o último quarto do século XX e sob a égide das IFIs ávidas em converter e integrar as economias da região no hegemônico sistema capitalista ocidental, criaram condições favoráveis para a intervenção e a legitimação crescente das ONGIs na esfera socioeconômica em África. Os governos africanos, desacreditados pelos maus resultados das políticas pós-coloniais na década de 1980, receberam ajuda financeira condicionada às reformas políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para reestruturar e/ou reajustar suas economias. Contudo, a neoliberalização que se seguiu, mais do que estabilização do crescimento econômico, significou uma deterioração prolongada e acentuada das condições de vida das populações da região e as conseqüentes crises políticas (ver: HARRISON, 2019; BOND, 2019). A neoliberalização também fracassou na criação de modelos capitalistas de desenvolvimento e de uma sociedade de mercado, porém conferiu maior abertura das economias africanas, reafirmando o potencial dos estados como agentes de desenvolvimento.

Portanto, dentro deste quadro, as ONGIs se constituem como a crítica moderna aos fracassos e descaminhos dos Estados, mas, sobretudo, em relação à ineficácia de partidos, sindicatos, empresas e universidades que se acomodam às dinâmicas do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado. Entretanto, o fracasso das reformas políticas e econômicas do Banco Mundial em erradicar a pobreza na década de 1990 também constituirá uma importante

oportunidade de (auto) crítica, não apenas para o diagnóstico e a solução do problema econômico africano, mas também em relação à "crença" na eficácia e eficiência das ONGIs.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Inês Pacheco. **As ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: CIDAC, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. "The African Crisis: World Systemic and Regional Aspects". *New Left Review*, 15 may /june 2002, p.5-36.

BALL, Colin; DUNN, Leith L. **Organizações não-governamentais: diretrizes para uma boa política e prática**. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.

BOND, Patrick. Neoliberalism, State Repression and the Rise of Social Protest in Africa. In: BERBEROGLU B. (eds). **The Palgrave Handbook of Social Movements: Revolution and Social Transformation**. Palgrave: Macmillan, 2019, p. 213-231.

CAFFENTZIS, George. Neoliberalism in Africa, apocalyptic failures and business as usual practices. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, 2002, 1.3.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. "A África Austral" In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 295-334.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. "As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980)". In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ed.) **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 337-376.

COUTINHO, Joana Aparecida. As ONG's: origens e (des) caminhos. **Recherches internacionales**. N.44, v.3 p. 57-63, 2004.

FIELDEN, Alexandra. "Local integration: the under-reported solution to protracted refugee situations". *New issues in Refugee Research*, Research paper nº 158, UNHCR: Policy Development and Evaluation Service, 2008.

FOWLER, Alen. "Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s". **Development in Practice**.v.1, n.1, p. 5-18, 1991.

KAMAT, Sangeeta. The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourse in Neoliberal Era. **Review of International Political Economy**. v.1, n.11, p. 155-176, 2004.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**, Vol. II Lisboa: Europa-América, 1991.

MATSIMBE, Hamilton. "Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI's na África Subsahariana, 1960-1990". **Dimensões**, v. 43, jul.-dez., p. 11-27, 2019.

MINTER, William. **Os contras do apartheid: as raízes da Guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

---

OAU, The Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa 1980-2000, Geneva, 1981.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução do Conselho de Segurança, n.1279, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução do Conselho de Segurança, n.925, 1994.

SAMA, Thomas Babila. **Conceptualizing Non-Governmental Organizations: Still Searching For a Theory**. Department of Social Sciences and Philosophy, University of Jyväskylä, 2013.

UNDP. Development Cooperation Report, 1994-1995. Maputo, Junho de 1996.

WELKER, Eric; AHMED, Faizal. “What do Non-government Organization Do?” **Journal of Economic Perspective**, vol. 22, n.2, p. 73-92, 2008.

WORLD BANK. Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action. Washington, D.C.: World Bank, 1981.

WORLD BANK. Working with NGOs: A Practical Guide to Operational Collaboration between the World Bank and Non-governmental. Organizations Operations Policy Department, WORLD BANK, MARCH, 1995.

XABA, Thokozani. From public–private partnerships to private–public stick’em ups! NGOism, neoliberalism, and social development in post-apartheid South Africa. **International Social Work**, vol. 58, n.2, p. 309-319, 2015.

Recebido em: 20/05/2023  
Aprovado em: 11/12/2023

# LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE SÓ NA FRANÇA - ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA COM OS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

## FREEDOM, EQUALITY AND FRATERNITY ONLY IN FRANCE - ANALYSIS OF THE POLITICAL CRISIS WITH WEST AFRICAN COUNTRIES

---

**RESUMO:** Após Aristóteles considerar a democracia como o regime político menos pior entre os regimes, Schumpeter, Dahl e Bobbio desenvolveram técnicas que deram concretude ao estudo da democracia. No contexto pós-Guerra Fria, duas agendas estiveram em destaque: reformar a economia e democratizar os Estados através da introdução do multipartidarismo e realização de eleições livres e justas. No entanto, alguns estudiosos anunciam a morte das democracias. Enquanto a morte da democracia sugere um atentado à proteção das liberdades, neste artigo, baseado na análise da conjuntura, exploramos um paradoxo: o golpe de Estado como forma de reconquista da liberdade. Os casos de Gabão, Níger, Burkina Faso e Mali mostram que o recurso aos golpes de Estado pode ter sido a estratégia mais eficaz para interromper acordos e recuperar a liberdade no uso dos recursos naturais anteriormente sob tutela da França, sua antiga metrópole.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; Golpes de Estado; África ocidental; Pós Guerra-fria

---

**ABSTRACT:** After Aristotle considered democracy as the least bad political regime among regimes, Schumpeter, Dahl, and Bobbio developed techniques that gave concreteness to the study of democracy. In the post-Cold War context, two agendas were highlighted: to reform the economy and to democratize the States through the introduction of multi-partyism and the conduct of free and fair elections. However, some scholars announce the death of democracies. While the death of democracy suggests an attack on the protection of freedoms, in this article, based on the analysis of the conjuncture, we explore a paradox: the coup d'état as a way to regain freedom. The cases of Gabon, Niger, Burkina Faso, and Mali show that resorting to coups may have been the most effective strategy to halt agreements and regain freedom in the use of natural resources previously under the guardianship of France, its former metropolis.

**KEYWORDS:** Democracy; Coups d'état; West Africa; Post-Cold War

**TOMÁS H. FUEL**  
**JOSÉ L. MATONSE**

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

# LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE SÓ NA FRANÇA - ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA COM OS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

Tomás Heródoto Fuel <sup>1</sup>  
José Lourenço Matonse <sup>2</sup>

## Introdução

A democracia como sistema de organização política dos povos nasce como resposta aos problemas enfrentados pelo povo ateniense, cuja rebelião foi liderada pelo aristocrata Clístenes e encontrou no estadista Péricles um dos seus maiores defensores. Apesar de ter surgido no solo ateniense, as virtudes desse modelo não foram tacitamente elogiadas pelos estudiosos gregos mais influentes do pensamento ocidental. Enquanto Platão defendia um governo não liderado pelo povo, mas pelo rei-filósofo, guiado pela sabedoria como sua principal virtude, na visão de seu discípulo, Aristóteles, a democracia era, entre os regimes políticos, o menos pior. Com o impulso das revoluções liberal inglesa (1640-1688) e francesa (1789-1799), que levaram à queda do Estado absolutista, associadas ao florescimento do movimento iluminista, foram criadas as condições políticas e intelectuais que favoreceram o surgimento da democracia como um modelo-padrão, culminando na fase histórica de maior expansão durante a guerra fria e a desintegração da União Soviética.

Atualmente, a definição mais conhecida de democracia é atribuída a Abraham Lincoln, líder abolicionista e décimo sexto presidente dos Estados Unidos, que a definiu como “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Dessa definição, pode-se inferir que o conceito de democracia está intrinsecamente associado às maiorias, sendo concebido como um regime político no qual o exercício do poder é em benefício de todos. Ao utilizar o termo "povo", Lincoln quis destacar a natureza agregativa do regime, sua amplitude em comparação com a monarquia e a aristocracia.

Apesar da ênfase no povo, citada três vezes na definição de Lincoln, nem sempre o ideal democrático corresponde à realidade. A discrepância entre o ideal e o real se manifesta, entre outras formas, pela ocorrência de eleições fraudulentas que subvertem a vontade dos eleitores, pela falta de garantias de que uma eleição democrática produza líderes democráticos e pela fragilidade das garantias constitucionais e institucionais que comprometem a continuidade do regime democrático. Vale ressaltar que Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália foram líderes democraticamente eleitos. Da mesma forma, Vladimir Putin na Rússia, Victor

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração Pública e Governo na Fundação Getúlio Vargas – São Paulo. [herodotofuel@gmail.com](mailto:herodotofuel@gmail.com)

<sup>2</sup> Ciência Política, Universidade Eduardo Mondlane. [josematonse@gmail.com](mailto:josematonse@gmail.com)

Órban na Hungria, Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos, José Eduardo dos Santos em Angola, Mohamed Bazoum no Níger e os presidentes destituídos do Níger, Paul-Henri Sandaogo Damiba no Burquina Fasso, Ali Bongo no Gabão, Amadou Toumani Touré no Mali foram igualmente democraticamente eleitos.

Como um organismo vivo cuja vida segue um ciclo, alguns estudiosos analisaram como as democracias morrem. Por um lado, Levitsky e Ziblatt (2018) identificaram os sinais degenerativos da democracia ao examinar o contexto americano, onde a democracia, pioneiramente projetada por pensadores federalistas como James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, tornou-se uma referência mundial. Por outro lado, há uma percepção de que a democracia não é aplicável à realidade africana e que esta deve buscar em suas raízes culturais sua própria forma (NÓBREGA, 2010). Eleições fraudulentas, baixas pontuações nos principais índices de avaliação de governança e democratização, e golpes de Estado recorrentes parecem mostrar empiricamente a discrepância entre o ideal democrático e a prática governamental. Essa situação crítica levanta questionamentos sobre se a democracia se tornou um jogo das elites, um sistema de partidos, um governo da minoria ou se, nos moldes em que tem sido implementada, é inadequada ao contexto.

Neste artigo qualitativo, propomos uma síntese do debate sobre a democratização e suas formas de mensuração, com o objetivo de analisar a conjuntura política e econômica em que ocorreram os golpes de Estado no Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali. Se, como afirmamos, uma eleição democrática não garante que a liderança será democrática e, por isso, protetora das liberdades constitucionalmente consagradas, os golpes de Estado ocorridos nesses países, apesar de terem representado uma ruptura da ordem constitucional, podem ser vistos como uma conquista da liberdade. Explicar esse paradoxo é o principal objetivo desta análise. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresentaremos o debate sobre os condicionantes da democracia e formas de medição ou avaliação, seguido do método, referencial teórico, análise dos casos de Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali e, por fim, as conclusões.

### **Considerações metodológicas**

A gênese da metodologia de análise de conjuntura remonta aos estudos de Karl Marx, Antônio Gramsci, Max Weber, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio. Estes estudiosos contribuíram para o desenvolvimento da análise de conjuntura como uma ferramenta importante para compreender a realidade social em um determinado momento e orientar a ação política em direção à transformações sociais mais justas e igualitárias. Segundo Reis e Paim

(2021) e Langa (2023), a análise de conjuntura é uma técnica de análise ou metodologia plural que busca compreender a realidade, interpretar os acontecimentos, fatos e causas, bem como o comportamento dos atores envolvidos, a partir das correlações de força e interesses internos e externos. A análise de conjuntura é, então, uma leitura crítica, histórica, política e interpretativa do real, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre determinada situação ou processo social e subsidiar a tomada de decisões.

A análise de conjuntura é um processo complexo que envolve diversas etapas e procedimentos, podendo ser realizada em diferentes níveis, desde o local até o global. Os procedimentos e etapas podem variar de acordo com o contexto e o objeto de análise, envolvendo a análise de múltiplos níveis e componentes, como a economia, a política, a sociedade e a cultura. Além disso, é importante porque permite compreender e prognosticar o comportamento dos atores em diferentes arenas e identificar tendências que podem influenciar positiva (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os interesses dos agentes sociais (QUEIROZ, 2015). Existem dois modos de analisar a conjuntura: partir do ponto de vista do poder dominante ou dos movimentos populares, das classes subordinadas, da oposição ao poder dominante, considerando categorias como acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e a articulação entre estrutura e conjuntura (LANGA, 2023).

Metodologicamente, a análise de conjuntura necessita passar por três fases: descrição dos atores e das variáveis, interpretação e análise da situação e síntese das inferências encontradas (PEREIRA, 2020). Neste trabalho, a análise de conjuntura é relevante para entender o cenário político atual, as relações de poder e as forças que disputam a condução do poder em cada uma das realidades nestes países e região, bem como compreender as mudanças políticas e sociais e identificar oportunidades e ameaças para os diversos setores da sociedade. Por fim, é importante ressaltar que uma análise de conjuntura é uma interpretação da realidade social em um determinado momento e, como tal, está sujeita a limitações e erros, pois não há análise de conjuntura neutra ou desinteressada, havendo sempre uma determinada visão do sentido e rumo dos acontecimentos (SOUZA, 1984).

### **A teoria da democracia e os instrumentos de avaliação**

Os estudiosos gregos Platão e Aristóteles fundaram a visão clássica idealista da democracia, segundo a qual neste regime as decisões políticas são tomadas pelo povo com o objetivo de realizar o bem comum. Coube a Schumpeter fazer a ruptura para uma visão pragmática e realista. Schumpeter (1984, p. 336) define a democracia como "um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decisão



mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor". No trilho aberto por Schumpeter seguiram Dahl e Bobbio, que também apresentam uma abordagem processualista ou procedimental da democracia. Para Dahl (1997), a democracia é um sistema hipotético que serve de instrumento de avaliação do grau de democratização dos diversos regimes existentes. Por fim, Bobbio define a democracia como "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (BOBBIO, 1986, p. 12).

Visto como um modelo de referência, a transição para democracia e sua consolidação foi objeto de diversas teorias, das quais destacamos: modernização, institucional, transição democrática e cultura política. Os estudiosos da teoria da modernização, como Huntington (1994), defendem que a modernização econômica e social cria uma classe média mais ampla, que é mais propensa a apoiar e demandar a democracia (REIS, 2022). Por seu turno, estudiosos institucionalistas, como Linz e Stepan (1996), argumentam que a existência de instituições políticas inclusivas, como eleições livres e justas, partidos políticos competitivos, estado de direito e proteção dos direitos individuais, é fundamental para a consolidação e sustentação da democracia.

Defensores da abordagem da transição democrática, como O'Donnell (1986), argumentam que a abertura política, negociação entre elites, mobilização popular e o estabelecimento de instituições democráticas são etapas essenciais para a consolidação. Os cultores da teoria da cultura política, que aprofundam o trabalho seminal de Almond e Verba sobre "cultura política", enfatizam a importância das atitudes, valores e crenças dos cidadãos em relação à democracia. Com a maioria dos países do continente africano classificados em baixas posições nos instrumentos de avaliação da governação e democratização, parece que a realidade comprova as hipóteses defendidas por estas teorias. Entretanto, estudos apontam importantes limitações destas teorias que as tornam falhas na explicação cabal da experiência democrática africana. Como explicamos mais adiante, analisar a conjuntura na qual o Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali tornaram-se independentes e os acordos celebrados com a sua então metrópole torna melhor compreensível o fraco desempenho nos índices de avaliação da democratização e do desenvolvimento econômico.

Avaliar o grau de democratização de certo Estado é uma prática antiga. Em termos da dimensão temporal, o índice DD está disponível para o período 1946–2008, e o índice UDS está disponível para 1946–2012 e a cobertura mais extensa é a dos índices V-Dem, que vai de 1789 a 2019 e é atualizado anualmente. O Polity V e o BMR começam em 1800, o primeiro é atualizado anualmente. Os índices da Freedom House estão disponíveis desde 1973. O Variedades de Democracia (V-Dem), fornece uma base de dados ampla e desagregada que reflete a

complexidade do conceito de democracia, indo além da simples presença de eleições. O V-Dem cobre 202 países. Aproximadamente metade dos indicadores baseiam-se em informações obtidas em documentos oficiais como constituições e outros, e a outra metade consiste em avaliações mais objetivas por cerca de 2.500 especialistas em questões como cumprimento de regras e práticas políticas. O Índice de Democracia foi criado pela The EIU em 2006 e recebe atualizações anuais desde 2010, nos fornecendo uma ideia da situação da democracia em 165 países independentes e em 2 territórios. Baseia-se em 60 indicadores agrupados em cinco categorias diferentes que medem o pluralismo, as liberdades civis e a cultura política de cada país. Os países são categorizados em tipos de regime com base na sua pontuação global no índice: "democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários".<sup>3</sup> A Freedom House classifica as sociedades como livres, parcialmente livres ou não livres. Os dados anuais estão disponíveis desde 1972 para 195 países e 14 territórios em disputa.<sup>4</sup>

A International IDEA compila dados de 12 fontes diferentes, incluindo inquéritos a especialistas e dados observacionais, para criar seus índices do Estado Global da Democracia, que medem cinco atributos fundamentais da democracia. Dentro das democracias, a International IDEA classifica os países como de alto desempenho, desempenho médio e desempenho fraco com base em pontuações em todos os cinco atributos da democracia: governo representativo, direitos fundamentais, controles sobre o governo, administração federal e envolvimento participativo. O Polity IV (PIV) foi originalmente construído com base nos estudos de Gurr (1974) e Eckstein e Gurr (1975) sobre sistemas políticos, com o objetivo de analisar se as crenças comuns sobre as características das autoridades estatais têm possíveis padrões históricos ou interculturais em todo o mundo. O índice Polity IV é composto pelos subíndices Democracia Institucional e Autocracia Institucional, que medem, respectivamente, as características democráticas e autocráticas de um país.

O índice de democratização de Vanhanen (VAN) mede a democracia como uma construção bidimensional formada pela quantidade de competição eleitoral entre os partidos e pela quantidade de participação eleitoral nas eleições (VANHANEN, 2000). O Afrobarómetro, fundado em 1999, é uma rede de pesquisa pan-africana que realiza inquéritos de atitude pública sobre a democracia, governação, economia e sociedade, abrangendo mais de 30 parceiros nacionais responsáveis pela recolha de dados, análise e divulgação de resultados no país e responsável pela realização de pesquisas e armazenamento de dados estatísticos dos países africanos, tornando-se a principal fonte pública de dados do continente africano para medição da democracia.

---

<sup>3</sup> The Economist Intelligence Unit, 2019.

<sup>4</sup> Freedom House, 2018.

O Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) é a maior ferramenta que mede e monitora o desempenho ou qualidade da governação nos países africanos. Foi inicialmente publicado em 2007 e revisado entre 2018 e 2020, proporcionando um quadro completamente reformulado para as avaliações e monitorias seguintes, tanto a nível conceitual como metodológico. O Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARF), criado em 2003, é um instrumento de avaliação e promoção de Boa governança ao qual os Estados membros da União Africana (UA) aderem voluntariamente e implica revisões periódicas das políticas e práticas dos países participantes para verificar os progressos em quatro indicadores prioritários, nomeadamente: democracia e governação política, governação e gestão económica, governança corporativa e desenvolvimento socioeconómico.

Tabela 1: síntese dos instrumentos de medição da democracia

| Índice               | Ano de criação | Indicadores                                                                                                                                                                                 | Categoria                                                                             | Finalidade                                                                                                                                                         |
|----------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>V-DEM</b>         | 1789           | Liberdades civis e políticas, eleições livres e justas, participação popular, Estado de Direito, igualdade e responsabilidade do governo, entre outros                                      | Autocracia fechada, Autocracia eleitoral, Democracia eleitoral ou Democracia liberal" | Medir e monitorar o nível de democracia em todo o mundo, fornecendo uma avaliação abrangente e detalhada da qualidade da democracia em diferentes países e regiões |
| <b>EIU</b>           | 2006           | Processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política                                                                       | Democracia plena, Democracia imperfeita, Regime híbrido e Regime autoritário          | Fornecer uma visão detalhada e imparcial sobre o estado da democracia globalmente e avaliar o estado da democracia em países ao redor do mundo                     |
| <b>Freedom House</b> | 1941           | 10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdades civis (Processo, Pluralismo e Participação, Funcionamento do Governo, liberdade de expressão, associação e organização) | Livre, Parcialmente livre e Não livres                                                | Avaliar o nível e o progresso das liberdades política e civil em todo o mundo                                                                                      |
| <b>IDEA</b>          | 1995           | Governo representativo, direitos fundamentais, controlo sobre o governo, administração federal e envolvimento participativo.                                                                | Democracia, Regime híbrido e Regime autoritário                                       | Medir e promover a democracia ao mesmo tempo que fornece uma análise objetiva e abrangente do estado da democracia globalmente.                                    |
| <b>PIV</b>           | 1800           | Processo eleitoral, participação e responsividade política, liberdades civis, direitos políticos, controlo do poder executivo, e estabilidade política                                      | Democracia Institucional e Autocracia Institucional                                   | Medir e avaliar o nível de democracia em todo o mundo, fornecendo uma avaliação abrangente e detalhada da qualidade da democracia em diferentes países e regiões   |
| <b>VAN</b>           | 2000           | Competição Eleitoral e Participação Política                                                                                                                                                | Democracia total, Democracia Imperfeita, Regime Híbrido e Regime não Democrático      | Medir a democracia como um construto bidimensional formado pela quantidade de competição eleitoral entre partidos e a                                              |

|                      |      |                                                                                                                             |                                                                                                                                    | quantidade de participação eleitoral nas eleições.                                                                                                                                        |
|----------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Afrobarómetro</b> | 1999 | Democracia, governação, reforma económica, sociedade civil e qualidade de vida, entre outros aspetos                        | Melhoria crescente, Deterioração crescente, Retardando a deterioração, saltando para trás, Sinais de aviso e Retardando a melhoria | Fornecer dados e insights sobre as atitudes e opiniões dos cidadãos africanos em relação a diversas questões políticas, sociais e económicas                                              |
| <b>IIAG</b>          | 2007 | Segurança e Estado de Direito, Participação e Direitos Humanos, Oportunidade Económica Sustentável e Desenvolvimento Humano | Melhoria crescente, Deterioração crescente, Retardando a Deterioração, Saltando para trás, Sinais de aviso e Retardando a melhoria | Medir e monitorar o desempenho ou qualidade da governação nos países africanos                                                                                                            |
| <b>MARP</b>          | 2003 | Democracia e Governação Política, Governação e Gestão Económica, Governança corporativa e Desenvolvimento socioeconómico    | Satisfatório, Insatisfatório Parcialmente satisfatório e Não iniciado/ não aplicável                                               | Escrutinar os países que a ele se submetem voluntariamente nos capítulos da governação corporativa, desenvolvimento socioeconómico e questões transversais, como pobreza e desigualdades. |

Fonte: elaboração própria

## Democracia na África e os casos de Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali

A possibilidade da consolidação democrática na África não deve estar dissociada da historicidade do Estado, que é fruto do sistema colonial e mantém muitas feições deste sistema. Como tem sido amplamente reconhecido, o sistema colonial não protegeu a liberdade dos colonizados e construiu sistemas económicos subordinados ao capital estrangeiro, não permitindo que a sociedade civil embrionária se desenvolvesse. Com a exceção da assembleia comunitária deliberativa Kgotla do Botswana, que alicerça a sua atual democracia pujante, nos restantes casos, as reformas políticas de vulto ocorreram no pós-independência com iniciativas célebres de líderes políticos de esquerda como, dentre outros, Julius Nyerere na Tanganhica, Samora Machel em Moçambique, Kwame Nkrumah no Gana, Léopold Senghor no Senegal, Thomas Sankara no Burquina Faso e Muamar Khadafi na Líbia.

As políticas de esquerda implementadas por estes líderes ocorreram numa conjuntura caracterizada pelo decurso do conflito ideológico que opunha o capitalismo e o socialismo, culminando com a derrocada deste, simbolizado pela queda do Muro de Berlim em 1989, a dissolução da União Soviética em 1991, seguido da declaração do Consenso de Washington em 1989 e adoção da ideologia neoliberal económica pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Até finais da década de 80, todos Estados africanos enfrentavam graves recessões económicas que causaram instabilidades políticas e sociais. Como resposta, os Estados foram

induzidos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional a fazer reformas econômicas, conhecidos como Programas de Reajustamento Estrutural, e reformas políticas introduzindo democracias liberais multipartidárias. Decorria nas palavras de Huntington (1994), a 3ª onda de democratizações que arrastou os países africanos.

Alguns anos antes, nos anos de 1960, conhecida como década das independências africanas, as emancipações políticas dos países africanos foram proclamadas num contexto de dependência econômica e necessidade premente de reconquista das liberdades, como assinalou o filósofo moçambicano Severino Ngoenha (1993). Diante deste quadro, a realidade política do Gabão, Burquina Faso, Níger e Mali mostrou feições particulares. Os quatro países são contíguos e estão geograficamente localizados na região ocidental do continente. São antigas possessões coloniais francesas que após as independências mantiveram obrigações que umbilicalmente continuaram os ligando à antiga metrópole. Crowder (s/d) da Universidade de Ifé da Nigéria, refere que economicamente, as colônias da África Ocidental eram tratadas como apêndices da metrópole e foi ignorada qualquer ajuda que pudesse promover melhorias no padrão de vida da população dos sujeitos, os súditos, como então a maioria da população era considerada.

A dependência econômica, conforme Bankole (2020) constatou, foi reforçada com a constituição de uma zona monetária homogênea que deu vantagens à França em prejuízo das suas antigas colônias. Segundo o autor, a França criou uma barreira econômica em 1939, com legislação que confere direito preferencial à França sobre outros países, em todas as transações comerciais. De forma mais detalhada, Elvinger (1988, p. 10), apresentou os onze acordos que vinculam obrigatoriamente a França às suas colônias, que são: o reconhecimento da dívida colonial para pagamento dos benefícios da colonização; confiscação automática das reservas financeiras nacionais; direito de primeira recusa sobre qualquer recurso bruto ou natural descoberto no país; prioridade aos interesses e empresas francesas nos contratos públicos e concursos públicos; direito exclusivo de fornecer equipamento militar e treinar oficiais militares coloniais; o direito da França de desenvolver tropas e de intervir militarmente no país para defender seus interesses; a obrigação de fazer do francês a língua oficial do país e a língua do ensino; a obrigação de utilizar o franco CFA (franco das colônias francesas na África); a obrigação de enviar à França um balanço anual e um relatório sobre a situação das reservas. sem relatório, sem dinheiro; renunciar a toda aliança militar com outros países, a menos que autorizado pela França e a obrigação de aliar-se à França em caso de guerra ou crise mundial.

Como se pode depreender destes condicionalismos, pouco espaço foi reservado para que, no exercício da sua soberania, os países concebessem políticas públicas desenvolvimentistas. Como corolário, todos os países analisados apresentam uma balança comercial deficitária, isto é, importam mais do que exportam. As principais commodities exportadas são minerais e petróleo.

Até a altura do Golpe de Estado no Níger, em 26 de julho de 2023, de entre os produtos mais exportados, o urânio constituía mais de 50% e o principal destino era a França.<sup>5</sup> Para além do domínio econômico, a França também exerce uma forte influência militar através das suas bases militares implantadas nestes países. Lebouf e Quénot-Suarez (2014) apontam a existência de bases francesas também no Níger, Burquina Faso, Gabão e Mali.

Politicamente, até a altura dos golpes de Estado, os países caracterizavam-se pela falta de alternância política e fraca democratização. No Gabão, Ali Bongo Ondimba governou de 2009 a 2023 pelo Partido Democrático Gabonês (PDG) no poder desde a independência. No Níger, o Partido para a Democracia e o Socialismo - PNDS manteve-se no poder desde 2011, liderado por Mahamadou Issoufou. O Burkina Faso experimentou uma transição política em 2015, quando Roch Marc Christian Kaboré, do People's Movement for Progress (MPP), assumiu o poder, encerrando 27 anos de governo de Blaise Compaoré. No Mali, o Rally for Mali, liderado por Ibrahim Boubacar Keïta, venceu as eleições em 2013, quando o Mali regressou à democracia após um golpe militar, e Keïta serviu como presidente até 2020.

Nos três países, com exceção do Gabão, que tem sido classificado pela Freedom House e a The Economist como um regime não livre, os outros países, Burquina Faso, Níger e Mali, têm sido classificados como parcialmente livres e regimes híbridos. Da análise feita, podemos inferir que, apesar de estes países serem considerados independentes politicamente, não se desvincularam do padrão de funcionamento colonial erigido sob o domínio colonial da França. Através de acordos econômicos e cooperação militar, a França manteve a sua forte influência nestes países e sob suas lideranças. As eleições multipartidárias não permitiam a alternância política seja do incumbente do poder e de seu partido, e dada a crescente deterioração das condições de vida da maioria da população, os golpes de Estado parecem ter sido a estratégia mais eficaz para a reconquista da liberdade.

## Conclusão

A ascensão de líderes populistas de direita fez com que alguns estudiosos teorizassem sobre a morte das democracias. Enquanto se vê a morte da democracia como um atentado à proteção das liberdades, neste artigo, com base na análise da conjuntura, analisamos um paradoxo: o golpe de Estado como forma de reconquista da liberdade. Os casos de Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali mostram que a relação com a França, sua antiga metrópole, e os vários acordos econômicos e militares celebrados, como por exemplo, a criação da zona monetária homogênea, o direito de primeira recusa sobre qualquer recurso bruto ou natural descoberto no

---

<sup>5</sup> UNCTAD, 2023.

país, e a prioridade aos interesses e empresas francesas nos contratos públicos e concursos públicos, podem ter levado a uma crise política e induzido ao uso do golpe de Estado como a estratégia política mais eficaz para romper constitucionalmente os acordos e reconquistar a liberdade e o direito sobre a terra e o uso dos recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANKOLE, Kpedetin Alvine Peggy. **O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo)**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. **Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in a Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CHEESEMAN, Nic. **Democracia em África: histórias de sucesso que desafiaram as probabilidades**. Birmingham: Universidade de Birmingham, 2019.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

ECKSTEIN, Harry; GURR, Ted. **Patterns of Authority: A Structural Basis for Political Inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1975.

ELVINGER, Jacques, Half a century of legal developments in the field of investment funds, a success story. In: **ALFI 20th Anniversary Jubilee Report 1988-2008**. ALFI, 2008, p. 32-33.

GURR, Ted Robert. Persistence and Change in Political Systems. **The American Political Science Review**, Vol. 68, n. 4, p. 1482-1504, 1974.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva 2011.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Análise de conjuntura do governo chissano: transições domésticas e pragmatismo econômico em moçambique (1986-2004). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, vol. 8, n. 15, p. 78-104, 2023.

LEBOEUF, Aline; QUENOT-SUAREZ, Hélène. **La politique africaine de la France sous François Hollande, renouvellement et impensé stratégique**. Paris: Ifri, 2014.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1996.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades**. Maputo. Editora Paulinas, 1993.

NÓBREGA, Álvaro. **A democracia em África – Meio século de independências africanas**. Lisboa: Observare/ Universidade Autónoma de Lisboa, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Transitions, Continuities, and Paradoxes. **Latin American Research Review**, vol. 21, No. 2/3, p. 145-171, 1986.

PEREIRA, Joana Dias. **Associativismo livre: Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)**. São Paulo: Edições Almedina, 2020.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. **Modernização, mercado e democracia: políticas e economia em sociedades complexas**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

REIS, Camila; PAIM Jairnilson. Análise de conjuntura em saúde: aspectos conceituais, metodológicos e técnicos. **Saúde Debate**, vol. 45, n. 130, p. 795 – 806, 2021.

REIS, Helena Esser dos. Virtudes e Vícios da Democracia. **Philósofos – Revista de Filosofia**. Goiânia, v.11, n.1, p. 115 – 128, 2006.

SANTOS, Wanderley G. dos. Poliarquia em 3D. **Dados**, vol. 41, nº 2, p. 207-281, 1998.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUZA, Herbert. **Análise de Conjuntura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

VANHANEN, Tatu. A New Dataset for Measuring Democracy, 1810-1998. **Journal of Peace Research**, vol. 37, n.2, p. 251-265, 2000.

## DOCUMENTOS

FREEDOM HOUSE. Freedom in the world 2018: table of country scores. [S. l.]: Freedom House, 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy index 2019: a year of democratic setbacks and popular protest. [S. l.]: EIU, 2019. Disponível em: <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>.

UNCTAD, 2023. World Investment Report 2023 | UNCTAD. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>.

Recebido em: 12/03/2023  
Aprovado em: 10/11/2023



# IDENTIDADES: “UM BICHO PAPÃO” PARA AS SOCIEDADES DO NORTE DE MOÇAMBIQUE?

IDENTITIES: "A BOGEYMAN" FOR THE SOCIETIES OF  
NORTHERN MOZAMBIQUE?

---

**RESUMO:** As identidades étnicas e religiosas têm sido apontadas por diversos estudos como os principais catalisadores da violência que assola a região norte de Moçambique, com epicentro em Cabo Delgado. A partir da perspectiva dos estudos sobre os contextos e circunstâncias culturais que moldam a formação de identidades na interconexão entre memória cultural e coletiva, bem como história, busca-se identificar os principais momentos e elementos históricos das sociedades da região e suas contribuições na configuração das relações sociais ali estabelecidas, a fim de compreender os acontecimentos mais recentes. Por meio de pesquisas de campo e arquivo, e na revisão da literatura, argumenta-se que as identidades étnicas e religiosas constituem um complexo "bode expiatório", quando analisadas à luz da história de intercâmbios culturais que moldaram o quadro etnográfico da região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Norte de Moçambique; Violência; Identidades Étnicas; Religiosidades; História.

---

**ABSTRACT:** Ethnic and religious identities have been pointed out by several studies as the main catalysts of the violence plaguing the northern region of Mozambique, centered in Cabo Delgado. From the perspective of studies on the cultural contexts and circumstances that shape identity formation in the interconnection between cultural and collective memory, as well as history, this paper seeks to identify the main moments and historical elements of the region's societies and their contributions to the configuration of the social relations established there, in order to understand the most recent events. Through field and archival research, and literature review, it is argued that ethnic and religious identities constitute a complex "scapegoat", when analyzed in light of the history of cultural exchanges that shaped the ethnographic framework of the region.

**KEYWORDS:** Northern Mozambique; Violence; Ethnic Identities; Religiosity; History.

CHAPANE MUTIUA

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

# IDENTIDADES: “UM BICHO PAPÃO” PARA AS SOCIEDADES DO NORTE DE MOÇAMBIQUE?

Chapane Mutiua<sup>1</sup>

“O qual trato de mercadoria é tam necessário que sem ele se non susteria o mundo; este é que nobreça os Regnos, que faz grande as gentes e nobelita as cidades, e o que faz a guerra e a paz do mundo” (PIRES apud WALLERSTEIN 2004, p. 4).

“Não haverá paz entre as nações, se não existir paz entre as religiões. Não haverá paz entre as religiões, se não existir diálogo entre as religiões” (KÜNG, 2004).

## Introdução

Os dois trechos acima chamam a atenção para dois fenômenos que têm acompanhado a humanidade desde a antiguidade até os dias atuais: o comércio e a religião. Tomé Pires, um cronista português do século XVI, destaca a importância do comércio como um fator que impacta a história da humanidade de forma ambígua: por um lado, impulsiona o desenvolvimento das sociedades, e por outro, causa as guerras que as destroem. Por sua vez, Hans Küng, um teólogo suíço, chama a atenção para o fenômeno religioso, que pode gerar paz ou guerra, dependendo de como diferentes identidades e entidades religiosas se expressam em suas relações, vivências e convivências cotidianas.

Ambos os fenômenos, economia e identidades (religiosas ou étnicas), merecem atenção na busca por compreender os conflitos contemporâneos, como no caso da insurgência no norte de Moçambique. Uma análise profunda da história da região norte de Moçambique nos permite questionar até que ponto as identidades étnicas e religiosas, apontadas desde o início como a causa da insurgência, não são apenas um "bicho-papão" usado para disfarçar as principais causas.

O 'bicho-papão' é uma lenda social que pode receber diferentes nomes em diferentes sociedades. No entanto, independentemente do contexto social em que esse fenômeno ocorre, ele possui características comuns: é sempre o 'bode expiatório' para problemas reais que seus perpetradores desejam evitar a responsabilidade, ou usam para amedrontar a sociedade e obter vantagens em determinados conflitos. Muitas vezes, o 'bicho-papão' é utilizado para dissuadir crianças de realizar ações que seus pais não permitem. A ideia de usar essa metáfora no caso do conflito violento no norte de Moçambique, com epicentro em Cabo Delgado, é destacar que, desde o início e sem investigações precisas, as identidades étnicas e religiosas foram apontadas como a

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Africanos pelo Centro de Estudos de Culturas de Manuscritos da Universidade de Hamburg; Investigador do Departamento de Estudos Políticos e Históricos do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. [chapanemutiua@gmail.com](mailto:chapanemutiua@gmail.com)

força motriz por trás do conflito. Ao comparar a situação em Cabo Delgado com a lenda do 'bicho-papão', não estou excluindo a possibilidade de que os fatores mencionados (etnicidades e religiosidades) façam parte do problema. Como os trechos acima ilustram, as diferenças religiosas e os problemas étnicos têm sido, são e provavelmente continuarão sendo fatores geradores de conflitos no mundo. No entanto, como algumas pesquisas já realizadas sobre a violência em Cabo Delgado mostram, 'negócios' e 'lucro' podem ser, talvez, alguns dos maiores fatores, potencialmente envolvendo até os anteriores. Portanto, acreditamos ser importante analisar a questão das identidades e seu possível impacto no conflito no norte de Moçambique. No entanto, vale ressaltar que este artigo não busca responder a questões como: qual é a causa do conflito em Cabo Delgado ou qual é a identidade étnica ou religiosa dos insurgentes. O presente artigo tem como objetivo, por um lado, traçar os trajetos históricos que influenciaram a formação do mosaico étnico e religioso que temos hoje na região e, por outro lado, analisar como essa matriz histórica poderia ser explorada na ideologização da insurgência.

Nessa perspectiva, é importante examinar o processo histórico de construção das diversas identidades étnicas e religiosas que hoje estão representadas no norte de Moçambique. E, como esse processo de construção de identidades busca suas bases nas memórias coletivas das sociedades (ASSMANN; CZAPLICKA; 1994) dos grupos, é aí que baseamos nosso ponto de partida. Vale ressaltar que os principais conceitos relacionados à memória e que provavelmente reúnem mais consenso na área de estudos culturais foram desenvolvidos pelos trabalhos de um sociólogo (Maurice Halbwachs) e de um historiador de arte (Aby Warburg), bem como por outro historiador (Jacques Le Goff) (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995; CONFINO, 1997; ERLI 2008; ASSMANN 2012). Essa multiplicidade de abordagens e disciplinas que guia a gênese dos estudos culturais inspira o modelo de análise de fenômenos culturais, incluindo memória e identidade. No entanto, o que quero destacar ao usar a perspectiva dos estudos culturais na abordagem da memória e identidade é sua relação intrínseca com a história. De fato, a memória é a ferramenta que permite às pessoas desenvolverem sua identidade pessoal tanto no nível do 'EU' quanto do 'NÓS'.

O processo de formação de identidades se desenvolve de forma diacrônica com base nos eventos e experiências que ocorrem ao longo do tempo. Jan Assmann delinea dois modelos inter-relacionados de desenvolvimento: um horizontal, em que o tempo é o fator determinante para a formação da consciência (identidade) individual ou coletiva; e outro vertical, que evolui do 'indivíduo' para o 'social' e termina no 'cultural' (ASSMANN 2011). Essa orientação resulta da influência da análise de Maurice Halbwachs, que defende o determinismo da interação social na construção da memória coletiva e, conseqüentemente, da consciência identitária (HALBWACHS, 1992). É importante destacar que existem grandes debates em torno da distinção entre memória coletiva e memória cultural. No entanto, essa distinção não é o objetivo desta reflexão, conforme

mencionado anteriormente. Em vez disso, visamos utilizar essa perspectiva dos estudos culturais porque é considerada a mais adequada para a discussão de nosso tema: identidades étnicas e religiosas no norte de Moçambique. Portanto, concentramos nossa atenção na noção de 'memória' como todos os meios, ferramentas e manifestações usados para construir imagens do passado, seja ele individual ou coletivo.

Essa perspectiva nos permite observar como eventos ou fatos históricos selecionados são usados para construir narrativas que agregam comunidades, sociedades ou nações por meio da construção de identidades. No entanto, Assmann e Czaplicka chamam nossa atenção para a diferença entre memória comunicativa, que é construída por meio da interação diária e da comunicação oral, e memória coletiva ou cultural. A primeira (memória comunicativa) possui um horizonte de referência muito curto, tornando-se suscetível a mudanças e manipulações, enquanto a segunda possui um ponto de referência fixo no passado histórico, representado e preservado por meio de manifestações culturais como textos, rituais e monumentos (ASSMANN; CZAPLICKA, 1994, p. 129). Também é importante considerar a distinção entre memória local e nacional e como elas podem se relacionar, seja por meio de negociação e integração ou por meio de imposição e silenciamento (POUWELLS, 1987).

As comunidades da região de Cabo Delgado, assim como suas congêneres em Nampula e no restante da África Oriental, resultam de uma longa história de relações entre o vasto Oceano Índico e o continente. Nessa jornada, gostaria de destacar três fatores importantes: migrações, comércio e religião em três períodos distintos (pré-colonial, colonial e pós-colonial).

## MIGRAÇÕES

Os povos de Cabo Delgado parecem resultar, por um lado, da interação entre os Wak-Wak - a quem Joseph Mbwiliza atribui o status de primeiros habitantes da região - com os imigrantes bantus, sendo os últimos destes grupos os Zimbabueses e Maraves (MBWILIZA, 1980; LIESEGANG, n.p.). O fenômeno migratório, impulsionado fundamentalmente por fatores econômicos, determinou não apenas a (re)configuração sociodemográfica e política, mas também conduziu a mudanças geoestratégicas que marcaram a história recente do país e da região.

Esses processos migratórios trouxeram, por um lado, conflitos que levaram ao afastamento de alguns grupos para outras regiões ou à sua quase eliminação. Por outro lado, por meio da integração através de casamentos (muitas vezes forçados), levaram a simbioses que ainda carecem de pesquisas para um esclarecimento mais profundo. No entanto, argumentos nesse sentido existem. Um exemplo é o de Machado (1970), que sugere que os Makhuwas, por exemplo, resultam do encontro entre os Zimbabueses e/ou Maraves e os Koisans. Gerhard Liesegang, por outro

lado, sugere que os Makondes, outrora também conhecidos como Mavihas, têm a mesma origem mítica que os Makhuwas da região de Cabo Delgado, ou seja, do curso superior do rio Lugenda. Os termos Mwani e Makonde, hoje usados para designar diferentes grupos étnicos, resultam da adaptação de designações geográficas, sendo Mwani (costa) e Makonde (floresta fechada). Outro aspecto que sustenta esse argumento de origem comum está relacionado ao fato de que quase todos esses povos são matrilineares, embora os Wamwani combinem a matrilinearidade com o patriarcado oriundo do Islã.

No entanto, afirmar que esse processo foi totalmente pacífico e livre de conflitos seria uma distorção dos dados. Importa destacar que também houve conflitos que moldaram a configuração sociodemográfica e o processo de formação das identidades étnicas na região. Por exemplo, em relação aos primeiros conflitos étnicos registrados na região, Joseph Mbwiliza sugere que surgiram logo após os primeiros contatos entre os Wak-Wak e os povos Makhuwa (bantú), resultando, como consequência, durante o século X, em muitos elementos desses povos sendo vendidos como escravos para os indonésios (MBWILIZA, 1980, p. 75). Nancy Hafkin acrescenta que, devido a conflitos, "esses povos se separaram em dois grupos: Makhuwas e Lomwés". Os dois grupos ocuparam a região entre os rios Rovuma, Lugenda, Zambeze e o Oceano Índico, abrangendo os territórios das atuais províncias de Zambézia, Niassa, Nampula e Cabo Delgado (HAFKIN, 1973, p. 2-5).

Gerhard Liesegang descreve conflitos entre os Makondes e seus vizinhos Makhuwas e Wamwanis no século XIX. Tais conflitos, relatados em alguns documentos desse período e também pela tradição oral, resultaram algumas vezes em estabelecimentos de acordos, sejam eles voluntários ou forçados. Alguns desses acordos tinham como base o estabelecimento de parentesco com mulheres roubadas, sequestradas ou simplesmente oferecidas. Através desses acordos, estabeleceu-se, por exemplo, uma 'relação de brincadeira' (joking relationship, em inglês; utani em Kiswahili; onavili, em Emakhuwa). Algumas dessas relações se estendem até o Niassa, por exemplo. Para citar alguns casos concretos, existem esse tipo de relações entre os Wamwani de Pangani e os Makondes (conforme me foi informado lá em Pangani), entre os Wamwani de Quissanga e os Amettho dos Mwaliya, e entre os Makondes e os Ayao.

Entre os séculos XVIII e XIX, a região norte de Moçambique passou por uma reestruturação política, social e demográfica com a chegada de novos grupos populacionais. Destaque vai para os povos Marave, que percorreram quase todo o norte de Moçambique, impulsionando a mobilidade de grupos Makhuwas como os Mogovolas e Imbamelas, que chegaram ao centro e sudoeste da província de Nampula, bem como os Ametto, que povoaram o sul de Cabo Delgado (MACHADO, 1970; MEDEIROS, 1997). Esse processo de reestruturação continuou com a chegada, já na segunda metade do século XIX, dos Ngunis, chamados localmente

de Magwangwaras ou mafitis (MEDEIROS, 1997). Esses últimos foram responsáveis por várias guerras contra quase todos os grupos que encontraram na região e só terminaram com sua integração na estrutura social e demográfica.

As relações de parentesco mencionadas anteriormente foram importantes para o estabelecimento de acordos de paz entre as diferentes chefaturas africanas, assim como para acordos de vassalagem com os portugueses (MUTIUA, 2014). Líderes como Boana Shaki ibn Abdulatifo al-Mafazi, sheikh de Quissanga, desempenharam um papel fundamental nesse contexto. Boana Shaki foi o mediador da vassalagem do Mwaliya e da tentativa de vassalagem do Muguia (ambos Makhuwas). Devido à sua influência no sertão da região e às suas boas relações com muitos dos chefes locais até o lago Niassa, Boana Shaki foi solicitado pelos portugueses a acompanhar a expedição de Augusto Cardoso em 1884-5 (MEDEIROS, 1997).

## O COMÉRCIO NO OCEANO ÍNDICO OCIDENTAL

O mundo é um mercado constituído por vários outros mercados em miniatura. É nesse processo de trocas comerciais que os povos do interior do norte de Moçambique se viram obrigados a se relacionar com os da costa e, por meio deles, com o Oceano Índico. As sociedades, principalmente as muçulmanas nas três províncias da região norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa e Nampula), se configuraram e se desenvolveram nesse contexto de um grande mercado – o Oceano Índico. De fato, o Oceano Índico foi o centro de todas as trocas, e em suas costas se estabeleceram as cidades que ao longo de sua longa história desempenharam os papéis de centros e/ou periferias.

Com a ajuda das monções, as cidades da península arábica e do Golfo Pérsico (Shiraz, Muscat, Hadramawt) se posicionaram desde o período pré-islâmico como o grande centro na região ocidental do Oceano Índico, onde a costa oriental da África e as ilhas ao seu largo serviram como periferia a esses centros (NAKARUMA, 2012; BANG, 2014; 2019). A chegada dos Portugueses no final do século XV contribuiu para o fortalecimento dos laços comerciais entre a costa oriental da África (com destaque para a costa de Moçambique e seu interior) e as cidades indianas de Gujarat, Damão, Diu e Goa (MALEKANDATHIL, 2016). As designações de Bait-al-Zanj ou Zanjibar pelos árabe-persas e mais tarde de Etiópia Oriental pelos Portugueses sugerem uma visão homogênea sobre a função desempenhada pela região no contexto do sistema econômico da época (SANTOS, 1891; TALHAMI, 1977, p. 446).

E porque "o trato de mercadoria" é gerador de conflitos, a ele se devem as cisões ocorridas em Shiraz, Muscat e Hadramaut, que resultaram no estabelecimento de cidades na costa oriental da África (Mogadíscio, Pate, Quíloa, Mombaça, Pemba, Zanzibar, entre outras) (PEARSON,

2003). E dessas cidades, principalmente de Quíloa, os mesmos fatores econômicos gerariam novas ondas migratórias para o sul, fundando as cidades costeiras do canal de Moçambique (Tungi, Quissanga, Pangane, Olumboa, Mucojo, Mocimboa, Messanja, Angoche, Ilha de Moçambique, Quelimane, Sofala, entre outras) (NEWITT, 1972, p. 388-399; CHITTICK, 1963; VILHENA, 1905). Foram esses processos impulsionados, fundamentalmente, por fatores comerciais que, durante vários séculos, moldaram as sociedades muçulmanas da costa norte de Moçambique. Essas cidades, situadas no terceiro anel periférico, também se estabeleceram como centros de destaque na intermediação entre os centros de produção de mercadorias localizados no interior da região e o vasto mercado do Oceano Índico.

## RELIGIÃO: DA HISTÓRIA DA ESTRUTURAÇÃO DO ISLÃO AO ECLODIR DO CONFLITO NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Se por um lado o comércio inaugurou os intercâmbios entre a África Oriental e o vasto Oceano Índico, por outro lado o advento do Islã permitiu o desenvolvimento de elites muitas vezes com funções nas três esferas da vida de suas sociedades – comércio, religião e política. Essas elites estenderam uma teia de relações políticas, comerciais e religiosas por via de laços de parentesco e da língua (BONATE, 2007; KRESSE, 2012, p. 34; 2013, p. 78). Conforme mencionado acima, diversas ondas de movimentos migratórios do sudoeste asiático para costa oriental de África influenciaram a configuração das sociedades Swahili e da sua cultura (VERE ALLEN, 1994). Este processo decorreu com recurso aos casamentos mistos entre as populações nativas e os “novos ou mais recentes” imigrantes (BONATE, 2007). Por esta razão, até finais do século XIX, a maior parte das elites políticas, comerciais e religiosos do norte de Moçambique mantinham relações de parentesco com suas congêneres em outros espaços da África oriental e no sudoeste asiático.

A estruturação do Islã no norte de Moçambique deve ser enquadrada no contexto desses processos migratórios e de relações de parentesco e da história das disputas sobre autoridade e poder político e religioso nessas sociedades. Como referido anteriormente, o Islã chegou ao território que hoje é Moçambique com comerciantes muçulmanos (árabes e persas) (VILHENA, 1905). Como os comerciantes interagiam com a elite política e comercial local, a fé islâmica circulava nessas redes de elite. Desta forma, a autoridade do Islã foi representada pelos governantes locais que aderiram à nova fé (TRIMINGHAM, 1964). Esta situação durou até o final do século XIX e início do século XX, com a chegada das *turuq* (irmandades muçulmanas), *Shaddiliyya Yashurutiyya* (1896) e *Qadiriyya* (1904-6), a anterior trazida das Comores pelo sheikh Amur b. Jimba e a posterior de Zanzibar, pelo sheikh Isa b. Ahmad também de origem comoriana (BANG, 2003; BONATE, 2007).

A chegada das *turuq* trouxe um novo desafio ao anterior *status quo*, pois, elas não concordaram que a autoridade religiosa ficasse sob o controle da elite política local, alegadamente porque sua liderança no contexto religioso não era legitimada pelo conhecimento religioso, mas sim pelo poder político (BONATE, 2007). No entanto, tal elite política já há muito que estava inserida nas redes de intercâmbio intelectual e comercial ao nível da região ocidental do Oceano Índico, o que forçou as confrarias a se integrarem na esfera das relações das acima mencionadas elites política e comercial. Na verdade, os muçulmanos locais que tinham algum conhecimento dos ensinamentos islâmicos na época da chegada das *turuq* eram todos membros da elite política e comercial. Através das redes de relações já mencionadas, as elites políticas e comerciais detinham a capacidade e o privilégio de enviar seus filhos e parentes para estudar nos principais centros de ensino da região e/ou convidar os *ulama* para ensiná-los localmente. Pelo que, a maioria dos primeiros membros e líderes das confrarias em Moçambique, faziam parte ou da elite política ou da comercial, o que facilitou a sua integração nas redes sociopolíticas, comerciais e religiosos anteriormente estabelecidas.

Com a integração das *turuq* nas antigas redes, os *shuyukh* das confrarias passaram a ser reconhecidos como autoridades religiosas nas comunidades muçulmanas moçambicanas. Assim, até o final da época colonial (início dos anos 1970) sheikhs das confrarias como Said Habib Bakr ou Baguir da Ilha de Moçambique (Nampula), Said Abdul Majid de Mecufi (Cabo Delgado) e Abdul Gamal Megama de Chiúre (Cabo Delgado) gozaram de poderosa influência na política local e tinham uma rede de relações que se estendiam para o resto da África Oriental e nas ilhas ocidentais do Oceano Índico.

No final dos anos 1960, registra-se o regresso do sheikh Abubakar Ismael Mangira ao país depois de concluir os seus estudos em Medina (BONATE, 2007, p. 177). O seu regresso a Maputo inaugurou a segunda onda de contestação pelo controle da autoridade religiosa entre os muçulmanos em Moçambique. Se a primeira onda de contestação (mencionada atrás) foi motivado pela falta de conhecimento religioso das elites políticas que controlavam a autoridade religiosa, a segunda considerou aqueles antigos contestatários de ignorantes e praticantes de *bid'a* (inovação) (BONATE, 2007, p. 178). A disputa entre os pró-*Wahabi* e as confrarias marcou a transição entre o final do período colonial e o pós-colonial.

A disputa entre os *ulama* de orientação wahabita e os seguidores das *turuq* (confrarias) gerou vários debates no seio da comunidade muçulmana em Moçambique. Esses debates que ainda hoje continuam têm como epicentros as práticas de *mawlid* (celebrações do nascimento do Profeta Muhammad S.A.W), a integração de aspectos culturais locais em alguns rituais religiosos e até mesmo em questões relacionadas com orações (*salat*). No caso de *salat*, por exemplo, um dos grandes focos dos debates foi a oração de *Juma*, em que para uns era considerada *sunna* (prática



tradicional do profeta) e para outros um *fardh* (dever). A escolha do silêncio (*sukut*) ou a voz alta (*nasheed*) durante os rituais fúnebres foi outra questão bastante discutida.

O conflito intra-Islã que se inaugurou nos anos 1960 nunca foi totalmente solucionado permanecendo ativo até hoje. Tal situação instalou sentimentos de ódio entre os muçulmanos, principalmente devido a expropriação de mesquitas e a forma violenta como se manifestou em determinados momentos. Com este contexto, desde que o país se tornou independente do colonialismo português (1975), a comunidade muçulmana de Moçambique dividiu-se em dois ramos, os *Wahabi*, também denominados *sukut* (silêncio) em algumas regiões, e os sufis (das confrarias), também denominados *Nasheed* ou *Nakazako* em algumas comunidades. Os *wahabi* tinham a sua sede principal em Maputo, mas expandiram-se rapidamente para todo o país. Por outro lado, os muçulmanos sufis tinham sua autoridade simbólica no norte do país onde eram majoritários.

No entanto, durante a 'guerra de libertação' os portugueses tentaram explorar a influência dos líderes muçulmanos no norte, através da ideia de 'portugalização' do Islã, um projeto liderado por Fernando Amaro Monteiro, o então membro da Inteligência colonial portuguesa (PIDE - Polícia Internacional e Defesa do Estado) (MACHAQUEIRO, 2011, p. 46). Monteiro patrocinou viagens ao *Hajj* (peregrinação a Meca) para um grupo de líderes muçulmanos e a tradução da coleção de *Hadith de Al-Bukhari*, entre outras iniciativas que visavam desencorajar os muçulmanos do Norte a se juntarem à 'guerra de libertação'. Estas iniciativas não foram bem recebidas pela liderança da FRELIMO que virou as costas ao Islã, mas também à outras confissões religiosas.

No início dos anos 80, a FRELIMO decidiu rever a relação com as instituições religiosas e encorajou a criação de organizações religiosas legais (MORIER GENOUD, 2000; BONATE, 2008). No contexto das comunidades muçulmanas, a oportunidade favoreceu o grupo *Wahabi* de Mangira que, para além da sua proximidade com o centro do poder (Maputo), tinha a vantagem de ser relativamente bem treinado e dominar as ferramentas de intervenção no espaço público e político, a língua portuguesa e o alfabeto latino. Abubakar Mangira e Aminnudin Muhammad fundaram o Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO). Embora o CISLAMO devesse representar todos os muçulmanos do país, os seguidores das confrarias não aderiram à organização, e decidiram por criar outra organização para representá-los - o Congresso Islâmico de Moçambique (o Congresso), sob a liderança de Hassan Magda (BONATE, 2008, p. 646). Tanto o CISLAMO como o Congresso, constituídos como organizações de âmbito nacional, fixaram as suas sedes em Maputo, com representações ou delegações em todas as províncias e distritos.

Entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, a African Muslim Agency (AMA), uma ONG internacional com sede no Kuwait, estabeleceu-se em Moçambique com

objetivos de apoiar e promover a área de educação Islâmica (BONATE, 2008). A AMA abriu dois tipos de instituições educacionais: as escolas que combinam educação formal e religiosa (por exemplo, o grupo de escolas da AMA em Nacala, Nampula e Cabo Delgado); e as escolas puramente religiosas ou *madrassa* que se espalharam por todo o país, com especial impacto no norte de Moçambique, bem como centros de formação de *ulama* (professores das escolas do Alcorão), a maioria deles em Maputo e Matola (por exemplo, na mesquita do bairro da Liberdade, na Matola, com internato; Hamza, no centro da cidade da Matola). Além das escolas mencionadas acima, a AMA também ofereceu bolsas de estudos para alunos selecionados para estudar em países árabes. Por meio dessas bolsas, um grande número de jovens foi estudar no Sudão, Egito, Líbia, Kuwait, Arábia Saudita, etc. A maioria dos que se beneficiaram das bolsas foram recrutados a partir das organizações ligadas ao CISLAMO e entre membros do Congresso. No entanto, em seu retorno, todos ou quase todos estavam orientados a negar as confrarias e o sufismo. Muitos desses jovens hoje integraram o quadro administrativo do governo. Muitos outros ingressaram no setor privado, mas um grande número daqueles que estudaram teologia e lei islâmica permaneceram na esfera religiosa realizando atividades como Imames, professores do Alcorão, etc., sob a égide do CISLAMO.

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, um grupo desses jovens se separou do CISLAMO. Liazzat Bonate sugere que essa cisão teve suas origens na alegada marginalização dos jovens *ulama* que se sentiram bloqueados no acesso aos cargos de liderança no seio do CISLAMO. Acrescenta Bonate que tal bloqueio se deveu a questões raciais e étnicas (BONATE, 2008). O argumento sobre questões raciais e étnicas, invocado por Liazzat Bonate, pode ser bastante discutível já que esses novos *ulama* acabavam de regressar e os cargos poderiam estar ocupados. No entanto, o caminho percorrido desde os primeiros regressos até a efetivação da cisão merece um escrutínio sério, até porque muitos desses jovens *ulama* que se mantiveram na estrutura do CISLAMO tornar-se-iam mais tarde líderes de destaque ao nível nacional, provincial e distrital. Contudo, importa referir que esses episódios que levaram à cisão coincidiram com uma crescente importância da população muçulmana no contexto de eleições democráticas multipartidárias.

Ainda assim, parece que a cisão no CISLAMO não se deveu a motivações políticas, mas muito provavelmente, se deveu às questões de autoridade e poder (como acontecera com a chegada das *turuq*), pois, aqueles que se separaram criaram uma nova organização designada de *Ahl al-Sunna wa Jamma* (os seguidores das tradições e da comunidade do Profeta). No entanto, parece que existem diferentes ramos dos que se consideram *Ahl al-Sunna wa Jamma*, uma vez que alguns deles estão ligados à AMA, enquanto outros têm diferentes conexões internacionais. Além disso, nas áreas rurais do norte de Moçambique são conhecidos pelos dois nomes: African Muslim e *Ahl*

*al-Sunna*. Devido a esses novos movimentos, desde o final da década de 1990, o número de novas mesquitas se multiplicou na região.

A introdução da AMA em Moçambique mudou o sistema de educação Islâmica. Com efeito, e tal como descrito anteriormente, houve uma ruptura brusca e violenta com as escolas Islâmicas tradicionais, conhecidas no norte de Moçambique como *chuo* ou *kioni*, que se baseiam na caridade recíproca entre alunos e professores para se introduzir a chamada “madrassa moderna”, cujos professores são formados em escolas especializadas em Maputo, Beira e no estrangeiro, e recebem um salário pago por instituições internacionais ou indivíduos geralmente desconhecidos pela autoridade governamental. As “madrassas modernas”, em sua maioria controladas e patrocinadas pelo CISLAMO, abandonaram o antigo sistema baseado na *lawh* ou *lipau/nimpau* e passaram a usar quadro, cadernos e livros curriculares como nas escolas formais. O novo sistema de educação Islâmica em Moçambique introduziu também exames centralizados e o uso de livros organizados em graus como nas escolas formais. A maioria dos livros usados nessas madrassas é fornecida pelo Waterval Islamic Institute com sede em Joanesburgo, África do Sul. Há também um número crescente de escolas turcas no sul do país, no entanto, sem evidências de sua presença no Norte do país. O mesmo acontece com as escolas islâmicas dominadas por muçulmanos moçambicanos de origem paquistanesa que foram mencionadas em algumas entrevistas em Maputo, mas não se encontrou nenhuma evidência de sua existência no norte de Moçambique.

## AS COMUNIDADES DE CABO DELGADO HOJE

Durante o século XIX, enquanto os estados costeiros da região de Cabo Delgado mantinham essa relação simbólica de suserania com Zanzibar, exploraram as rotas comerciais para o hinterland e fortaleceram o seu poder sobre o principal patrimônio natural, a terra. Utilizando as habilidades políticas e intelectuais adquiridas no contexto de suas relações regionais oceânicas e diante do avanço do sistema colonial na região, as elites muçulmanas de Cabo Delgado conseguiram reinventar-se e reorientar as relações de suserania que mantinham com Zanzibar para o novo poder regional que se impunha – o colonialismo português. Ao fazer isso, os muçulmanos do norte de Moçambique conseguiram manter o controle sobre suas terras, territórios e o comércio. Além disso, utilizando suas habilidades de literacia em ajami (alfabeto árabe para escrever em Kiswahili, Kimwani e outras línguas que não o árabe), estabeleceram-se como uma classe de colaboradores com competências necessárias ao novo estado regional. Dessa forma, vários intelectuais muçulmanos assumiram cargos como intérpretes ou tradutores oficiais, sargentos-mores, capitães-mores ou ajudantes administrativos, além dos cargos locais que passaram a ser oficialmente reconhecidos pelos portugueses (MUTIUA, 2014).

Ao nível do comércio, nos finais do século XIX, as cidades costeiras do norte de Moçambique reorientaram-se para o Ibo e Ilha de Moçambique contra os anteriores centros, Kilwa e Zanzibar. Alguns destes estados desenvolveram uma especialização comercial baseada no produto que mais ocorria em seu território. Por exemplo, o Sultanato de Tungi, além de cana de açúcar, comercializava marfim vindo do seu hinterland e tartarugas capturadas em suas ilhas. Mocimboa (hoje Mocímboa da Praia), sob o controle da dinastia dos Mwikumba, comercializava tartarugas, esteiras feitas com folhas de palmeiras, goma copal, urzela, borracha, marfim e madeiras. O sheicado de Pangane, de Saleh b. Tahiri e Hajj Mussa b. Yussuf, dedicava-se à produção e venda de produtos agrícolas, além de servir como porto de escoamento dos produtos vindos das margens do rio Messalo. O sheicado de Quissanga, dominado pela dinastia dos al-Mafazi, para além da produção agrícola e pesca, era o principal elo entre a Ilha do Ibo e o hinterland, controlando rotas caravaneiras de marfim que vinham do Medo, Niassa e Alta Zambézia (MEDEIROS, 1997).

Contudo, as relações com os portugueses durante toda a segunda metade do século XIX não foram pacíficas nem estáveis, foram as possíveis, num momento em que a região enfrentava novas reestruturações de poderes e de terras entre as várias unidades étnicas que se defrontavam entre si, mas que também enfrentavam um novo concorrente, os mafitis (Ngunis ou Ngunizados). E mais uma vez coube aos intelectuais muçulmanos, como Boana Shaki b. Abdulatifo al-Mafazi, Muhammad b. Sheikh e Saleh b. Tahiri, por exemplo, o papel de mediador para pacificar os mafitis que atacavam tudo e todos (sobre o impacto destes grupos ver, MEDEIROS, 1999).

O estabelecimento da máquina administrativa colonial de fato, que inicia com a Companhia do Niassa acompanhada pela penetração missionária, impõe novas mudanças ao status quo. A primeira mudança a destacar é a expropriação do território e dos recursos. O fim das relações de suserania e o início da subjugação total das populações, acompanhadas de uma hostilização ao Islã. A segunda mudança é a criação de um novo sistema de educação que vai formar uma nova elite. Os cerca de 60 anos de administração colonial de fato representam o início de um processo de marginalização da região e de suas anteriores elites. Pois, a mudança do tipo de mercadorias implicou transformação nas orientações do comércio, assim como dos seus protagonistas. Enquanto a expropriação do território transforma seus antigos governantes em meros assalariados.

A título de exemplo, enquanto no período anterior cabia aos sheikhs e sultões contratar pessoas para cortar madeira e depois enviar aos portugueses no Ibo ou Ilha de Moçambique, assim como indicar espaços para o estabelecimento de lojas dos comerciantes estrangeiros (Indianos, fundamentalmente), com a ocupação colonial de fato, a administração portuguesa passou a controlar diretamente a exploração desses recursos, o acesso à terra e a circulação comercial. Por outro lado, a supressão da literacia ajami na esfera administrativa excluiu os intelectuais

muçulmanos que foram substituídos por uma nova elite formada nas escolas missionárias. É essa nova elite local formada nas escolas missionárias que estará na dianteira para assumir protagonismo no processo de luta de libertação nacional e no pós-independência. Assim, enquanto no período pré-colonial eram os wana wa wibu que assumiam os cargos de capitão-mor porque dominavam a escrita com alfabeto árabe, no período pós-colonial passaram a ser aqueles que dominam o alfabeto latino e/ou participaram no processo de luta de libertação nacional.

Tal cenário representou uma continuidade do processo de marginalização de grande parte da população muçulmana no norte de Moçambique, ou seja, os 45 anos da independência representam continuidade de um status quo iniciado nos anteriores 60 anos de colonização de fato. Saíram os colonialistas portugueses, mas os recursos e a terra não voltaram ao controle daqueles que se sentem seus legítimos donos, por via de uma herança milenar testemunhada pelos diversos santuários e makaburi a masharifu (cemitérios dos Sharifos), espalhados por toda a costa desde Mbwizi, Ulo, Mulipululu, Bassorá, Infussi, Sancul, Khatamoio, etc. Saíram os colonos, mas vieram os "ditos cujos", os "vientes" e os "imigrantes" internos e externos que, em parceria com as novas elites, controlam a exploração dos recursos e as rotas comerciais (ARAÚJO, 2015; CRUZ e SILVA, 2015; SOTO, 2015).

Contudo, desde o estabelecimento da administração colonial de fato, até a eclosão da violência em 5 de outubro de 2017 (em Mocimboa da Praia), nunca se tinha registrado nenhum evento violento entre as diferentes etnias ou religiões, com exceção das já mencionadas crises dentro do Islão, acrescido das ostracizações dirigidas pelos ulama do CISLAMO e dos Ahl Sunna contra as práticas e rituais religiosos de origem africana.

## CONCLUSÃO

Importa voltar à questão sobre identidades étnicas e religiosas para fazer as conclusões. O que procurei mostrar na abordagem sobre a constituição sociodemográfica da população de Cabo Delgado é o seguinte: 1) há uma relação histórica e até mitológica nas narrativas sobre a sua origem; 2) há relações estabelecidas ao longo do seu percurso histórico que criaram aproximação entre diferentes grupos – uma aproximação que em determinadas famílias hoje gera até interseção; 3) não podemos omitir que houve conflitos entre os diferentes grupos étnicos, mas também não devemos afirmar que esses conflitos eram essencialmente étnicos. Por outro lado, ao discorrer sobre a história da estruturação do Islã, procurei mostrar que: 1) por um longo período da história do Islã em Moçambique, não encontramos um conflito com grupos não muçulmanos que se possa denominar de conflito religioso ou jihad, como alguns investigadores têm procurado defender; 2)

nunca houve um Estado muçulmano centralizado, mas houve relações de suserania e de colaboração em momentos específicos e em questões específicas.

Com base em tudo isso, podemos concluir que o atual conflito não se inspira na história das relações étnicas, nem na história das relações religiosas locais. Contudo, os processos de construção do Estado moderno em Moçambique, que iniciam com o processo de colonização e culminam com a luta pela independência, foram marcados por violência, exclusão e marginalização de uns aos outros. Essa violência deixou marcas agudas na memória das pessoas, assim como a incapacidade do Estado em suprir a maioria das necessidades básicas em vastos territórios tem sido aproveitada para, através da manipulação das identidades étnicas e religiosas feridas pelos processos ora mencionados, dividir os moçambicanos do norte de Moçambique e colocá-los em guerra uns contra os outros sob a máscara da religião.

## REFERÊNCIAS

Araújo, Manuel G. M. Imigrantes: um peso demográfico. In: CRUZ e SILVA, Teresa; ARAÚJO, Manuel G. M.; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). **Comunidades Costeiras: perspectivas e realidades**. Maputo: CESAB, 2015, p. 89-131.

ADAM, Y. Mueda, 1917-1990: **Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento**. Arquivo, n. 14, outubro de 1993. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, p. 9-103.

AMIN, Samir. **Obsolescent Capitalism: contemporary politics and global disorder**. Londres; Nova York: Zed Books, 2003.

ARÃO, Cristian. Fetichismo e unidimensionalidade: o marxismo de Marcuse. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 7, n. 13, p. 195-207, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens dos nossos tempos**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1996.

ASSMANN, Jan. **Cultural memory and early civilization: writing, remembering, and political imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ELLR, Astrid; NÜNNING, Ansgar (eds.). **Cultural Memory Studies**. Berlin, New York: De Gruyter, 2008, p. 109-118.

BANG, A. K. **Sufis and Scholars of the Sea: Family Networks in East Africa, 1860-1925**. London: Routledge Curzon, 2003.

BONATE, Liazzat. Divergent Patterns of Islamic Education in Northern Mozambique: Qur'anic Schools of Angoche. In: LAUNAY, Robert (ed.). **Islamic Education in Africa: Writing Boards and Blackboards**. Bloomingham and Indianapolis: Indiana University Press, 2016.

BONATE, Liazzat. **Tradition and Transition: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1975**. Cape Town: UCT, 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Doutorado do Departamento de História, Cape Town: UCT, 2007.

- BONATE, L. J. K. The Ascendance of Angoche: Politics of Kinship and Territory in the Nineteenth Century Northern Mozambique. **Lusotopie**, V. 14, N. 1, 2003, p. 115-43.
- BONATE, L. J. K. Matriliney, Islam and Gender in Northern Mozambique. **Journal of Religion in Africa**, v. 36, n. 2, p. 139-166, 2006.
- BRAUDEL, Fernando. **Civilization and Capitalismo 15th – 18th Century, Vol. II: The Wheel of Commerce**. London: William Collins Sons & Co Ltd, 1983.
- CHITTICK, Neville. Kilwa and the Arab settlements of the East African coast. **Journal of African History**, v. 4, p. 179-190, 1963.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, J.; DIAS, M. **Os Macondes de Moçambique**. Lisboa: JICU, 1964-74. 4 Volumes.
- DUARTE, R. T. **Northern Mozambique in the Swahili World. Central Board of National Antiquities, Sweden**; Eduardo Mondlane University, Mozambique; Uppsala University, Sweden, 1993.
- GLASSMAN, J. **Feasts and Riot: Revelry, Rebellion, and Popular Consciousness on the Swahili Coast, 1856-1888**. Portsmouth, NH: Heinemann; London: James Currey; Nairobi: E.A.E.P.; Dare Es Salaam: Mkuki Na Nyota, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **On the collective memory**. Edited, translated and with introduction by Lewis A. Coser. Chicago and London: The university of Chicago Press, 1992.
- HAFKIN, N. **Trade, Society, and Politics in Northern Mozambique, ca.1753-1913**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Doutorado, Boston: University of Boston, 1973.
- KRESSE, Kai. **Philosophising in Mombasa: knowledge, Islam and Intellectual practice on the Swahili coast**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- KRESSE, Kai. On the Skills to Navigate the World, and Religion for Coastal Kenyans. In: MARSDEN, Magnus; RATSİKAS, Konstantinos (eds.). **Articulating Islam: Anthropological Approaches to Muslim Worlds**. New York: Springer, 2013.
- MACHADO, A. J. De Melo. **Entre os Macuas de Angoche**. Lisboa: Prelo Editora, 1970.
- MALEKANDATHIL, Pius. Circulation of People and Patterns of Maritime Migrations in the Indian Ocean During the Pre-Modern Period. In: RAMASWAMY, Vijaya (ed.). **Migrations in Medieval and Early Colonial India**. London & New York: Routledge, 2016, p. 259-286.
- MBWILIZA, J. F. **Towards a Political Economy of Northern Mozambique: The Hinterland of Mozambique Island, 1600-1900**. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação, Columbia University, 1980.
- MEDEIROS, E. **História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)**. Maputo: Central Impressora, 1997.
- MORIER-GENOUD, E. L’islam au Mozambique après l’indépendance. Histoire d’une montée en puissance. **L’Afrique Politique**, V. 1, 2002, p. 123-146.

MUTIUA, Chapane. **Ajami literacy, class and Portuguese pre-colonial administration in northern Mozambique**. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos) – Programa de Pós-Graduação, Cape Town: University of Cape Town, 2014.

NEWITT, Malyn. Angoche, the slave trade and the Portuguese c. 1844-1910. **Journal of African History**, v. XIII, n. 4, p. 659-672, 1972.

VERE ALLEN, James de. **Swahili Origins: Swahili culture and the Shunguaya Phenomenon**. London: James Currey; Nairobi: E.A.E.P.; Athens: Ohio Univesity Press, 1995.

VILHENA, Ernesto Jardim de. **A Companhia do Nyassa: relatórios e memórias sobre os territórios**. Lisboa: A Editora, 1905.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World – System Analysis: an introduction**. Durhan and London: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. A descoberta da economia-mundo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69, p. 3-16, 2004.

Recebido em: 20/05/2023  
Aprovado em: 11/12/2023



# PARCERIAS EFICAZES PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL PÓS-CONFLITO: O CASO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES “OIM” EM MOÇAMBIQUE (2019-2021)

EFFECTIVE PARTNERSHIPS FOR POST-CONFLICT  
LOCAL ECONOMIC DEVELOPMENT: THE CASE OF  
THE INTERNATIONAL ORGANISATION FOR  
MIGRATION “IOM” IN MOZAMBIQUE (2019-2021)

VIRGILIO COSSA  
FIDEL TERCENIANO

**RESUMO:** As dinâmicas socioeconômicas, influenciadas pelas políticas governamentais, abrem espaço para as ONGDs e parceiros de cooperação participarem no desenvolvimento econômico de Moçambique, proporcionando mais bem-estar aos cidadãos. Este artigo analisa o papel dos cooperadores no desenvolvimento econômico local, validando as intervenções que contribuem para o mesmo. Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, somado à aplicação de entrevistas estruturadas. Os resultados indicam que a programação ativa das ONGs, em particular a OIM em Cabo Delgado, é visível pelas intervenções nas áreas de gestão de fronteiras e fortalecimento por meio da construção de infraestruturas e outros mecanismos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Moçambique; Cooperação; Desenvolvimento Econômico; ONGs; OIM.

Editor-Gerente  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

**ABSTRACT:** Socioeconomic dynamics, influenced by government policies, create space for NGOs and cooperation partners to participate in Mozambique's economic development, providing greater well-being to citizens. This article analyzes the role of cooperators in local economic development, validating interventions that contribute to it. It is a qualitative and quantitative study based on bibliographic and documentary research, combined with structured interviews. The results indicate that the active programming of NGOs, particularly the IOM in Cabo Delgado, is visible through interventions in border management and strengthening through infrastructure construction and other mechanisms.

**KEYWORDS:** Mozambique; Co-operation; Economic Development; NGOs; IOM.

---

# PARCERIAS EFICAZES PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL PÓS-CONFLITO: O CASO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES “OIM” EM MOÇAMBIQUE (2019-2021)

Virgilio Cossa <sup>1</sup>  
Fidel Terenciano <sup>2</sup>

## Introdução

A província de Cabo Delgado, localizada na zona norte de Moçambique, constituiu-se historicamente como um dos territórios menos desenvolvidos do país. Vários fatores contribuíram para essa realidade de longo prazo. A descoberta do gás e o conflito militar despertaram atenções, preocupações e alteraram realidades e dinâmicas socioeconômicas que merecem atenção para as decisões políticas e econômicas, considerando os atuais contextos de instabilidade.

Neste artigo, lidamos com a pobreza e o desenvolvimento como lados opostos, sendo o elemento controlador o acesso aos serviços básicos pelos cidadãos. A cobertura de infraestrutura de comunicações, o número de empresas, o acesso às redes de comunicação e ao sistema bancário, entre outros indicadores, apresentam valores inferiores aos do resto do território. Dentro da província, existem grandes diferenças por distrito e localidade. Geralmente, os distritos com indicadores mais elevados são Montepuez, Cidade de Pemba, Mocímboa da Praia e Mueda. Por outro lado, os distritos com piores indicadores são Muidumbe, Mecufi, Quissanga, Meluco, Palma e Balama (INE, 2017).

É bem sabido que os parceiros de cooperação contribuem para a promoção de: i) um desenvolvimento mais profundo da cidadania, envolvendo, ou pelo menos tentando envolver, sempre a população local, o que implica um desenvolvimento flexível e diferente das potencialidades sociais; ii) a valorização de soluções da própria comunidade, aspectos que claramente são os mais válidos para as comunidades locais, porque é sempre mais fácil para uma comunidade identificar seus próprios problemas; iii) a geração de emprego e renda, pois os parceiros de cooperação conseguem criar, por meio de seus próprios projetos, lugares de trabalho e contribuir para a formação da população local.

Diante desse contexto, o presente artigo analisa o contributo da Organização Internacional para as Migrações (OIM) no desenvolvimento econômico local da cidade de Pemba (2019-2021),

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico e Local. Universidade Católica de Moçambique – FGTI. [vcossa@iom.int](mailto:vcossa@iom.int)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política e Instituições Públicas – UFSCAR. Universidade Alberto Chipande – Pemba & Escola Superior de Economia e Gestão - ESEG [fideldcanarosa@gmail.com](mailto:fideldcanarosa@gmail.com)

procurando mostrar como as diferentes intervenções da OIM impactam positivamente a vida da população residente em Pemba.

Os parceiros de cooperação para o desenvolvimento têm articulado esforços para alocar fundos de assistência para Moçambique. A província de Cabo Delgado tem sido, nos últimos anos e desde o início dos ataques terroristas em 2017, um dos principais destinos de investimento por parte dos parceiros de cooperação. Isso não só para a resposta e assistência humanitária das populações afetadas, mas também para a promoção do desenvolvimento econômico das áreas de acolhimento dos deslocados, melhorando assim o acesso e a qualidade dos serviços disponíveis nessas comunidades. São várias as ONGs e parceiros de cooperação com orçamentos robustos e operações multifacetadas na província de Cabo Delgado, implementando diferentes iniciativas em portfólios como: (i) resposta e assistência humanitária; (ii) resiliência comunitária e desenvolvimento econômico local, entre outros.

Considerando que os parceiros de cooperação, como a OIM, têm um papel ativo e são atores-chave no processo de desenvolvimento social e econômico local, torna-se pertinente refletir sobre qual é o contributo desses parceiros, como no caso da OIM, para o desenvolvimento econômico local na cidade de Pemba. O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: uma introdução que aborda de forma geral o tema e o problema em estudo, seguida pela discussão teórica sobre o contributo das ONGs no processo de cooperação para o desenvolvimento econômico e local. A terceira parte apresenta as principais constatações e a discussão analítica, e a quarta parte contempla as conclusões do estudo.

## **BREVE REVISÃO DA LITERATURA**

### **Parceiros de Cooperação**

A busca por ações que visem concretizar interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento social e econômico por meio de práticas cooperativas, tem sido uma constante ao longo dos tempos. Assim, compreender o processo de transformação e consolidação das bases locais, estabelecidas pelo cooperativismo como um conjunto de iniciativas para lidar com as diferenças e promover o desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e os conceitos que envolvem o tema.

A ideia de associar interesses comuns por meio de iniciativas cooperativas é antiga, porém, somente a partir de 1990 é que as discussões ganharam consistência, sob a perspectiva do desenvolvimento local e social, sob novas concepções e ideias que emergiram da noção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável.

Vale ressaltar que os fatores responsáveis por essa mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional quanto no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais. Nesse sentido, Frantz (2001, p. 36) destaca:

[...] cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola, comunidade, sociedade etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

Neste contexto insere-se a presente discussão como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, o qual tem como denominador comum o fato de que o cooperativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões.

[...] potencialmente, a cooperação, contem o desenvolvimento local [...]. A cooperação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor (op. cit, p. 42).

## **Desenvolvimento Econômico**

Por conveniência, o crescimento econômico (aumento do PNB per capita), acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica, deve incluir as alterações na composição do produto e na alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (DE SOUSA, 1993).

## **Indicadores de Desenvolvimento**

- Saúde: nutrição, esperança de vida e taxa de sobrevivência infantil
- Educação: taxa de alfabetização e indicadores de escolaridade média medidas por anos de estudo
- Trabalho: taxas de atividade e de ocupação
- Rendimento: PIB per capita e coeficiente de igualdade
- Habitação: disponibilidade da água, energia elétrica, geleira e televisão
- Liberdades sociais e políticas
- Preservação do meio ambiente

## **Desenvolvimento Local**

Quando abordamos o desenvolvimento local, podemos nos referir a uma variedade de contextos, como uma comunidade, um bairro, um município ou uma sub-região (VEIGA, 2001). O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não reside apenas em seus objetivos, como bem-estar e qualidade de vida, mas sim na postura que atribui à comunidade o papel de agente ativo e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isso implica uma revisão da questão da participação, onde as próprias comunidades se tornam protagonistas do processo (MARTINS, 2002).

Portanto, o desenvolvimento local envolve estratégias e políticas influenciadas pelos atores locais, visando uma integração vantajosa no desenvolvimento econômico em níveis regional, estadual, nacional e internacional. A desigualdade regional é abordada não apenas como um problema de distribuição de renda, mas também como uma questão de capacidade de geração de renda. Investimentos em capital humano, como educação de qualidade e formação profissional, são fundamentais para o desenvolvimento local. Além disso, busca-se fortalecer a função produtiva local, aproveitando as potencialidades econômicas reais de cada localidade.

Zapata (2001) explica que o conceito de desenvolvimento local se baseia na ideia de que as comunidades possuem uma série de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, assim como economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento local é um processo liderado pela própria comunidade, utilizando seus ativos e potencialidades para buscar a melhoria da qualidade de vida da população.

A estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial, conforme discutido por Zapata (2001), enfatiza a construção de capital social, o estímulo aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local por meio da cooperação, parcerias e pactuação entre os diversos atores locais em prol de um projeto coletivo de desenvolvimento mais equitativo.

## **Desenvolvimento Econômico e Local**

De acordo com Zapata (2001), a visão do desenvolvimento econômico local pressupõe um planejamento abrangente e menos simplificado sobre o funcionamento das economias. Essa abordagem sugere que a estratégia deve complementar os esforços de ajuste macroeconômico e externo, com ações voltadas para a introdução de inovações tecnológicas, de gestão e sócio-institucionais em todos os diferentes sistemas/arranjos produtivos locais e no tecido empresarial existente.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento local é um processo endógeno que ocorre em pequenas unidades territoriais e aglomerados humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma transformação singular nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve ampliar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, enquanto assegura a conservação dos recursos naturais.

Como mencionado por Buarque (1999), o desenvolvimento local geralmente está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da comunidade, articulando as potencialidades locais nas condições oferecidas pelo contexto, onde as comunidades buscam utilizar suas características específicas e suas vantagens comparativas em relação a outras regiões, especializando-se nos campos em que têm vantagem comparativa.

### **Desenvolvimento Econômico Local em Moçambique**

Para impulsionar o crescimento econômico do país, o governo de Moçambique apoia uma estratégia de Desenvolvimento Econômico Local (DEL). A ideia principal do DEL é criar um mecanismo para promover a economia local, integrando a identificação das potencialidades econômicas. As medidas de promoção visam, em primeira linha, a geração de renda e a criação de empregos. Os objetivos do DEL estão alinhados com os objetivos de combate à pobreza e melhoria das condições de vida, especialmente da população rural.

As áreas típicas de intervenção incluem: i) Criação de um ambiente econômico favorável; ii) Infraestrutura (por exemplo, estradas, rede elétrica); iii) Serviços comerciais (por exemplo, informações de mercado, transporte); iv) Serviços financeiros (por exemplo, microcrédito); v) Desenvolvimento de habilidades (por exemplo, treinamento em contabilidade). Até o momento, não existe uma estratégia nacional uniforme para a promoção do Desenvolvimento Econômico Local (HARMS, 2008).

### **Cooperação como estratégia de desenvolvimento local**

O principal objetivo da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme expresso em seu preâmbulo, é a manutenção da paz e segurança internacionais, através do respeito aos direitos humanos, indissociável do desenvolvimento social e econômico. Paz e desenvolvimento estão

intimamente relacionados, uma vez que a instabilidade econômica, miséria e opressão criam um ambiente propício para conflitos.

O alcance de um desenvolvimento eficaz só é possível por meio da cooperação internacional, que proporciona a prosperidade global, objetivo presente não apenas na Carta da ONU, mas também nos Estatutos das Instituições de Bretton Woods. O princípio da cooperação econômica internacional fundamentou o intercâmbio econômico e financeiro entre os Estados, gerando um crescente interesse em compreender e intervir no processo de desenvolvimento local (CAVALCANTE, 2006).

Como observado abaixo, a cooperação internacional e a formulação de políticas internas devem ser processos integrados e complementares na oferta de bens públicos, essenciais para a redução da pobreza e implementação da infraestrutura participativa. Nessa esfera, cabe aos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento assumir a liderança no processo de desenvolvimento das capacidades e formular uma agenda própria de coalizão, que os torne capazes de negociar em condições mais equânimes, diante de um sistema tão profundamente assimétrico (CAVALCANTE, 2006; MILANI, 2004).

Há muito se sabe que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não são exclusivamente regulados pelo sistema de mercado, uma vez que são influenciados pela cultura do contexto em que se encontram. Portanto, é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Quando se fala em desenvolvimento local, refere-se não apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Portanto, é necessário investir em capital humano, social e natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro (SWINBURN; YATTA, 2006).

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA**

O estudo adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Durante sua implementação, foram delineadas as principais etapas do trabalho, desde a abordagem metodológica até as razões que fundamentam sua escolha e alinhamento com os objetivos do estudo. Para coletar dados, foi utilizado um roteiro de entrevistas estruturado, adaptado ao contexto específico da pesquisa. Os critérios de seleção dos participantes-chave basearam-se na acessibilidade e conveniência, levando em consideração os informantes-chave e os contatos prévios estabelecidos com eles. A estratégia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso (YIN, 2010), utilizando a agregação de respostas e sua devida verificação e interpretação como instrumentos de análise de dados.

A abordagem do estudo baseou-se na investigação-ação, dada a natureza do tema, sua contextualização e o papel de ator que o pesquisador desempenha na instituição objeto de estudo. Isso também determinou a estratégia de delimitação da pesquisa, que se baseou no estudo de caso. Os dados coletados foram predominantemente descritivos; portanto, o material obtido para este estudo é rico em descrições de pessoas, situações, eventos, cenários e documentos. Todos os dados são considerados importantes, e o foco ao conduzir o trabalho na cidade de Pemba foi o de identificar os vários elementos explicativos do contributo da OIM para o desenvolvimento econômico local.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **Natureza e Formas de intervenções da OIM para o desenvolvimento local em Cabo Delgado**

Fundada em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) é a principal organização no campo das migrações e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais e não governamentais. A OIM está comprometida com o princípio de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade. Com 173 estados membros (adicionando 9 estados com estatuto de observadores) e escritórios em mais de 100 países, a OIM juntou-se oficialmente à família das Nações Unidas como uma organização relacionada em setembro de 2016, sublinhando ainda mais o papel que a OIM desempenha no campo da mobilidade humana.<sup>3</sup>

A programação ativa das ONGs em Moçambique inclui Saúde Migratória, Proteção e Assistência aos Migrantes, Retorno Voluntário Assistido e Reintegração, Construção da Paz e Resiliência Comunitária, Imigração e Gestão de Fronteiras, Pesquisa Migratória e programação multi-setorial de emergência e recuperação relacionada com os ciclones Idai e Kenneth, bem como a deslocação no norte de Moçambique devido à situação de insegurança na província de Cabo Delgado. A OIM está a trabalhar de perto com o Governo de Moçambique e tem vindo a prestar apoio técnico e assistência ao Governo desde 1994.<sup>4</sup>

### **ONGs e formas de relacionamento com instituições locais de governação**

Em janeiro de 2005, um conjunto de Organizações Não Governamentais, incluindo a OIM, assinou um acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) para

---

<sup>3</sup> OIM, 2021.

<sup>4</sup> OIM, 2021.



estabelecer escritórios da OIM em Moçambique. Antes da instalação dos escritórios e da implementação de projetos, essas instituições prestaram apoio técnico e implementaram atividades de projetos específicos por meio de seu Escritório Regional para a África Austral em Pretória, África do Sul. Dessa forma, essas organizações relatam regularmente suas atividades ao MINEC, promovendo uma abordagem governamental holística para a gestão da migração por meio do envolvimento regular dos intervenientes governamentais relevantes (NUWAGABA, 2008).

A OIM também coopera com o Ministério do Interior (MINT) e especialmente com o Serviço Nacional de Migração (SENAMI). As colaborações frutíferas incluem o trabalho conjunto no reforço da gestão das fronteiras, bem como a atual parceria para desenvolver um perfil migratório para Moçambique, que abrirá caminho para a primeira Política Nacional de Migração do país. O Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) é o principal parceiro da OIM na coordenação da prestação de assistência humanitária, incluindo Abrigo/Itens Não-Alimentares, Coordenação e Gestão de Centros de Acomodação, Matriz de Monitoramento de Pessoas Deslocadas Internamente, Proteção/Saúde Mental, Apoio Psicossocial e Saúde para deslocados internos e suas comunidades em resposta a desastres naturais ou provocados pelo homem.

Mais genericamente, a OIM Moçambique e a Procuradoria-Geral da República (PGR) têm uma excelente relação de trabalho no combate ao tráfico de pessoas (TiP) e na promoção da proteção à criança. A OIM tem prestado apoio à PGR para operacionalizar e fortalecer os Grupos de Referência para Proteção à Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas a nível provincial e distrital (NUWAGABA, 2008). A OIM é um parceiro estratégico na província de Cabo Delgado em geral, tendo, por conseguinte, celebrado um Memorando de Entendimento (MdE) com o governo de Cabo Delgado com o propósito de mobilizar, orientar e monitorar as atividades dos agentes de cooperação internacional na província para a promoção do desenvolvimento (MdE, 2018).

### **Prioridades Estratégicas da OIM em Moçambique**

A estratégia nacional da OIM tem três prioridades, todas elas contribuem para a promoção do desenvolvimento em benefício da sociedade. Por exemplo, a OIM Moçambique está comprometida em promover a migração como fator-chave para o desenvolvimento, apoiando o Governo de Moçambique e seus parceiros na implementação de abordagens multissetoriais de governança da migração que apoiem comunidades resilientes.

### **Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs)**

Moçambique enfrenta um triplo desafio de insegurança, desastres naturais e riscos de saúde pública, como a doença do coronavírus de 2019 (COVID-19). Nos últimos três anos, o país testemunhou múltiplas ondas de conflitos e desastres naturais, que afetaram a vida de milhões de moçambicanos. O país está experimentando cada vez mais eventos climáticos extremos, incluindo secas e chuvas intensas. O Fundo Global para a Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR) classifica Moçambique como o terceiro país mais vulnerável em África a tais eventos. Esses eventos podem desencadear migração, mas também podem agravar o já complexo processo de reassentamento e integração.

Em 2019, dois ciclones tropicais consecutivos, ambos de categoria quatro, atingiram Moçambique em um intervalo de seis semanas, em março e abril, causando extensa destruição e danos às províncias de Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Nampula, no centro e norte do país. Esses eventos afetaram mais de 1,8 milhões de pessoas. Com base em uma avaliação realizada em abril de 2020, a maioria das pessoas em locais de reassentamento (89%) ainda vive em abrigos de emergência e temporários. Os restantes 11% foram realojados em abrigos de transição (9%) e casas permanentes (2%). Isso indica que muitos locais de reassentamento ainda enfrentam dificuldades para acessar bens e serviços básicos. Além disso, as inundações e a seca em Moçambique afetaram a capacidade das famílias deslocadas internamente de cultivar culturas de subsistência, colocando-as em risco de insegurança alimentar (BIRKHÖLZER, K, 2010). O objetivo deste programa é promover a tomada de decisões baseada em evidências por meio de informações oportunas e precisas sobre deslocamentos e as necessidades das pessoas afetadas por crises.

### **Principais Resultados das intervenções**

1. A informação sobre tendências de deslocação está disponível para os parceiros.
2. As capacidades do governo e dos parceiros na recolha de dados e na gestão da informação estão reforçadas.
3. Os dados sobre os movimentos transfronteiriços estão disponíveis para os parceiros.

Como resultado da insegurança em Cabo Delgado, a situação humanitária está se deteriorando tanto nas comunidades de acolhimento quanto nas comunidades deslocadas, bem como para as pessoas deixadas para trás nas comunidades de origem. Em 2020, houve um aumento constante e significativo de deslocados internos. Segundo a Matriz de Monitoramento de Pessoas Deslocadas (DTM) (2022), indica-se que na província de Cabo Delgado existem mais de 800.000 deslocados devido à insegurança na região.

## **Soluções Duradouras para Comunidades em Recuperação**

A vulnerabilidade social, econômica e psicológica continua a ser um dos principais impulsionadores da migração forçada em Moçambique. As ONGs parceiras de cooperação apoiam as comunidades a tornarem-se resilientes, enfrentando os fatores negativos da migração, como desastres naturais, mudanças climáticas e insegurança, prevenindo perdas futuras e fortalecendo as capacidades de auto recuperação. A OIM assegura a participação dos grupos mais vulneráveis dentro das atividades e estruturas de gestão locais, especialmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência e deslocados internos.<sup>5</sup>

Recentemente, após a passagem dos ciclones Idai e Kenneth em março e abril de 2019 e a subsequente grande resposta humanitária, Moçambique transitou para a fase de recuperação e resiliência. Como tal, as principais intervenções buscam atualmente apoiar as pessoas deslocadas e outras populações afetadas em Moçambique para construir resiliência e progredir em direção a soluções sustentáveis e duradouras para o deslocamento. Por meio de uma abordagem incremental e alinhada com as normas e melhores práticas globais existentes, as ONGs parceiras procuram reforçar as capacidades de resposta, promover a autossuficiência e criar ambientes propícios à resolução de deslocamentos. No centro da abordagem está o reconhecimento da necessidade de esforços sistemáticos baseados em ações de desenvolvimento a longo prazo e baseados em evidências, envolvendo múltiplos setores e uma vasta gama de parcerias entre atores humanitários, de desenvolvimento e de paz. Objetivo: As populações afetadas pela crise e vulneráveis que alcançaram uma solução duradoura desfrutam, sem discriminação, de um nível de vida adequado (ROGERSON, 2011).

## **Resiliência Comunitária, Estabilização e Construção da Paz**

O programa de Resiliência Comunitária, Estabilização e Construção da Paz da OIM Moçambique procura reforçar a capacidade das comunidades para prevenir e gerir os efeitos negativos de conflitos violentos e apoiar processos que abordem as causas profundas dos conflitos. Estas respostas programáticas centram-se na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, de recursos ou políticas que conduzem à insegurança e tensão nas comunidades através de avaliações participativas que podem informar as soluções baseadas na comunidade. Através de intervenientes locais, a OIM Moçambique visa comunidades vulneráveis, ou afetadas pela violência, através de

---

<sup>5</sup> Comissão Europeia, 2015.

atividades que promovam a reconciliação, a coesão social e a participação dos jovens (HEIKKILÄ; KAUTTO, 2016). Denotamos também que o objetivo deste programa é apoiar processos de colaboração e iniciativas de estabilização comunitária que contribuam para comunidades seguras e protegidas. Os seus principais resultados, destacam-se:

- i. As comunidades participam em atividades culturalmente apropriadas que promovem o bem-estar e a reconciliação.
- ii. As campanhas de mensagens de coesão social são entregues através de meios culturalmente relevantes.
- iii. Os projetos de infraestruturas de pequena escala e de geração de rendimentos priorizados pelas comunidades incentivam a paz e a coesão social nas comunidades.
- iv. As organizações da sociedade civil facilitam o diálogo para a paz nas comunidades.
- v. Uma base contextual é informada por investigação para intervenções baseadas na comunidade.

Em certo sentido, toda forma de migração implica uma redefinição das identidades individuais, familiares, grupais e coletivas, papéis e sistemas de valores. Isso pode colocar indivíduos, famílias e comunidades sob estresse ou aumentar sua vulnerabilidade. A integração da proteção envolve a inclusão de princípios de proteção humanitária na resposta a crises, garantindo que qualquer ação seja realizada de forma a evitar quaisquer efeitos negativos não intencionais (não causar danos). Deve-se priorizar as necessidades, a segurança e a dignidade, bem como basear-se na participação e no empoderamento das capacidades locais. Por fim, os atores humanitários devem ser responsabilizados perante os indivíduos e comunidades afetados.

### **Policamento Comunitário na Promoção da Estabilização da Comunidade (PC)**

As novas ameaças resultantes do fim do mundo bipolar, em particular o terrorismo jihadista, introduziram incertezas, desconfianças, receios e desafios aos quais urge dar uma resposta eficaz por parte dos Estados. É neste contexto de demanda por respostas à ameaça terrorista que diversas políticas de segurança foram sendo implementadas, tendo até o momento assumido especial protagonismo as respostas focalizadas em ações repressivas e paramilitares. Do ponto de vista policial, esta nova política de segurança nacional entrou em conflito com a filosofia de policiamento comunitário, acabando por diminuir o potencial deste último no combate à criminalidade. O modelo de policiamento comunitário é um caso paradigmático de sucesso nos padrões de atuação policial. Recorrendo a parcerias comunitárias e a abordagens de resolução de

problemas, este modelo atribui às comunidades parte da responsabilidade pela produção da segurança local (ZEULI; RADEL, 2005).

### **Projetos de geração de renda para jovens e outros grupos vulneráveis que são agentes centrais da estabilização comunitária**

A falta de renda e oportunidades econômicas tem sido citada como um fator-chave que facilita o recrutamento de jovens para se juntarem aos grupos terroristas no distrito de Mocimboa da Praia, em particular, e na província de Cabo Delgado, em geral. Proporcionar aos jovens, que constituem o maior grupo potencialmente em risco de recrutamento para as fileiras dos terroristas, oportunidades significativas de emprego visa diminuir a frustração e o descontentamento, mantendo-os ocupados com atividades produtivas.

Os jovens receberão formação profissional e vocacional relevante para capacitá-los a participar das oportunidades de subsistência identificadas. O conteúdo dos pacotes de meios de subsistência individuais será determinado por meio de uma avaliação de mercado a ser realizada nas comunidades do distrito de Mocimboa da Praia. Essa avaliação de mercado determinará quais atividades de subsistência poderiam ser implementadas pelos participantes, se o mercado poderia absorver tais atividades, o custo envolvido e se as habilidades disponíveis correspondem às oportunidades. As oportunidades do setor privado identificadas serão incorporadas no mapeamento das oportunidades de emprego deste mesmo setor.

### **CONCLUSÕES**

Em Cabo Delgado, o movimento de organizações não governamentais aumentou bruscamente desde 2017, tendo sua expressão com a entrada da OIM e estabelecendo uma base sólida na cidade de Pemba. Ao mesmo tempo, vislumbrava-se um enorme desafio, especialmente nas zonas onde ocorriam ataques terroristas desde 2017, ou seja, nas zonas rurais, provocando uma nova dinâmica de intervenção das ONGs em Cabo Delgado, baseada na aproximação e ligação com o governo, as populações e outras entidades, com a ideia base de agrupar a energia e os recursos das pessoas e organizações que pudessem contribuir, formando parcerias ao nível da província para melhor contribuir para o desenvolvimento econômico e local. Para este fim, este artigo analisava o contributo das ONGs, como a OIM, como parceira do desenvolvimento econômico e local do governo da província de Cabo Delgado. Para isso, a partir da contextualização, verificou-se que a OIM constitui o exemplo de um ator que contribui com seus amplos projetos no desenvolvimento local, destacando as comunidades mais vulneráveis e os

IDPs, capacitando os residentes na valorização e usufruto dos recursos endógenos e na inserção de jovens e mulheres como sua agenda e prioridade.

A progressiva e aparentemente imparável contribuição da OIM em Cabo Delgado provocou alterações substanciais nas relações positivas entre a comunidade e o governo, especificamente com o programa de coesão social e consolidação do policiamento comunitário, a partir do modelo de Conselhos Comunitários de Segurança. No entanto, simultaneamente, as intervenções da OIM junto às linhas críticas do INGD são visíveis, no fornecimento em prontidão de gêneros não alimentares e apoio em abrigo às comunidades deslocadas ou afetadas por intempéries sociais e climáticas, visando fortalecer o tecido social e ampliar as oportunidades de escolha das populações afetadas.

Essas ações da OIM em Pemba podem conduzir a um forte sentimento de identidade das comunidades com a organização, o que pode consolidar cada vez mais suas ações em prol do desenvolvimento econômico e local. Com sua experiência em servir melhor, pode-se flexibilizar a atuação da mesma no processo de desenvolvimento em Cabo Delgado. Por fim, várias contribuições das ONGs em Moçambique, como a OIM em Cabo Delgado, têm prestado intervenções visíveis, destacando o surgimento de dinâmicas e iniciativas para melhorar os serviços públicos (escolas, centros de saúde, serviços locais de Segurança Comunitária, centros de emprego, etc.) e/ou uma melhor articulação com os governos locais, tendo como objetivo principal a resposta a problemas e necessidades fundamentais daquelas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. I. **As ONGD na política comunitária de Cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: CIDAC, 2006.

BIRKHÖLZER, K. Local Economic Development. A European-wide movement towards more economic democracy and social justice. In: **Local Economy Journals**, Vol. 14, No 1. London: Local Economic Policy Unit, 2010.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planeamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

COSTA, D. A Recolha de Dados: técnicas utilizadas. In: H. SILVESTRE, H; ARAÚJO, J. (Coords.), **Metodologia para a Investigação Social**. Lisboa: Escolar Editora, 2012, p. 112-142.

FRANTZ, C. Neues Spielfeld für NGOs. In **Working paper in Munich**. No 1. Volume 14 der Arbeitsstelle Aktive Bürgerschaft. Münster. 2001.

HARMS, Heiko et al. **Desenvolvimento Económico Local em Moçambique-Vol. 2: Guião para aplicação do modelo de uma ferramenta para as Equipas Técnicas Distritais**. Albrecht Daniel Thae-Institut. Agrar-und Gartenbauwissenschaften, 2008.

HEIKKILÄ, M.; KAUTTO, M. **Local Partnerships and Social Cohesion in Finland**. Helsinki: Stakes, 2009.

MILANI, C. **Teorias de Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de pintada**. (Bahia, Brasil), **Organização & Sociedade**, v. 11, p. 95-113, 2004.

MORAES, B. A. **Uma investigação sobre o comportamento alimentar de indivíduos submetidos à cirurgia bariátrica: uma análise de possíveis condições que determinam e alteram a chamada compulsão alimentar**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

NUWAGABA, A. **Country Assessment report on state of local economic development in Uganda and Mozambique**, 1a Ed. Kampala City: Publisher CLGF, 2018. 28p.

ROGERSON, C. M. Tracking Local Economic Development Policy and Practice in South Africa. **Urban Forum**, vol. 22, n. 2, p. 149-168, 2011.

SEN, A. Development as Capability Expansion. (Encarte especial sobre "Desenvolvimento humano a partir dos anos oitenta"). **Journal of Development Planning**. Tradução Regis Castro Andrade, p. 42-55. 2011.

SOUZA, N. de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2013.

SWINBURN, G.; Yatta, F. Furthering the Local Economic Development Agenda in Africa. A draft discussion paper presented by the Municipal Development Partnership at Africities, 2016. **In Conference of Municipal Partnership at Africa. 2016**

VEIGA, S. M. Elementos para um projeto de Sócio-Economia Solidária. **Revista Proposta**. V. 88/89, São Paulo, p. 65-91, 2011.

ZAPATA, T., et al. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2011.

ZEULI, K.; RADEL, J. Co-operatives as Community Development Strategy: Linking Theory and Practise. **The Journal of Regional Analysis & Policy**, vol. 35, n. 1, p. 43-45, 2005.

## **DOCUMENTOS**

European Commission. Local Initiatives for Economic Development and Employment. Luxembourg: Office for Publications, 2015.

Governo da Província de Cabo Delgado & OIM. Memorando de Entendimento. Pemba, 2018.

OIM-Organização Internacional para as Migrações. Estratégia de Moçambique 2021–2023. Maputo, 2021.

RDH. Relatório do Desenvolvimento Humano: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. PNUD/ONU, 2023.

Recebido em: 20/05/2023  
Aprovado em: 11/12/2023

# DA INSTAURAÇÃO EQUIVOCADA DE PRÁTICAS “TRADICIONAIS” DOS A-MAKHUWA À CONTEMPORIZAÇÃO AOS POSTULADOS POLÍTICOS (PÓS)-MODERNOS

FROM THE MISTAKEN ESTABLISHMENT OF “TRADITIONAL” PRACTICES OF THE A-MAKHUWA TO THEIR COMPROMISE WITH (POST)-MODERN POLITICAL POSTULATES

---

**RESUMO:** O diálogo entre a África e o Ocidente tem sido marcado por desconexões recorrentes, principalmente desde o desenvolvimento da segunda modernidade europeia, quando um suposto tradicionalismo africano foi relegado a um plano subalterno, contraditório, antitético ou antipodal. Entretanto, como pretende-se demonstrar neste artigo, uma análise objetiva do conjunto proverbial dos a-Makhuwa revela que as perspectivas de vida e o respectivo sistema de conhecimento nele contidos jamais estiveram aquém das práticas culturais do Ocidente. Este trabalho foi desenvolvido em um quadro metodologicamente comparativo e diacrônico, mas também (re)interpretativo.

**Martinho Pedro**

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonização; a-Makhuwa; Ambivalência Cultural; Contemporização.

---

**ABSTRACT:** The dialog between Africa and the West has been marked by recurring disconnects, especially since the development of the second European modernity, when a supposed African traditionalism was relegated to a subordinate, contradictory, antithetical, or antipodal plane. However, as intended to demonstrate in this article, an objective look at the proverbial set of a-Makhuwa reveals that the life perspectives and the respective knowledge system contained within it have never been inferior to Western cultural practices. This work was developed within a methodologically comparative and diachronic framework, but also (re)interpretative.

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

**KEYWORDS:** Colonization; Second Modernity; a-Makhuwa; Temporization.



## DA INSTAURAÇÃO EQUIVOCADA DE PRÁTICAS “TRADICIONAIS” DOS A-MAKHUWA À CONTEMPORIZAÇÃO AOS POSTULADOS POLÍTICOS (PÓS)-MODERNOS

Martinho Pedro <sup>1</sup>

### Introdução

A partir do século XVIII, e especialmente do XIX, o Ocidente deu início à montagem de um sistema fundamentado em uma suposta modernidade, a qual estabeleceu novas referências que foram impostas como exemplos civilizacionais a serem seguidos por todos os grupos sociais ao redor do planeta Terra. Essa realidade, que persistiu desde então, é continuada pela Colonialidade e pelos princípios do Consenso de Washington, que excluem várias práticas culturais fora da esfera do Norte global, incluindo os adereços culturais do continente africano em geral, e especificamente os relacionados aos a-Makhuwa, um dos grupos socioculturais mais expressivos de Moçambique.

Por hipótese, se essa necessidade de ocidentalização tivesse sido realizada sem ambiguidade, o que teria resultado na desculturação dos grupos sociais visados, poderia ter conduzido à construção de um mundo menos controverso, mais dialógico e humanizado. Entretanto, paradoxalmente, a diferença entre os homens, que sempre existiu desde o surgimento das comunidades e sociedades, não foi atenuada pela expansão da civilização europeia, mas sim exacerbada. A partir do século XVIII, a alteridade geográfica e histórica entre o Ocidente e a África foi cimentada, criando centros e periferias e impondo uma classificação binária para acomodar as referências identitárias de europeus e africanos, resultando em uma unilateralidade que excluiu os caracteres societários dos dois grupos. Essa ambivalência instituída pelo Ocidente criou um hiato que subalternizou o lado africano, por meio de processos coloniais subjetivamente estabelecidos. Nesse contexto, o presente artigo procura situar representações equivocadas sobre o passado e o presente de grupos sociais, como os a-Makhuwa/Macuas, correlacionando-as com o discurso contemporâneo promulgado e compartilhado no Ocidente, ou, ao menos, considerado eticamente aceitável por esta área geopolítica.

---

<sup>1</sup> Doutor e docente da Universidade Pedagógica de Maputo. Este artigo é resultante de uma comunicação apresentada no Simpósio sobre a Terra Sonâmbula, ocorrida na Universidade Licungo, Beira, entre os dias 22 e 23 de novembro de 2022. Seu título original era “O equívoco da montagem da tradição: a contemporaneidade de práticas e saberes locais macuas aos postulados pós-modernos”. Parte dos trechos presentes neste texto foram pronunciados pelo autor em um Webnair, a convite da AMEA - Associação Moçambicana de Estudos Aplicados, sediada em Nampula, a 14 de Agosto de 2020. Uma primeira imersão ao tema foi oralmente apresentada na Conferência Internacional Alberto Viegas, com o tema: “(Re)contextualização da tradição proverbial Macua no quadro de práticas políticas modernas em Moçambique” Universidade Pedagógica – Delegação de Nampula, em 2015. Contudo, esta é a primeira submissão para a sua difusão em uma revista. [marpmatos@gmail.com](mailto:marpmatos@gmail.com)

O estudo abrange a Costa Oriental Africana, desde o rio Rovuma até além do Zambeze, com exemplos de outras regiões do continente africano, mobilizados para fins comparativos. Cronologicamente, abrange os séculos XVIII/XIX ao XXI, contemplando momentos de hibernação dos adereços culturais e os da desconstrução dos equívocos anteriormente implantados pelo Ocidente. Metodologicamente, o trabalho utiliza não apenas a comparação, mas também a dimensão dialético-dedutiva e a (re)interpretação, conforme proposto por Geertz (1989), utilizando adágios coligidos pelo Pe. Valente de Matos em seu livro "Provérbios Macuas", de 1982.

### **Implantação da Modernidade e hibernação dos adereços culturais dos a-Makhuwa e afins**

O processo de contato entre grupos sociais vindos do continente europeu e aqueles presentes nos diversos quadrantes do continente africano, em geral, e da Costa Oriental Africana ao sul do Equador, em particular, a partir do século XVI em diante, foi moldado por diferentes conjunturas, embora a dinâmica estruturante, de natureza colonial, tenha sido a mesma. Para atender à demanda mercantilista no primeiro contato entre europeus e africanos, foi necessário estabelecer pontos estratégicos ao longo da costa, que também serviam como receptáculos de mercadorias provenientes do interior do continente (Gentili, 1988) e captadas por diversas companhias régias europeias.<sup>2</sup> Devido à natureza comercial desse momento, os grupos em contato raramente resultavam em relações conflituosas significativas ou generalizadas, pois os comerciantes, que sempre estiveram diretamente ligados ao capital circulante, excepcionalmente envolviam-se na demarcação permanente de territórios, exceto nos pontos de comercialização restritos. De fato, conforme observado por Serra (1983), desde que essa atividade não ameaçasse questões territoriais, tudo transcorria sem sobressaltos.<sup>3</sup> Diante dessa realidade, durante a concebida primeira modernidade europeia, cuja manifestação na Costa Oriental da África ocorreu entre os séculos XVI e XII, poucos foram os conflitos entre europeus e africanos, exceto nos momentos em que era necessário garantir o controle de rotas e pontos de comércio, o que geralmente envolvia mais confrontos entre grupos estrangeiros e rivais<sup>4</sup>, do que a participação de

---

<sup>2</sup> A África Oriental, e não só, testemunhou este caráter de controle das rotas mercantis por parte da realeza metropolitana, proibindo-se o estabelecimento de portugueses em um meio indígena, o que condicionava que todas as mercadorias fossem drenadas para uma feitoria, tal como prescreviam as Ordenações Manuelinas, reforçado por uma pretensa moral dos anos quinhentistas que não permitia relações estreitas entre pessoas de diferentes religiões. (LOBATO, 1972, p. 3 e 4)

<sup>3</sup> A esse propósito, o autor aponta que as guerras nas zonas interiores de Moçambique resultaram “da penetração combinada, militar e territorial-capitalista, produzida no final do século passado (século XIX) e depois, que representou não só a perda da independência política de cada comunidade, chefia e Estado, (...) (SERRA, 1983, p. 37)

<sup>4</sup> Assinale-se a título de exemplo, para a zona de estudo, a luta entre portugueses e árabes ou arabizados pelo controle das rotas de ouro que era drenado do Império de Muenemutapa, junto do Zambeze e, entre outras contendidas e em outras paragens, como foi a luta entre portugueses e holandeses pelo controle da Baía do Espírito Santo, ou entre boers

grupos ou entidades sócio-políticas locais. De certa forma, nesta fase, longe de criar conflitos duradouros, esse caráter comercial pode ter promovido certa interação dialógica entre europeus e africanos. Na zona de estudo em questão, houve uma mútua influência dos costumes culturais portugueses e dos a-Makhuwa/Macuas e de outros grupos próximos ou não. Além disso, essa relação era marcada por múltiplas referências, resultando em diversidade, multiplicidade e pluralidade de realidades socioculturais africanas identificadas conforme a sua natureza.

A virada para o século XVIII coincidiu com a introdução de novas demandas europeias para acelerar a produção industrial, enquanto os territórios americanos exigiam mão de obra para garantir a produção necessária para atender a essas demandas. A necessidade de compensar a escassez de mão de obra, devido ao surgimento de movimentos sindicais, levou à conversão dos a-Makhuwa e de outros grupos em escravos, ou seja, em meros instrumentos de trabalho. A transformação desses grupos em escravos foi acompanhada pela sua exclusão do mundo cultural, sendo colocados, subjetivamente, no lado da bestialidade, da natureza, do selvagem e do incompreensível, em uma existencialidade a-histórica e incivilizada. Gerava-se, dessa forma, o equívoco da construção de uma suposta tradição, africana, oposta à uma pretensa modernidade, europeia, o que, conseqüentemente, criou uma sociedade marginal, através da imposição de uma condição binária e antitética, como mostrado nos atributos presentes na tabela abaixo.

Tabela: Classificação binária na relação Europa/África

|                          | Formas de designação/Tratamento |                                                                  |
|--------------------------|---------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Território</b>        | Europeu                         | Extra-europeu/Africano                                           |
| <b>Pressuposto</b>       | Moderno                         | Tradicional                                                      |
| <b>Tez da pele</b>       | Branco                          | População de Cor (Negro/Preto/Pardo)                             |
| <b>Comando</b>           | Rei                             | Régulo/chefia                                                    |
| <b>Organização</b>       | Sociedade                       | Bandos, Hordas, Clãs, Tribos, Comunidades                        |
| <b>Entidade política</b> | Estado                          | Chefaturas/Sociedades Sem Estados, Sociedades acéfalas/Regulados |
| <b>Regulamentação</b>    | Lei                             | Caos/Anarquia                                                    |
| <b>Crença</b>            | Religião                        | Rituais/Práticas mágicas/Superstição/Bruxaria                    |
| <b>Forma de estar</b>    | Cultural                        | Natural/Animalesca                                               |
| <b>Condição</b>          | Civilizado                      | Bárbaro/Selvagem                                                 |
| <b>Carater</b>           | Bom                             | Mau                                                              |
| <b>Existencialidade</b>  | Histórica                       | a-histórica                                                      |
| <b>Posição</b>           | Superior/Dominador              | Inferior/Subjugado                                               |

Tabela do autor

e ingleses na zona mais meridional do continente africano, em cujo envolvimento de distintos grupos endógenos presentes nas diferentes partes do continente era indireta.

A criação de uma oposição ao moderno se manifestou em diversos aspectos. No aspecto social, termos pejorativos como "gentio", "gente inferior", cafre, indígena, preto, selvagem, entre outros, foram introduzidos para descrever os destinatários dessas conotações. No entanto, esses atributos eram considerados impulsionadores de uma suposta superioridade moral daqueles que haviam alcançado a construída modernidade ou a categoria, também construída, de "povo civilizado". Como resultado desse uso seletivo dos termos, mesmo que houvesse indivíduos de conduta repreensível dentro do grupo considerado "civilizado", eles nunca eram associados à bestialidade. Independentemente do seu comportamento, eles continuavam sendo considerados socialmente superiores, devido à categorização dos indivíduos com base em sua pertença a determinado grupo social. (BAUGNET, 1998) Assim, em uma sociedade heterogênea como a colonial, a posição dos indivíduos era determinada pelo contexto e pelos valores estabelecidos pelo sistema.

Nesse processo, é evidente o uso ou projeção subjetiva de termos, já que os binômios foram desenvolvidos em contraposição a uma suposta característica europeia. Por exemplo, a cor branca era contrastada com as populações de cor, como se o branco não fosse uma cor. Outro exemplo interessante está relacionado à representação iconográfica das duas realidades, onde elementos como cabanas, flechas, lanças e troncos nus eram associados ao 'tradicional'. O termo "Rei" geralmente era grafado com "R" maiúsculo e às vezes ornamentado ou estilizado, enquanto o termo "Régulo", seu inverso, geralmente era escrito com "r" minúsculo. Quando fosse necessário mostrar uma hierarquia entre os líderes locais, o chefe hierarquicamente inferior era chamado de "régulo pequeno" e o superior, de "régulo grande". (PEDRO, 2010) Esses processos visavam, de certa forma, induzir uma crise identitária nas formações sociais africanas, tanto estrutural quanto funcionalmente, a partir da desumanização do substrato social local, privando-o de todo o poder que possuía. Dessa forma, reforçava-se a importância da raça e do continente como fatores determinantes na reconfiguração das categorias sociais dentro do sistema estabelecido, clara manifestação do poder emergente ou em construção. Na essência, para dominar, foi necessário reinterpretar e recategorizar os grupos sociais em contato, um processo que Santos (2006) chama de construção epistêmica, no âmbito do estabelecimento das bases do poder. Nesse contexto, a existência dos a-Makhuwa e de outros grupos subjugados foi subalternizada e apagada, criando-se assim bases para a assimilação e aculturação sob o pretexto de integrá-los em um contexto cultural, civilizacional e histórico.

O objetivo final dessa operação era eliminar um suposto estado de incompreensibilidade do ethos dos diferentes grupos presentes no continente africano, embora, paradoxalmente, durante a primeira modernidade europeia tivessem sido identificadas múltiplas realidades sociais africanas concorrentes ou correspondentes às que existiam no continente europeu. De fato, em certas partes

do continente africano, os europeus reconheceram a existência de uma religião monoteísta, de estados, reinos e impérios, com seus respectivos monarcas, reis e imperadores, ou formas de civilidade que nada deviam às suas correspondentes europeias. Essas realidades, embora não compartilhassem os nomes dados na Europa, tinham, até então, significados e funções similares.

### **A contemporização do “tradicional” dos a-Makhuwa aos postulados (pós)-modernos**

Com a ocidentalização da vida dos africanos ao longo de um extenso período, e devido à natureza do sistema epistêmico estabelecido para subalternizar a condição africana, é difícil, para um leitor, conceber a existência de práticas locais que concorram ou dialoguem com as impostas pelo grupo euro-atlântico desde o século XVIII, as quais ainda prevalecem até a atualidade, seja no contexto da Colonialidade (QUIJANO, 2009), seja em resultado da imposição de práticas económicas ou políticas, baseadas nos preceitos do Consenso de Washington e do neoliberalismo. Essa ideia surge do fato de que parte, senão a totalidade, das práticas locais de certas regiões de África, terem sido teórica e praticamente excluídas, principalmente em territórios onde um sistema aculturativo foi estabelecido durante o longo período colonial, por meio de modelos administrativos diretos, excludentes e assimilacionistas e, por isso, sem espaço de manobra para a expressividade das realidades endógenas, exceto as consideradas contemporâneas às práticas europeias, e, no caso em epígrafe, portuguesas. Contrariamente e de forma inesperada, uma análise do repertório cultural de certos grupos africanos, como o é dos a-Makhuwa, revela a presença de práticas sutilmente preservadas, cuja manifestação ocorre em determinados contextos, sempre que seja necessário oferecer uma resposta local a uma inquietação aparentemente externa ou a uma situação anormal que requeira correção.

Embora essas práticas possam ser avaliadas como correspondentes aos ditames atualmente mobilizados pelo Ocidente ou considerados os mais adequados na contemporaneidade, elas nunca sugerem ter surgido de um sistema cultural externo, ou seja, que as máximas, os ditos, adágios e provérbios tenham sido emprestados de fora do continente. Nesse contexto, e em virtude do que expressam, acredita-se que certas práticas locais possam, com alguma eficácia, contribuir para a requalificação das formas democráticas contextualmente localizadas, com base em três pressupostos: (i) é comprovado que "Muitas das mudanças mais importantes que afetam as vidas das pessoas atualmente não se originam na esfera política formal e podem apenas em parte ser enfrentadas por ela" (GIDDENS, 1996, 128); (ii) a abordagem dessas realidades localmente compartilhadas é justificada pelo reconhecimento de que o quadro democrático liberal pode ser complementado por uma democracia dialógica que promova um cosmopolitismo cultural e se

---

reflita na construção do próprio Estado, com base na reflexividade social (GIDDENS, 1996); e (iii) o resgate dessas práticas torna-se ainda urgente, devido ao fato de:

O indivíduo, [senão mesmo a colectividade] nas condições de risco que caracterizam a modernidade atual, est[ar] inserido em processos de crise na vida pessoal [e colectiva em], perigos (...) [demandando] defesas à sua segurança ontológica em busca do bem-estar ou objetivando a diminuição de riscos, ao mesmo tempo em que fica obrigado (por assim dizer) a desenvolver e atuar observando novas oportunidades para sua continuidade social (RAMOS; JANUÁRIO, 2007, p. 265).

E para o caso dos a-Makhuwa, em particular, e dos africanos, em geral, tal defesa se faz necessária em virtude do afastamento a que ficou votado o seu ethos da convivência com o mundo global, fundamentalmente a partir do Século XVIII, momento em que se erigiu o argumento de que tal ethos ainda não havia atingido um estágio capaz de servir como modelo societal a ser seguido ou a dialogar com outros modelos de forma concorrente. Entretanto, se, por um lado, as referências culturais foram deliberadamente obscurecidas, sabe-se, por outro lado, que, por uma capacidade reativa, os grupos constrangidos formularam simultaneamente uma hibernação dessas práticas, com a sua partilhada sutil de forma paralela, dando possibilidade ao seu resgate, o qual presta-se necessário. Assim, da necessidade dessa defesa à segurança ontológica, e de se conceder o direito à continuidade existencial de um grupo social em um novo quadro equitativo, impõe-se revisitar oportunidades que permitam o enquadramento do arcabouço sociocultural hibernado. Assim, em um cenário dialógico contemporâneo uma operação comparativa vai propiciar, em última análise, a ressignificação dos sentidos de vida dos que, durante longos períodos, viram os seus atributos mantidos no silêncio. É nesse âmbito que, doravante, são mobilizados alguns equívocos subjetivamente propagados pelos europeus, para propiciar que práticas e atributos culturais de distintos grupos africanos que tiveram aplicação generalizada ou isomorfa, tenham uma aplicação em contextos paralelos, concorrentes ou dialógicos com os ditames actuais. Para isso, partindo da realidade dos a-Makhuwa, explora-se o legado proverbial que, em seu conjunto, exterioriza a devida filosofia pragmática, recorrente em vários grupos do continente, cujo significado não está aquém do que é atualmente compartilhado nos ágoras internacionais.

Por uma escolha não necessariamente fortuita, mas pelo fato de dinamizar muitas facetas da vida social, o primeiro exemplo pode ser resgatado do religioso. Visto como um grupo incapaz de formular a ideia de um monoteísmo, a modernidade europeia catalogou a religiosidade do africano e, especificamente, a dos a-Makhuwa, no lado de práticas mágicas, da bruxaria, da feitiçaria, etc., obviamente, fruto dos ditames antropológicos recebidos do evolucionismo dominante durante o século XIX. Essa percepção tem sido continuada em algumas igrejas evangélicas presentes em Moçambique, sem se entender a sua funcionalidade. Entretanto, a

revisitação dessa prática no período anterior ao século XVIII, para não falar de períodos mais recuados ainda, revela haver um crasso equívoco, em virtude de, durante a primeira modernidade, um autor formatado nos cânones religiosos europeus ter reconhecido a presença não só de uma religiosidade, mas também de um monoteísmo. Frei João dos Santos, em seu livro "Etiópia Oriental", descrevendo *in situ* práticas religiosas presentes entre a margem esquerda do Zambeze e o Rovuma durante o século XVII, onde residiam os a-Makhuwa durante essa época,<sup>5</sup> e que, mesmo com as impregnações societais que ocorreram a posterior na mesma região, continuam presentes ao longo de uma franja territorial considerável, alude, inequivocamente, a presença de um monoteísmo, isento de idolatria. (SANTOS, 1609, p. 72) Para tanto, Santos afirma que: “Esses Cafres no que toca à religião adoram um só Deus, que está no céu, creem na imortalidade da alma, não negam a providência divina, creem que há demônios, e que são maus, e que tudo provém de Deus”.<sup>6</sup>

Na análise a ser feita sobre essa religiosidade e monoteísmo dos a-Makhuwa percebe-se que um e outro não resultaram de um empréstimo. Partindo do atributo fundamental da religião, Deus, observa-se que, neste grupo, o mesmo é endógeno, cuja sua designação correspondente, “Muluku”, é o indício fundamental. Tal “Muluku” tem os mesmos atributos essenciais que podem ser encontrados até nos livros sagrados das duas religiões monoteístas mais difundidas no mundo, notadamente o cristianismo e o islã: o eterno, o criador de tudo, o benfeitor, etc., aliás, tal como mostra a citação precedente, mobilizada em Santos. Conjectura-se não ter havido empréstimo de alguma divindade externa na arena religiosa dos a-Makhuwa/Bantu, em virtude das diferentes identidades sociais deste grande grupo terem o respectivo vocábulo, culturalmente impregnado na tradição local, com termos que não apontam alguma similitude fonológica com deidades exógenas ou que indiquem alguma tradução ou corrupção providas fora da área cultural que se situa entre o Equador e o extremo sul do continente africano. De fato, entre os macuas e outros grupos bantu, é fácil captar empréstimos que resultaram da presença árabe, islâmica, cristã, portuguesa, francesa ou inglesa em territórios anteriormente constrangidos por essas realidades culturais ou pelos respectivos grupos sociais. Alguns exemplos que participam na vida cotidiana dos a-Makhuwa, e de outros grupos bantu, podem ilustrar essa questão dos empréstimos.

---

<sup>5</sup> Certas leituras e prospeções especializadas sobre o território apresentam que, até ao século XIX, essa área era, etnicamente, definida pelo grupo macua. (DOS SANTOS, 1609 e 1999; PÉLISSIER, 1984; MARTINEZ, 1989). Entretanto, por causa de convergência de vários grupos na mesma zona, parte do território conheceu, à posterior e até a fase hodierna, uma profunda alteração cultural e linguística, cuja miscigenação deu origem a realidades culturais diferenciadas como o é o complexo sena e o chuabo, presentes no extremo sul da mesma, e o Kimwani no extremo norte da costa, sem, contudo, deixar patente a presença de diversificadas variações dialeticais entre os dois extremos, as quais mutuamente são comunicantes e agrupadas etnolinguisticamente sob o signo de grupo macua-lómuè..

<sup>6</sup> Livro Segundo, Capítulo XXII, p. 73. Note-se que apesar de haver um paralelismo com o que é expresso, por exemplo, na Bíblia, na altura, esse grupo social não tinha recebido o que então chamava-se de revelação, na medida em que o cristianismo ainda não tinha sido difundido na região.

Em relação aos a-Makhuwa, se nos seus primórdios a casa destes tinha porta, porque tem um atributo local, “mukhora”, ela não tinha janela, para a qual tem-se a respectiva corrupção do português, designando-se “etcha[edja]nela” ou simplesmente, ejanela, ao que indica esta ter sido introduzida ou acrescida após a presença portuguesa no território daqueles. Um segundo exemplo, apesar de ele ter um local para se sentar, o mesmo macua não tinha uma cadeira, pois ele a designa por “ekhaterra”, corrupção do termo português correspondente, cadeira. No lugar da cadeira, o macua tinha um tripé, com uma terminação circular, chamado “ehidge”, ou outro assento retangular chamado “ekhukulo”, senão ainda um arranjo primário do tronco de uma árvore: “munhukhu”. Fora deste grupo, podem ser elencados outros elementos como o “spuno” (colher), “ndish” (prato fundo), “hamela” (martelo) dos Shangana/Ronga, provenientes do inglês spoon, dish e hammer, especificando que, tais objetos, foram introduzidos/emprestados do inglês presente na vizinhança. Dos exemplos infere-se que entre os macuas persiste o termo “Muluku” para designar Deus, fora das designações exógenas islâmica (Allah), cristã (Jeová), católico-portuguesa (Deus), francesa (Dieu) e inglesa (God), que foram os grupos que dominaram socioculturalmente a região oriental e insular da África meridional. Isso expressa uma produção local anterior de uma única divindade, ou seja, desse monoteísmo antes atribuído aos grupos supostamente mais evoluídos com quem aqueles tiveram contato de forma perene ou incisiva.

A descontinuidade da presença de “Muluku” na segunda modernidade só pode ser circunscrita em outros prismas que se resumem em equívocos, no caso em questão. De fato, depois de reconhecer-se a sua presença durante a primeira modernidade, tal como testemunhado pelo seu registro no livro do Frei João dos Santos, ele foi eclipsado a partir do século XVIII. No primeiro momento do encontro entre europeus/portugueses e africanos, no caso em epígrafe, macuas, apenas criticava-se a estes pelo fato de blasfemarem Deus. Entretanto, mesmo quanto a esta blasfêmia, se a mesma tivesse sido abordada de forma objetiva, a crítica jamais teria tido lugar ou se constituído em problema, dado que no período também nada abona que portugueses tivessem um monoteísmo puro. Lobato, referindo-se a este último grupo, especifica que “O branco era de regra homem rústico, saído das brenhas da Metrópole, temente a Deus por tradição, mas respeitando as superstições e os bruxedos”. (1953, p. 39)

Do anteriormente expresso, infere-se que a prática monoteísta imposta de fora nada tinha a dever à localmente comungada, sendo que a sua imposição nunca esteve ligada à falta da noção da presença desse ser omnipresente, mas, justamente, circunscreveu-se na definição do lugar dos teísmos estrangeiros, no quadro da colonização mental conduzida pelos grupos exógenos, fossem eles asiáticos ou europeus. E, entre estes últimos, foi fundamento para preencher o vazio deixado pelo epistemicídio, no sentido dado por Santos (2006), que então estava sendo empreendido em África pelos europeus da Modernidade tardia, desenvolvida a partir dos finais do século XVIII,



com implementação no século XIX e sua expressiva concretização durante o século XX, até ao momento em que as emancipações políticas neste continente começaram a colocar em causa aquela investida ocidental, especificamente a partir do terceiro quartel deste último século.

Voltando-se ao conjunto proverbial macua, a ideia assente é, a partir dele, trazer aspectos que indiquem ou indiciem possibilidades de contemporização entre o significado neles expresso e alguma prática veiculada pelo Ocidente para as diferentes áreas da vida social, a partir da Segunda Modernidade, momento em que foi eclipsado o conjunto proverbial africano. O conjunto proverbial foi explorado em um livro e parte dele confirmado em alguns trabalhos de campo feitos pelo autor, principalmente durante a realização da sua tese, sempre que, na interlocução com os seus informantes, estes deixassem escapar um e outro provérbio, ao qual, em seguida, solicitava o seu significado. Quanto aos já coligidos em livro, trata-se de 500 provérbios macuas repertoriados por Padre Valente de Matos, os quais pendem para 51 classificações, por assuntos ou significações, incluindo: ajuda mútua, amizade, amor, aparências, avareza, o bem e o mal, casamento, cautela e circunspeção, certo e incerto, confiança na vida, correlações na vida, Deus, diligência e preguiça, divergência de opiniões, economia doméstica, esperteza, experiência, formosura, ganância, hábitos inveterados, ignorância, ingratidão, verdade e mentira, vida familiar, vilania, vingança, intrepidez, inveja, justiça, maledicência e bisbilhotice, assuntos diversos, etc (MATOS, 1982). O curioso vem do fato de que, das 51 significações dadas pelo Padre Matos e pela entourage cultural que sanciona a tradução/significado, nenhuma delas pende para o político, embora haja consciência de que nada pode ser forçosamente interpretado, nenhuma prefiguração impele que tivesse havido tal derivação. Entretanto, induz-se que a ausência de um significado político é premeditada ou causa certa perplexidade quando se observa que na interpretação de um mesmo adágio pode recair sobre o domínio político quando se tratar de uma realidade portuguesa e para outra realidade, apolítica, quando recair sobre os a-Makhuwa. Por exemplo, o provérbio macua “Khònre nsuwa” (nº 39, p. 82) que, para o contexto europeu/português, em Padre Matos resume-se “Para que a autoridade solucione os nossos problemas, tem de já estar bem enfronhada nos usos e costumes do povo onde se encontra”, uma derivação eminentemente política, para o caso Macua, contra todas as expectativas, o provérbio é enquadrado na secção que o autor chama de “Tudo se quer a seu tempo”. Mesmo que, em uma tradução ou outra, a temporalidade esteja presente, o autor jamais o liga a algum aspecto político quando se trata do grupo sociocultural Macua.

Com tal ausência de uma componente carateristicamente política em e para a África, surge uma segunda curiosidade: como em um território que, durante a Primeira Modernidade europeia, haviam sido reconhecidas entidades políticas, como reis e imperadores, reinos, Estados (SANTOS, 1999), com a respectiva mobilização enquanto contrapartes da sociabilidade europeia, aquelas estruturas tenham se praticamente volatilizado em períodos posteriores! Só uma resposta pode

estar ancorada a um paradoxo, na medida em que tal realidade parece ter sido criada, subjectivamente, para enfatizar uma oposição, na qual o lado extra-europeu era posicionado em duas realidades intrinsecamente ligadas: a sua subalternização e/ou o não reconhecimento da sua existência. Daí infere-se que, em tal contexto, tal subalternização ou exclusão emergiu não apenas para justificar a necessária imposição de uma ordem aparentemente ausente nos espaços coloniais em montagem, mas, também, pelo fato de ser impraticável uma possível conciliação, no interior do mesmo espaço territorial, de expressividades políticas associadas a dois impérios/imperadores, dois Estados ou reinos/reis, isto é, onde mesmos atributos fossem operacionalizados por concorrentes, em uma altura em que imperava uma pretensa Pax Lusitana. Dito de outra forma, um reconhecimento da presença de manifestações endógenas, onde os correspondentes executores do poder haviam sido eclipsados, mostrava-se anacrônico. Para todos os efeitos, a rebusca de provérbios macuas confirma a presença de um aparato vocabular que sistematiza não só ideias políticas, mas outras que também eram estruturantes de outras áreas cruciais de vida endógena, todas elas concorrentes às práticas europeias da época ou desenvolvidas posteriormente, no quadro do aperfeiçoamento do Estado burocrático. Formatado em função de experiências locais e a partir de experiências históricas tidas ao longo dos tempos, tal conjunto proverbial, ao abarcar, como se disse, muitos aspectos de vida dos a-Makhuwa, pode ser substancialmente traduzido ou traduzível pelos respectivos expoentes, no lado do político e não só.

O ideal seria, provavelmente, começar de um provérbio que ensina a necessidade de cada um munir-se, adequadamente, sempre que inicie alguma jornada ou projeto. Para isso, o macua diz: “Omwinā harapa om’vinyera”, o qual é dado como significado, pelo Pe. V. de Matos, que “não basta ir ao rio com vontade de pescar, é preciso levar a rede” (MATOS, 1982, p. 73), mas que, literalmente, seria: para dançar harapa (um estilo de dança acompanhando uma batucada), é necessário que se levante/prepare para o efeito. Os a-Makhuwa ensinam que, por mais brilhante que seja uma ideia, ela carece da projeção de um aparato equivalente para a sua implementação. A história recente moçambicana, e não só, revela falências de certos projetos porque, necessariamente, a provisão de condições para a sua concretização ficou aquém da realidade desejada. Qualquer especialista em sociologia das organizações ou organização empresarial aceitaria o adágio sem grandes subterfúgios.

Depois de ter notado na vida quotidiana que certos trabalhos carecem de uma interajuda ou tendo observado provavelmente a funcionalidade do sistema colonial, o macua conclui que em situações em que o esforço é despendido por todos, ou quando todos são chamados a colaborar para a realização de tarefas árduas, longe dessa atividade beneficiar aos que nela participaram, ocorre, no fim, uma realidade paradoxal. O que ocorre é que os benefícios e as vitórias geralmente são reclamados ou partilhados entre membros restritos de um grupo maior, uma realidade para a

qual o m-Makhuwa adequou um adágio, segundo o qual: “Akhala Mwàka (muháka), n’ànaka othene; akhala mutholo muntholola mekhinyu”. “Muhaka” e “mutholo” são espécies vegetais com características diferentes. A primeira é de madeira rígida e a segunda, muito maleável, o que, no trato delas, indica dispêndios de esforços diferenciados, sendo um maior e outro menor, respectivamente. Para “Muhaka”, dada a rigidez da madeira, o esforço de todos é solicitado, mas quando for “Mutholo”, ninguém é chamado. Este adágio recai sobre uma grande discussão sobre a questão da capacidade redistributiva dos recursos no país ou sobre políticas/práticas inclusivas, muito necessárias no momento de gestão de benesses ou dividendos. O adágio foi interpretado em Mecubúri em 2003, para adequá-lo ao diapasão que emerge entre os discursos pré-eleitorais, onde os políticos prometem mundos e fundos, mas que, em períodos subsequentes às eleições, os eleitos praticamente se esquecem de tudo (Entrevista ao chefe Namacula, Mecubúri, Julho de 2003) e de todos. De tudo o que disseram/prometeram e de todos os que se constituíram em base de apoio. Parece que entre os políticos emerge uma autêntica amnésia no período pós-eleitoral.

Um bom observador começa a ficar cético, chegando mesmo ao ponto de desligar-se da prática política no período subsequente, sendo uma das respostas do grande absentismo que é progressivamente assinalável desde que iniciaram as eleições democráticas em Moçambique, em 1994. De fato, se na procura de razões da progressiva apatia dos moçambicanos perante os pleitos eleitorais alguns autores, como Shenga et al (2008), chegam a aliar tal atitude à existência, no país, de uma forma de “cidadania não-crítica” que resulta de uma sociedade de fraca informação ou um baixo nível de informação política e de demanda de democracia, a máxima anterior não aponta esse caminho. Contrariando este posicionamento, o absentismo que ocorre nas diferentes eleições, ao ser motivado pela insatisfação dos eleitores, longe de resultar de uma sociedade com tal baixo nível de informação política ou por conta do iletrismo, ele pode resultar, necessariamente, pelo fato das pessoas terem uma ética política bem assente, que até precede os sistemas democráticos impostos nos espaços territoriais pós-coloniais em África, no geral, e em Moçambique, em particular. De fato, outros provérbios dos a-Makhuwa podem atestar o firme conhecimento desses preceitos políticos. Por exemplo, quanto à justificação local encontrada quanto ao absentismo, longe do mesmo ser interpretado como falta da noção da importância do poder do voto do moçambicano, aqueles recorrem às suas máximas para justificarem esse ato. O m-Makuwa afirma categoricamente, e com razão, que “Mutthú khanira: mathapa asiva ohilawihale”, equivalendo dizer que “Ninguém afirma que o caril é bom, sem que primeiro o tenha provado” (MATOS, 1982, p. 326, provérbio 438). Este provérbio assinala, sem subterfúgios, uma demanda da tal redistribuição de riqueza anteriormente assinalada, o fim último de toda boa governança em um país dado ou, justamente, em países em que uma equidade política é substancial e recorrentemente

vivenciada. Ademais, a erosão do eleitorado que ocorre em amígdalas vezes no cenário político mundial entra em consonância com este aconselhamento.

Sem ter sido incluso no banquete que resulta da reprodução do país durante um determinado mandato, quem depois poderá acreditar no que os políticos dizem quanto aos futuros melhores, tal como têm sido recorrentemente oferecidos em promessas políticas em Moçambique e todo o mundo? Não seria de se questionar se tal realidade não advém do fato desse moçambicano ou cidadão de outro país não encontrar algum resultado palpável quando revisita todas as promessas precedentes? Dado que as pessoas “nada lhes dão a provar”, ou melhor, nunca têm tido algum benefício, toda a informação que achavam consumível concebem-na como nefasta à sua própria existência. A este último propósito, mesmo que tenha tido outra aplicação na sua conceção, não é por acaso que os a-Makhuwa têm mobilizado, correlativamente, o provérbio segundo o qual: “Athoro, yahikhuriweke, anwela ikhuné”, isto é, “Quando os ratos não são consumidos [a tempo] enchem-se de larvas ou apodrecem” (MATOS, 1982, p. 190, Provérbio 225). Com este provérbio, os a-Makhuwa advertem da necessidade de tudo ser realizado em função de um contexto temporal. Quando as pessoas esperam que o que tem de ser consumido não ocorre no tempo ideal ou previsto, ou quando um ideal nunca é satisfeito no devido tempo, acaba-se engendrando o abandono da respectiva prática, equivalendo-se ao seu consumo, o que ocorre mesmo no lado do domínio político. De fato, nesta vertente, o sistema eleitoral em Moçambique, e não só, propicia a emergência de um grande ceticismo, em virtude de as pessoas não verem objetivado ou o significado do seu voto, isto é, os benefícios à ele associados, no âmbito da manifestação da prática política, no geral. Por que votar? Tem sido uma das questões recorrentemente levantadas em transportes semi-coletivos, em aglomerados de discussão de bairros, não só entre os a-Makhuwa, mas também entre outros grupos sociais que comportam o mosaico societal do país.

Como resposta encontrada, o absentismo torna-se solução para contrariar o que os políticos esperam: uma corrida desenfreada às urnas. Não é por acaso que, sobre esta realidade, Easton aponta que, num sistema político, o seu modelo resulta da conexão entre os inputs, (onde se enquadram os pedidos e os apoios que as comunidades políticas recebem ou fazem) a ação da autoridade, do regime ou dessa comunidade política e a decisão, que dá origem aos outputs. Dado que são tais outputs que propiciam a auto-regulação do sistema, eles servem, também, como fundamento da retroalimentação e, por conseguinte, propiciam novas exigências, novos apoios ou não. Analisando tal esquema, denota-se que na falta de uma aproximação, senão necessariamente de uma correspondência como seria de desejar, entre as aspirações tomadas em conta ou apropriadas pelos candidatos políticos e as decisões que são tomadas sobre determinados assuntos, aumenta o fosso de discórdia entre governados e governantes. Esse hiato é que torna inconsumível

o domínio do político, equivalendo-se ao rato dos a-Makhuwa de Moçambique que, quando não é consumido a tempo, no seu lugar aparecem vermes, de onde deixa de ser alimento.

A solução para este problema é também trazida por um ensinamento macua, segundo o qual “Nswaa nõpa, nnoriwa lelèlo”, o mesmo que “Enquanto o sol brilha, todos se aquecem ao mesmo tempo” (MATOS, 1982, p. 190, Provérbio 225). Dito de outra forma, da mesma maneira que não se pode deixar de deliciar-se do sol na altura que ele brilha, também tal radiação é dada de forma indiscriminada para todos os que estejam no mesmo espectro, o que propicia a igualdade de oportunidades, um adágio que jamais estaria aquém de um contrato social. Se em vida prática e no domínio político impera a necessidade de existir uma correspondência ou aproximação entre promessas e ofertas, inversamente a dissonância entre elas propicia uma dinâmica política ou uma prática social mais ou menos conflituosa, isto é, uma resultante negativa. No caso específico da política, a dissonância reverte-se não só sobre os governados, que se frustram por não receberem as promessas, mas, fundamentalmente, sobre os que estão no mando do domínio político. A esse título, os a-Makhuwa desenvolveram um aforismo segundo o qual “Wimana, wàrika; ovaha, wàla”, significando “Ser forreta é torrar; dar/oferecer é semear” (MATOS, 1982, p. 375, provérbio 499). Enquadrado no capítulo de Avareza, um dos significados dados pelo Pe Valente de Matos é: “Posto noutra plano de compreensão da própria existência, o liberal porque é todo mãos abertas para os outros, semeia favores, mas, em retorno, será recompensado com larga colheita de benefícios da parte de seus amigos” (Ibid. p. 376). Fora do socialmente espectável, a sua adequação no lado do político e administrativo é evidente. A prática vem do fato de, tal como aponta um outro rifão, haver a necessidade, mesmo entre os políticos, da manutenção da auréola que garanta a sua reprodução política ou subsistência. Sobre tal auréola, o Macua diz que “Khapá onétta n’emp’awe”, isto é, “o cágado anda com a sua carapaça”.<sup>7</sup> Ao nível político, o ideal seria que cada partido procurasse manter a sua envoltura, representada, específica e necessariamente, pelos potenciais eleitores, tal como aconselha o Macua.

Tal manutenção devia passar não só dando a provar os benefícios que resultam do mando político, tal como ficou referenciado antes, mas também em função de um rifão segundo o qual “Onimulyanawe lòko, om’vahe màkha alaté”, a estilo de “aquele com quem comes piri-piri dá-lhe também sal a lambar”.<sup>8</sup> À semelhança do que ocorre quando se tem “Muhaka”, aquele caule rígido que induz a procura de apoios para se esculpi-lo, os a-Makhuwa avisam, desta vez, da necessidade de dar benefícios àqueles que trilham juntos, em momentos tenebrosos, representados emblematicamente pelo piri-piri. O dar sal, sinónimo de suavidade em relação ao piri-piri, indicia os tais benefícios a serem redistribuídos entre os que estiveram na anterior caminhada tenebrosa.

<sup>7</sup> Ibid. Provérbio 17, p. 66.

<sup>8</sup> Ibid. Provérbio 316, p. 249.

Tal exigência torna-se imperiosa em virtude de a luta última entre os que participam em um empreendimento ser o respectivo benefício, mesmo em realidades que se relacionem com a organização societal dita complexa, como o é o Estado. Aliás, Aristóteles já havia chegado a uma mesma ideia ao afirmar que “Toda a cidade (Estado) é uma espécie de comunidade, e toda a comunidade se forma com vista a algum bem ...”. (ARISTÓTELES, 1985, Capítulo I) A política como um bem comum ancora-se nesta perspectiva aristotélica, quanto na existente entre os a-Makhuwa. Do que ficou expresso, quando as mensagens políticas nunca conseguem ter algum reflexo sobre os governados, ocorre um desgaste dessa linguagem. E como para enaltecer de que nenhum poder será expressivo sem que os concidadãos a que são destinados o exercício político estejam em consonância com o mesmo, ao macua ocorre-lhe um refrão segundo o qual “Mwèri khonària mmekuni” (P. Matos, Provérbio 289, p. 231), traduzido como “a lua não [nunca] brilha quando está entre as nuvens”. Quando é ofuscada impede-se a sua manifestação, como o que ocorre entre a população insatisfeita das ações do político. Aliás, sobre esta realidade, existem ensinamentos de grandes pensadores que revelam a relação intrínseca entre governantes e eleitores, uma relação que deve sempre ser mantida a todo o custo, em virtude da sobrevivência dos primeiros depender da ação dos últimos. Lukamba e Barracho, citando Arendt, apontam que:

(...) ao falarmos do poder de alguém, estamos, na verdade, a afirmar que esse alguém está autorizado por certo número de pessoas a agir em nome delas. Quando acaba este conjunto de pessoas que deu origem ao poder, acaba também o poder do representante político. [...] é o apoio do povo que dá poder às instituições de um país e este apoio nada mais é do que o prolongamento do consentimento que trouxe as leis para a vida colectiva (2012, p. 274-275).

Em função dessa realidade, os a-Makhuwa apontam que, da relação intrínseca ou recíproca entre os políticos e certa franja da população, nos momentos em que houver uma ruptura nessa relação, quem mais sofre é o político, dado que é ele quem vê o fim do seu mandato, e nunca o cidadão comum que continua na sua posição e situação.

Outra realidade espelhada no repertório proverbial dos a-Makhuwa aplica-se ao quadro da realidade multiétnica do país e das dificuldades relacionadas à gestão desse mosaico. No primeiro caso, os a-Makhuwa reconhecem que seria quase impossível ter um mesmo discurso sobre qualquer aspecto que seja, no interior de um espaço multicultural. Ademais, tornar-se-ia perigoso tornar monolítico qualquer assunto, em um país com múltiplas referências culturais, em virtude desta realidade coartar sensibilidades de uns e de outros. Para tal, os a-Makhuwa afirmam que “Alopwana khanlikana, yalikana, alava”, o mesmo que “os homens não [nunca] são iguais; se o fossem, seria uma desgraça”. (Matos, 1982, p 352, provérbio 466) Nesta asserção encerra-se a lei de contrários, engrenagem que capitaliza qualquer movimento, desde o natural ao sociocultural e político. Politicamente estar-se-ia a falar da posição e da oposição, esta última geralmente

diabolizada em Moçambique, e não só. De fato, a importância da oposição é sobejamente conhecida, em virtude de impedir que haja alguma inércia ou contínua inépcia administrativa. Ainda neste âmbito, só para finalizar, os próprios a-Makhuwa apontam, através do Provérbio 223 presente em Matos (1982, p. 189) de que “Ekarawa emosá khenruma” ou “Pulseira metálica sozinha não tilinta”, como para quem enfatiza que todas as práticas monolíticas são desaconselhadas, demandando-se a aceitação de ideias de outros, a presença de alternativas de modos de ser e estar, uma forma de fazer política ideal na hodiernidade. Em contraposição aos anteriores dois provérbios, o grupo social em alusão desagua em uma máxima segundo a qual “Wètta eli, murete”, literalmente, “Andarem duas pessoas em companhia uma da outra é remédio”, para expressar, necessariamente, a existência de contrapartes. Num plano geral, esta máxima vai ao encontro de uma teoria de Arendt, citada por Lukamba e Barracho, segundo a qual:

a política (...) existe quando os homens agem e comunicam colectivamente, o que requer um espaço onde os homens se possam encontrar e relacionar através da acção e da palavra, que possibilita aos homens constituírem e exteriorizarem a experiência intersubjectiva da realidade que os rodeia (2012, p. 268-269).

Por isso, é necessário reconhecer que essa pluralidade carece de uma abertura que garanta a existencialidade de cada um dos membros, grupos e regiões de um país e do mundo em geral. Como para salvaguardar a prevalência dessa pluralidade, cuja existência jamais pode ser silenciada, o macua ensina também que “Okothomola kahiyene wunlela emwene; Muluku t’uruhale”, traduzindo-se em “Tossir não é cobiçar o regulado [o lugar ou a posição] de alguém; Deus é que trouxe a tosse”. A necessidade das pessoas expressarem sua vontade perante os políticos constitui-se como fundamento para reclamar o direito a uma boa gestão, algo que todo governado tem direito, um ditame que não fica a dever ao que é emanado nos tratados políticos internacionais. Ainda no quadro de uma multiplicidade que demanda essa convivência saudável, os a-Makhuwa expressam, pelo Provérbio constante em Matos sob o número 26, que “Athú t’olyana; malaxi t’a inamá”, isto é, “As pessoas se comem umas às outras; o capim é pasto de animais”. O autor porque esperava uma interpretação ou compreensão perversa, aponta que “o sentido autêntico deste anexim não é o que, à primeira vista, se descortina...”. Esclarece, a seguir, que “a ideia ... expressa é de que as pessoas, como seres sociáveis, necessitam umas das outras, simplesmente porque ninguém se basta a si mesmo”. Sabe-se que é por via dessa sociabilidade que se cultivam intercâmbios, cedências, diálogos e todo o gênero de processos que propiciam a manutenção de uma dinâmica saudável.

No âmbito da governação, os a-Makhuwa acomodam realidades que, geralmente, em muitos países têm-se constituído em prática comum nos primeiros momentos de uma governação, fundamentalmente logo a seguir a eleição de um governo. Dois provérbios, o 38 (p. 81):

“Khákilànthe makhuttu oméli” e o 39 (p. 82), “Khònre nsuwa”, do Pe. Matos, o autor explica, respectivamente, que “Esta sentença proverbial se aplica principalmente às autoridades que, ao serem investidas num cargo, não têm ainda a experiência do lugar e das pessoas, a qual se adquire com o tempo” e “Para que a autoridade solucione os nossos problemas tem de já estar bem enfronhada nos usos e costumes do povo onde se encontra”. Estes dois provérbios ilibam, sobremaneira, os estadistas e, ao mesmo tempo, criticam comentaristas que tiram ilações sobre alguma governabilidade, sem esperarem pela existência de condições para a plena funcionalidade do elenco montado. Os a-Makhuwa aconselham que, à estilo do que ocorre nas democracias bem estabelecidas e melhor nutridas financeiramente, espere-se por algum período de adaptação para que se passe a questionar sobre a funcionalidade de um governo. Atualmente, tem sido recorrente questionar-se o rumo de uma governação depois dos primeiros cem dias (graciosos), cruciais para uma primeira avaliação da funcionalidade governamental. Em contextos em que tal período ocorre sem a aprovação do orçamento é, de fato, no ideal macua, procurar falsos protagonismos, dado que, dificilmente, uma pessoa seria capaz de concretizar qualquer projeto visível durante o período em alusão. Ademais, sendo um período transitório, é o momento em que o governante está a conhecer e a “arrumar” a casa para geri-la com conhecimento de causa.

Em outra vertente, ainda neste âmbito da governação política, os a-Makhuwa são expressivos com provérbios que, num certo prisma, parecem criticar a promiscuidade presente, por exemplo, em Moçambique, na África e no mundo, em geral, principalmente nos países onde a captura do Estado pelos respectivos dirigentes é recorrente. Pelos provérbios de Matos n° 192 “Mwené khanlikana ni mwárie (ou mwár’awe)” e n° 193 “Mpewe khanlikana ni mannya [Mamawe]”, os dois presentes na página 170, o macua deixa clarividente a necessidade de se diferenciar o domínio público do privado ou na separação de poderes, para sanar, especificamente, alguma promiscuidade e a reclamada probidade. Como diriam os romanos, à César o que é de César ou, segundo o Padre Valente de Matos, “Cada qual em seu ofício”.

O domínio da paz é equiparado pelos a-Makhuwa à *Ekumi* (saúde). Pelo Provérbio presente em Matos, catalogado pelo n° 77 p. 102, este grupo étnico é da opinião de que sua abordagem deve ser feita de forma prudente, dado que “Ekumi owoka”, isto é, “A saúde, [a paz] engana”. O espírito do provérbio aconselha a necessidade da gestão dessa paz, pois o seu reverso não é outra coisa senão a doença, isto é, a guerra, longamente experimentada no território em que se encontram os a-Makhuwa, em Moçambique, mas também em várias partes do mundo. Em prol desse binómio paz e guerra, os a-Makhuwa desenvolveram provérbios como “Olávula wohiwanana, eyo ephalavi, álopwana inyaka, àthiyana inyaka”, expressando que, “A discussão acesa numa casa (território) é



coisa própria de *palaves* (antílopes) em luta. Os dois têm chifres [armaduras]!”<sup>9</sup> ou ainda o Provérbio 32, p. 77, segundo o qual “Anamwane ohiwanana yahàlelaniwa mirupa”, cujo “(...) rifão, reprovando o desentendimento entre irmãos (concidadãos), deixa adivinhar todo o panorama de desagregação de uma casa (território) onde não reinam o amor e a confiança entre todos os seus membros”. Nada melhor poderia fechar as conjecturas sobre a paz do que uma das três máximas macuas sobre esta realidade: quer a que defende que “Nàtâneke ephulá n’nitho” (Vivamos em boa harmonia como o nariz e os olhos) (nº 318, p. 250, em Matos); “Okhàla onokhalihaniwa” (prov. 165, p. 153), ou ainda “Wàatàana, ovilelana”, que expressam não só a necessidade de existir uma boa convivência, mas também mútuas cedências, e uma procura conjunta de soluções, cada um mobilizando seus arcabouços que, certamente, propiciam a concretização de todo o pacto desenvolvido entre os políticos de diferentes orientações, setores sociais ou que, tal como expressa o último rifão: Viver em paz é fruto de paciência mútua. Além disso, o Padre Valente aponta que este rifão se aplica também para “todos os que pretendem andar bem relacionados na vida” (p. 80). Nesse diapasão, a agenda governamental atual devia incidir sobre esta temática, por ser um dos eixos basilares para a concretização de todos os outros processos propiciadores do desenvolvimento em qualquer das áreas projetadas, evidenciando a atualidade dos provérbios ora em análise. Só assim evitar-se-á que, em algum momento, ocorra algo que reproduza o provérbio “khopweleya, wunnuwa nikuma” (Provérbio 104, p. 18), significando que “Aquele que se diz aborrecido é capaz de perpetrar graves delitos.” É sobejamente sabido que onde há delitos perpétuos e graves, incluindo, por exemplo, a guerra, praticamente toda a funcionalidade sistêmica entra em crise. Os avisados a-Makhuwa afirmam, nesse sentido, pelo provérbio presente em Matos, com o número 286, p. 230: “Elapo yoviha khinamakiwa [khenamakiwé],” o mesmo que “Terra demasiado quente não serve para nela se habitar”. Segundo a interpretação do autor, apesar de não a colocar no lado político, mas no familiar, ele aponta que:

Às vezes, o mesmo ditado passa, (...) numa terra em que o régulo não só não atende os pedidos justos dos seus súbditos como até comete abusos de autoridade, maltratando-os com castigos que não têm razão de ser. Neste caso, o ditado traduz sério descontentamento da população e significa também que muitos não tardarão a refugiar-se em terras dos regulados vizinhos. (MATOS, 1982, *Ibid.*).

Pese embora a sua aplicação fora do lado político, a aplicabilidade deste adágio para Moçambique, bem como para todos os países, é inquestionável, na medida em que tem ocorrido a saída de pessoas e evasão de capitais para fora de determinados territórios, tal como acontece em Moçambique, onde existem suspeições de existirem investidores ou empreendedores que, ao invés

---

<sup>9</sup> Provérbio 33, p. 78.

de concretizar seus projetos neste território, justamente por causa dos impasses políticos que tornam a "Terra demasiado quente", preferem procurar outros destinos. Neste contexto, para evitar tal evasão, os a-Makhuwa desaconselham qualquer espírito que ponha em causa a integridade física do ser humano, em virtude do "sangue humano embriagar", conforme diz originalmente o Macua "Ephomé ya mutthú ohapala" (MATOS, 1982, provérbio 85, p. 106), realidade que normalmente tem engendrado um processo cíclico de guerras por conta da primeira matança. (Entrevista ao chefe Namacula, Mecubúri, Julho de 2003) Em contrapartida, é necessário, como bem aconselham os a-Makhuwa, que os políticos estejam atentos aos clamores dos governados. De fato, pelo Provérbio 190, p. 169, "Variwe mai, ti vari nipuro", o Padre indica que onde houver pedido de socorro é sinal de que alguém está em perigo. Tal realidade é enfatizada pelo Provérbio 215, p. 182, "Kákuvele, mavaka ammalela", ou seja, "se alguém grita <vinde depressa em meu auxílio> é porque se lhe acabaram as flechas". Assim, se de forma geral todo o grito merece um socorro, é imperativo que haja, por parte dos gestores do território, o acompanhamento a todo o clamor que ocorra de qualquer parte do território, uma medida que se constitui em um dos barômetros de governação política. Além disso, com a aplicação desta regra, evitar-se-ia o que Couto aponta como um dos "Sete sapatos sujos", que é recorrente em Moçambique, que é o fato de as pessoas serem insensíveis ao grito dos outros.<sup>10</sup> Contrariamente, tal como especifica Foucault, a gestão do país deve ser baseada na governança política, onde o Estado de governo:

(...) não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com o seu volume, sua densidade, e em que o território que ele ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber económico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 1985, p. 293-294).

Dessa forma, ao invés de deixar que o tempo resolva certas situações inquietantes que assolam o governado, que de diversas formas tem feito um apelo de socorro, como é recorrente em Moçambique, o ideal seria ouvir o provérbio dos a-Makhuwa segundo o qual "Ttòro okwiye wònexexa"<sup>11</sup>, o mesmo que "o burro selvagem morreu por querer certificar-se bem do que estava a ver/acontecer". Assim, acredita-se que ao passar a proceder de forma diferente quanto à abordagem do fator tempo, que parece ter entrado como uma justificação sutil para encobrir incompetências contínuas e integrado na mania da desresponsabilização que reina em Moçambique, conforme apontado por Mia Couto, ainda nos seus Sete Sapatos Sujos<sup>12</sup>, capitalizar-

<sup>10</sup> Vide especificamente o sexto "sapato sujo".

<sup>11</sup> Provérbio 22, p. 70..

<sup>12</sup> Vide o primeiro "Sapato Sujo".

se-ão novas dinâmicas que, agregadas, poderão evitar o arrastamento de processos que em certos domínios da vida social comprometem a construção de Moçambique de forma aceitável.

## Conclusão

Uma revisitação do itinerário seguido até aqui remete a pensar que a exclusão do pensamento gerido no interior do continente africano e, no caso em epígrafe, em Moçambique, entre membros da etnia macua, constituiu-se em um dos maiores equívocos da denominada Segunda Modernidade europeia. A clarividência, a incidência e a constância dos adágios, provérbios e máximas dos a-Makhuwa em relação à vida pública ou ao viver coletivo são tão marcantes que não devem nada a tratados desenvolvidos em grandes instituições de pensamento para determinadas áreas que, atualmente, dinamizam e regulam a funcionalidade de um grande número de países, incluindo aqueles que geralmente se posicionam como centrais.

A sua incidência aos postulados emanados pelo Ocidente, que desde o século XVIII procurou impor sua cultura, em uma situação em que, com a colonização, houve a aculturação/assimilação, pelas quais se deu a transmissão dos adereços dos centros imperiais para os distintos espaços coloniais, e, principalmente, durante o período neoliberal, quando substituiu outras formas de estar, difundindo-a para todo o mundo, poderia propiciar suspeitas de ter havido algum empréstimo daqueles adágios a partir do Ocidente. Entretanto, a autenticidade interna/endógena dos adágios, provérbios e máximas resulta do fato de não terem havido condições para a transmissão dos aspectos culturais por meio da educação, à exceção dos rudimentos do português e aritmética e, para certas classes, de uma geografia integrativa das colônias no mundo português, em um sistema educacional caracteristicamente separatista. Desde o princípio, foram impostas medidas restritivas para que não houvesse comunicação entre nativos e europeus, tal como procedeu-se desde a Primeira Modernidade, e, principalmente, pelo fato de que, já com a Segunda Modernidade, existiram medidas para que tal contato físico não fosse privilegiado, devido ao povoamento diferenciado. Mais do que isso, outra prova de que tais adágios não resultaram de qualquer empréstimo é testemunhada pelo livro compilado pelo Padre Matos, o qual indica ter explorado não os impactos do contato entre portugueses e africanos que poderiam ter dado lugar a possíveis empréstimos, mas uma prospeção conduzida junto à cosmogonia dos a-Makhuwa, de onde foram emanados os respectivos provérbios, contando apenas com a simples operação comparativa.

Do estudo pressupõe-se que o resgate de práticas políticas locais e sua respectiva divulgação poderiam constituir-se em fundamentos de ensinamentos no quadro da conduta dos servidores públicos em Moçambique, e não só, o que evidenciaria a importância do conhecimento

endógeno e localizado em uma era globalizada. Seu aproveitamento ocorreria em uma situação em que o neoliberalismo, ao aceitar a abordagem multicultural, abriu uma brecha para a integração de realidades que não concorram para a corrosão do próprio Estado. Por outro lado, com o resgate da filosofia pragmática dos a-Makhuwa e dos vários ou outros grupos socioculturais que despontam pelo país e pelo continente, provavelmente encontrar-se-ia ocasião para a colocação, nos trilhos da governança, de pressupostos que dinamizaram grupos sociais, mesmo em momentos em que os mesmos foram sevidados. Nesse prisma, tal capitalização da mensagem contida no conjunto proverbial poderia reduzir conflitos, muitos dos quais são difíceis de prever o desfecho final. De fato, o conjunto proverbial macua indica que o resgate das distintas mundividências experienciadas em Moçambique pode propiciar a resolução de muitos problemas que afetam diretamente as pessoas, sem necessariamente buscar os especialistas e conselheiros internacionais, tão caros para um país cujo orçamento do Estado depende de endividamentos externos e internos que comprometem cada vez mais gerações presentes e vindouras.

Das releituras e interpretações, no sentido Geertziano, chegou-se a conjecturar que o grupo macua estaria sendo injustiçado se as suas práticas e ideias continuassem indiscriminadamente colocadas, por exemplo, em relação ao pensamento largamente difundido pelo Ocidente, ao nível do plano antitético, antipodal, tradicional e não no plano correlativo ou igualitário. Sem querer ser pretensioso, foi a partir desta realidade que, em algum momento, pela incidência e amplitude dos provérbios, chegou-se mesmo a pensar que o ideal teria sido sugerir como título: Os ensinamentos da tradição proverbial macua para as práticas políticas da atualidade, em virtude de parte dos provérbios darem lições válidas para o momento experimentado no domínio político e social atualmente, seja em Moçambique, como em outros quadrantes do mundo. Nesse quadro, o conjunto proverbial macua é concorrente aos ditames emanados por agendas e agentes internacionais e até poderia ser capaz de substituir certas soluções apontadas atualmente por organizações formais que nem sempre têm respondido às demandas quotidianas de forma efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aristóteles. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BAUGNET, Lucy. **L'Identité sociale**. Paris: Dunod, 1998.

COSTA, Fontoura da. **Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama, 1497-1498**. Lisboa: Publicações Alfa, 1940.

COUTO, Mia. Os sete sapatos sujos. [Mia Couto \(triplov.com\)](http://MiaCouto.com)

DOS SANTOS, João (Frei). **Etiópia Oriental e Vária História de coisas notáveis do Oriente. Introdução de Manuel Lobato.** Notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

DOS SANTOS, João (Frei). **Etiópia Oriental e Vária História de coisas notáveis do Oriente. Impresso no Convento de S. Domingos de Évora, 1609.**

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1985, 5a. ed.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENTILI, Anna Maria. **O Leão e o Caçador. Uma história da África subsaariana.** Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LOBATO, Alexandre. **Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique.** Lourenço Marques, [s.n], 1972.

LOBATO, Alexandre. **Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial.** Lisboa: Livraria Portugal, 1953.

LUKAMBA, Paulino; BARRACHO, Carlos. **História das Ideias Políticas.** Lobito: Escolar Editora, 2012.

MARTINEZ, Francisco Lerma. **O Povo Macua e a sua Cultura.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

MATOS, Alexandre Valente de (Pe.). **Provérbios macuas.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.

PASQUINO, Gianfranco. **Nuevo curso de ciência política.** Tradução de Clara Ferri. México: FCE, 2011.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités Traditionnelles au Mozambique Colonial (1834-1974). Le cas des Mamwene de la Macuana (Nampula).** Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea. École Doctorale Lettres, Pensée, Arts et Histoire, Université de Poitiers, 2010.

PELISSIER, René. **Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1918).** Paris: Orgeval, 1984.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul.** Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

RAMOS, Flávio; JANUÁRIO, Sérgio S. Reflexividade e constituição do mundo social: Giddens e Bourdieu (breves interpretações). **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 43, núm. 3, 2007, p. 259-266.

SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. Vol. 4.** Lisboa: Edições Afrontamento, 2006.

SERRA, Carlos. **Para a História da Arte Militar Moçambicana.** Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

SHENGA, Carlos; MATTES, Robert. Cidadania acrítica numa sociedade de “baixa informação”: os moçambicanos numa perspectiva comparativa. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Cidadania e governação em Moçambique. Comunicações apresentadas na conferência inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos**. Maputo: IESE, 2008, p. 119-169.

Entrevista

Entrevista ao chefe Namacula, Mecubúri, Julho de 2003, Arquivo pessoal.

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 08/10/2023

# VISÃO HOLÍSTICA E INTEGRADA DE SAMORA MACHEL SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL

## SAMORA MACHEL'S HOLISTIC AND INTEGRATED VISION OF PEACE AND SECURITY IN SOUTHERN AFRICA

---

**RESUMO:** O artigo aborda a contribuição do Presidente Samora Machel para a libertação da África Austral, com especial atenção ao Zimbábue. O estudo busca entender seu papel na luta contra o colonialismo britânico e a independência unilateral de Ian Smith. Analisa-se também o papel das lideranças dos Estados da Linha da Frente na formação da SADCC, atual SADC. Conclui-se que o internacionalismo desempenhou um papel central na conquista da liberdade do Zimbábue.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linha da Frente; SADCC/SADC; Luta de Libertação; África Austral.

---

**Roberto Momade Preto**

**ABSTRACT:** The article addresses President Samora Machel's contribution to the liberation of Southern Africa, with a particular focus on Zimbabwe. The study seeks to understand his role in the struggle against British colonialism and the unilateral independence of Ian Smith. It also analyzes the role of the Frontline States' leadership in the formation of SADCC, now known as SADC. It is concluded that internationalism played a central role in achieving Zimbabwe's freedom.

**KEYWORDS:** Front Line; SADCC/SADC; Liberation Struggle; Southern Africa.

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

# VISÃO HOLÍSTICA E INTEGRADA DE SAMORA MACHEL SOBRE A PAZ E SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL

Roberto Momade Preto <sup>1</sup>

## Introdução

Esta reflexão apresenta uma breve descrição da visão holística e integrada do Presidente Samora Machel sobre a paz e estabilidade na sub-região da África Austral, durante seu mandato como líder da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique.

Entendendo que certos povos da África Austral não deveriam permanecer vivendo sob a opressão da segregação racial ou do domínio minoritário, Samora Machel analisou a situação da região a partir de seu próprio país, Moçambique, que enfrentava um conflito armado imediatamente após a proclamação da Independência Nacional (1975), liderado pelo movimento armado conhecido como Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), contra o Governo da FRELIMO a partir de 1976.

Da mesma forma, Machel foi motivado pela instabilidade vivida em países vizinhos, como Angola, imersa em uma guerrilha entre a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o Governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); a África do Sul sob o regime racista e segregacionista do apartheid; a Namíbia ilegalmente dominada pela África do Sul; o Zaire, de Mobutu Sese Sekou (atual República Democrática do Congo), que interferia na política econômica de Angola, não permitindo que o país lusófono explorasse adequadamente seus portos; e o Zimbábue, que enfrentava dois gigantes inimigos: o domínio britânico e a luta contra a independência unilateral de Ian Smith.

Esta análise foca principalmente na questão zimbabuense, pois Machel acreditava que Moçambique não poderia alcançar a independência política e econômica pacificamente se o Zimbábue ainda estivesse em guerra ou sob domínio minoritário de Ian Smith.

Os objetivos deste estudo são compreender o envolvimento de Samora Machel e as manifestações dos movimentos de libertação do Zimbábue, além de identificar as motivações, intenções e objetivos reais da linha político-ideológica da FRELIMO, como o movimento de vanguarda da revolução moçambicana que apoiou a luta pela independência do Zimbábue.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma. Doutorando em História da África Contemporânea pela Universidade Pedagógica de Maputo. [robertofakirdin68@gmail.com](mailto:robertofakirdin68@gmail.com)



Esta reflexão visa explorar o conteúdo apresentado em uma perspectiva puramente acadêmica, examinando a dinâmica de apoio entre países vizinhos e, principalmente, entre africanos. Também demonstra historicamente como o internacionalismo serviu de base para a integração entre as nações africanas em sua luta contra um inimigo comum, promovendo fraternidade, solidariedade e boa vizinhança entre os povos. Isso foi exemplificado pela assinatura do "Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança" entre Moçambique e África do Sul em 1984.

Além disso, a reflexão fornece insights sobre a trajetória histórica da organização regional desde sua fundação como Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) até sua atual transformação em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com a inclusão de mais estados membros.

Metodologicamente, foram utilizadas fontes secundárias (obras literárias) para contextualizar o tema histórico da paz e segurança na África Austral, com foco nas contribuições feitas por Samora Machel e pelo governo da FRELIMO sob sua liderança. Diferentes líderes políticos da região que trabalharam para dismantelar regimes racistas que impediam o desenvolvimento foram analisados. Os países ainda sob influência de entidades políticas (como as administrações da África do Sul, Grã-Bretanha e Ian Smith) foram considerados como unidades de análise.

O tema da paz e segurança na África Austral tem sido objeto de debate acadêmico e discussão na sociedade moçambicana em geral, dada a realidade dos desafios enfrentados pelos estados africanos para manter a estabilidade, especialmente diante do terrorismo e outros conflitos. Questões como o internacionalismo (cooperação), troca de experiências e relações diplomáticas entre os estados têm sido debatidas de maneira sistemática e contínua. Portanto, o apoio prestado pelo governo da FRELIMO sob a liderança de Samora Machel ao povo do Zimbábue em sua luta pela libertação serve de exemplo para a África e o mundo.

Atualmente, Moçambique enfrenta o terrorismo na província setentrional de Cabo Delgado. Nesse sentido, a presença de outros países africanos (como Ruanda) e a força da SADC (SAMIM) fornecendo apoio, assim como Moçambique apoiou o Zimbábue, indica que a visão e o sonho de Samora, bem como os princípios por trás da criação da SADCC/SADC, ainda são relevantes e necessários para estabilizar a sub-região por meio de esforços conjuntos entre países e estados que buscam paz, segurança e desenvolvimento.

## **II: A Fundação da Linha da Frente, a Emergência da SADCC e o Envolvimento de Moçambique no Cenário Político Zimbabweano**

As independências africanas na África Austral, como parte do processo geral de independência do continente, ocorreram na década de 1960. Os primeiros estados a se libertarem do domínio colonial europeu foram Tanzânia, Niassalândia (atual Malawi), Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Congo Kinshasa (atual República Democrática do Congo), e os Protetorados Britânicos do Lesoto, Botsuana e Suazilândia (atual Eswatini). Esses processos de independência foram pacíficos e controlados, com consensos acordados entre as partes.

A Organização da Unidade Africana (OUA), agora transformada na União Africana (UA), percebendo a necessidade de libertar a África Austral do domínio colonial europeu, estabeleceu um comitê ad-hoc sediado na Tanzânia. Dentro desse comitê, foram criados os Estados da Linha da Frente, incluindo países como Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

A visão central dos Estados da Linha da Frente, que mais tarde incorporaram outros países como membros efetivos, era criar uma organização alternativa para combater a política de constelações instituída pela África do Sul do apartheid. Nesse contexto, Julius Kamarange Nyerere convocou uma reunião consultiva em Arusha, Tanzânia, em 1979, onde decidiu-se criar uma organização regional chamada Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), estabelecida em 1980 na Zâmbia. Atualmente, essa organização regional, agora chamada Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), mantém os mesmos objetivos, incluindo novos estados membros. A presidência rotativa é realizada pelos países membros, que também assumem responsabilidades específicas entre as cúpulas ordinárias, de acordo com as potencialidades de cada estado.

O principal objetivo da formação da SADCC era, inicialmente, político e estratégico, visando a consolidação das independências de seus membros e o fim dos últimos vestígios do colonialismo europeu na região. Além disso, a SADCC buscava garantir a libertação dos povos do Zimbábue e da Namíbia, e estabelecer uma estratégia para acabar com o regime minoritário e segregacionista do apartheid na África do Sul, bem como o regime ilegal e minoritário de Ian Smith no Zimbábue. Nesse contexto, Samora Machel, como líder do movimento revolucionário moçambicano, desempenhou um papel importante ao unir diferentes sensibilidades étnicas e políticas no Zimbábue, visando à independência.

"Logo depois da criação da aliança da Linha da Frente, a Frelimo abriu as suas 750 milhas (1.200 quilômetros) de fronteira com a Rodésia aos insurgentes Zimbabueanos, convidando a ZANU e a ZAPU a estabelecer bases militares conjuntas. Por outro lado, transferiu uma quantidade substancial de armas modernas para as forças da ZANU baseadas em Moçambique, e reassentou mais de 150.000 refugiados zimbabueanos em campos de refugiados" (CHRISTIE, 1988, p. 89).

A liderança de Samora Moisés Machel foi fundamental para a união dos movimentos nacionalistas do Zimbábue, representados principalmente pelos povos shona (ZANU) e ndebele (ZAPU), liderados por Robert Gabriel Mugabe e Joshua Nkomo, respectivamente. Machel proporcionou uma união patriótica e um entrosamento político-ideológico que permitiram a emergência de uma única corrente de luta pela independência do país, que foi alcançada em abril de 1980. Nesse sentido, é impossível falar sobre a libertação da África Austral sem destacar o papel central de Samora Moisés Machel não apenas como líder da Frelimo e de Moçambique, mas também da região como um todo.

O contexto de luta nacionalista na região da SADC está intimamente ligado ao processo de libertação de Moçambique. A partir de 1962, com a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), iniciou-se a luta armada pela independência nacional, que culminou com a proclamação da independência em 25 de junho de 1975. Apesar dos avanços representados pela SADC, ainda há enormes desafios que exigem esforços conjuntos para melhorar as condições de vida das populações.

Januário (2019) explica que o surgimento do espírito nacionalista entre os moçambicanos, representado pela unificação dos movimentos políticos UNAMI, UDENAMO e MANU, foi fundamental para a criação da FRELIMO em 1962, na atual República Unida da Tanzânia. A consolidação da unidade nacional tornou-se o objetivo prioritário, proporcionando a organização e unificação de todos os movimentos de luta contra o domínio colonial português na África Austral.

Samora Machel capitalizou essa estratégia organizativa do processo de luta de libertação nacional de Moçambique para convencer os líderes revolucionários do Zimbábue da importância da união em sua luta pela independência. Ele defendia de forma sistemática e com grande contundência política a necessidade de os países da região se unirem para se libertarem do domínio colonial, o que também garantiria a estabilidade, paz e segurança de Moçambique. Desde os estágios iniciais da luta revolucionária nacional, Moçambique demonstrou sua disposição para acolher iniciativas libertárias de outros países da região.

"Durante a luta de libertação nacional de Moçambique, levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foram estabelecidas relações de amizade com outros movimentos que tinham sido acolhidos na Tanzânia como país onde preparavam as suas acções de luta para a libertação dos respectivos territórios do jugo colonial, visando a conquista da independência do colonialismo vigente" (MASSANGAIE, 2018, p. 23).

Neste contexto, a FRELIMO, sob a liderança de Samora Machel, estabeleceu contatos durante o período da Luta de Libertação Nacional com outros movimentos nacionalistas, como o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, a União Nacional Africana do Zimbabwe

(ZANU), a União dos Povos Africanos do Zimbabwe (ZAPU) e a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAP) da Namíbia. A Frelimo e Samora Machel determinaram que a independência de Moçambique só seria efetiva e completa se os outros países da região também se libertassem da dominação colonial europeia e dos regimes racistas minoritários que ainda existiam na complexa região da África Austral.

A conquista da independência de Moçambique em junho de 1975 abriu a possibilidade de participação do país nos esforços em curso pelos países africanos independentes para erradicar os últimos vestígios do colonialismo e da dominação por regimes minoritários na África. Enquanto a região da África Austral, caracterizada pelo atraso de 15 anos na obtenção da independência das colônias portuguesas, ainda sofria com a presença de regimes minoritários resultantes do colonialismo.

A colaboração entre os movimentos de libertação da África Austral teve início nas bases estabelecidas na Tanzânia, e no caso do Zimbabwe, a abertura da Frente de Tete pela FRELIMO em 1968 permitiu o estabelecimento de bases da ZANU nas áreas libertadas pela FRELIMO em Tete e Manica, fortalecendo a colaboração entre esses movimentos. Moçambique passou a trabalhar mais de perto com os países que haviam apoiado diretamente sua luta de libertação contra o regime colonial português, formando uma aliança informal.

Essa aliança foi reforçada em meados da década de 1970, com a participação de Angola e Moçambique, antigas colônias portuguesas na África Austral. Moçambique, sendo o país mais próximo do teatro de operações, tanto em relação ao Zimbabwe quanto à África do Sul, desempenhou um papel crucial no apoio aos movimentos que lutavam pela libertação de seus países da dominação por regimes minoritários. Foi nesse contexto que Moçambique acolheu um grande número de guerrilheiros da ZANU e ZAPU do Zimbabwe, assim como do ANC da África do Sul, e se envolveu profundamente na busca de soluções para os problemas desses territórios dominados:

"[...] O Primeiro-Ministro do Lesoto, Leabua Jonathan, mais tarde forjou laços com o Congresso Nacional Africano (ANC) tendo se recusado a reconhecer a independência do Transkei e outros bantustões, juntando-se aos Estados da Linha da Frente em 1977" (MATUSSE, 2002, p. 56).

Foi no seio dos Estados da Linha da Frente que Moçambique desempenhou um papel de grande relevância no processo de libertação dos países da região que ainda estavam sob a dominação de regimes minoritários. Foram esses estados que envidaram esforços que resultaram na aproximação entre os líderes nacionalistas zimbabwuanos, Joshua Nkomo, da ZAPU, e Robert Mugabe, da ZANU, para se apresentarem como uma frente unida, a Frente Patriótica, perante a

Grã-Bretanha (potência colonizadora do Zimbábue), em esforços diplomáticos pela independência do país.

Outra evidência substantiva é fornecida por Branco (2003, p. 111) ao mencionar que após a criação dos Estados da Linha da Frente, eclodiu o conflito angolano entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Diante desse conflito, com o apoio da África do Sul do apartheid à UNITA, os membros dos Estados da Linha da Frente concordaram em apoiar o MPLA.

Quanto à questão da Rodésia do Sul (Zimbábue), os Estados da Linha da Frente ficaram divididos. Moçambique apoiava a ZANU, de Robert Mugabe, enquanto a Zâmbia apoiava a ZAPU, de Joshua Nkomo. Esses apoios permitiram a coordenação de posições até a assinatura do Acordo de Lancaster House, que culminou com a proclamação da Independência Nacional do Zimbábue em 1980. Nesse sentido, a formação da SADCC propiciou a emergência de uma visão política integrada, uma vez que todos os Estados membros da região enfrentaram em conjunto os mesmos desafios políticos, caracterizados pela busca de mais membros para a organização e suas relações com outros Estados ou blocos regionais no continente africano. Mais uma vez, aqui o contributo de Samora Machel se torna mais evidente quando incentiva a realização de várias conferências em diferentes países da região.

As incursões sistemáticas e violentas das forças de Ian Smith em território moçambicano fortaleceram ainda mais a crença da FRELIMO e de Samora Machel em reforçar as forças nacionalistas zimbabueanas que se opunham à dominação do regime segregacionista minoritário rodesiano na década de 80 do Século XX. Esta atitude refletiu e fortaleceu o internacionalismo da FRELIMO, fundamentado na visão integradora de seu líder.

O empenho de Moçambique independente, como país que fazia parte dos Estados da Linha da Frente, foi bastante notório em seu engajamento pela luta de libertação do Zimbábue. O fornecimento de material bélico, víveres alimentares e acomodação das tropas zimbabueanas dentro do país tornaram Moçambique o país da África e da Linha da Frente mais engajado, culminando na liberdade do Zimbábue do colonialismo britânico e da opressão segregacionista minoritária liderada por Ian Smith, ansioso pelo poder unilateral no Zimbábue.

### **III: Principais Conclusões**

Após diversas leituras sobre o processo de fundação dos Estados da Linha de Frente, o envolvimento do Governo da Frelimo e do Presidente Samora Machel na luta de libertação do Zimbábue, bem como a criação da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e sua subsequente transformação na Comunidade para o Desenvolvimento da

---

África Austral (SADC), independentemente das reformulações operacionais ajustadas ao cenário político atual e às demandas socioeconômicas da região, concluímos que a fundação dos Estados da Linha de Frente e o surgimento da SADCC como organismo de luta para a preservação da Paz, Segurança e Desenvolvimento nesta sub-região continental foram fundamentais para a conquista das liberdades e a criação de iniciativas para o desmantelamento de regimes minoritários e segregacionistas.

A visão integradora de Samora Moisés Machel sobre o desenvolvimento, paz e segurança na África Austral ainda está prevalecente nas atuais lideranças político-administrativas da região, que hoje concentra mais membros efetivos, imbuídos dos mesmos desafios de desenvolvimento da região. Hoje, a Paz e Segurança na África Austral assumem-se como necessidades primárias. Por isso, vislumbram-se, em várias ocasiões, os chefes de estado da região em Cimeiras Ordinárias ou Extraordinárias, discutindo os assuntos da região. Assim, mostra-se claramente que os ideais de Samora Machel ainda são prevalentes e deram um contributo e benefício geral para a libertação e segurança desta sub-região do continente africano. Nesta ótica, concluo também que não se pode falar da libertação, paz e segurança da África Austral sem mencionar Samora Machel como timoneiro e campeão da zona.

O Zimbábue e a Namíbia proclamaram sua independência política. O apartheid já foi desmantelado na África do Sul, e surgiu uma nação multicolorida (nação arco-íris, segundo o Arcebispo Anglicano Desmond Tutu), onde as crianças e os povos sul-africanos em geral caminham juntas nos mesmos espaços. Se Samora Machel estivesse vivo, certamente estaria razoavelmente satisfeito.

Contudo, conclui-se também que ainda há desafios referentes ao terrorismo que precisam de entrosamento político e estratégico entre os países membros para garantir que seu combate seja abrangente e não permita que os terroristas encontrem refúgios em outros países. Há a necessidade coordenada de a região lutar para minimizar as bolsas de fome (por meio do aumento das áreas de cultivo e da diversificação da produção agropecuária), das doenças endêmicas (fornecendo serviços básicos de saúde) e do analfabetismo (construindo mais escolas, formando mais professores e fortalecendo o setor da educação como um todo).

Por fim, também se conclui que o crime transnacional (tráfico de seres humanos, ondas de sequestros nos principais centros urbanos da região, drogas e circulação não autorizada de armas) deve ser combatido por todos, e, acima de tudo, os mecanismos devem ser reforçados e as práticas constitucionais melhoradas em toda a região da SADC, a fim de evitar a repetição de cenários como os de Madagascar (golpes de estado).

## REFERÊNCIAS

Christie, I. **Machel of Mozambique**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

Januário, Emílio Mário. **Estudo da Luta de Libertação Nacional de Moçambique**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

MASSAGAIE, A. **Moçambique no processo de integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): O fruto da unidade e do internacionalismo**. Maputo: Partido Frelimo, 2018.

MATUSSE, R. **África Austral: Das migrações bantu à integração regional**. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Ndjira, Coleção Horizonte da Palavra, 2011.

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 11/12/2023

# ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

## ANGOLA: PEACE, DEMOCRACY AND HUMAN DEVELOPMENT

---

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e qualidade de vida da população. Para tanto, analisamos dados relativos à dimensão da educação, medida pelo índice de escolaridade, que leva em conta a média de anos de estudo da população adulta e a expectativa de anos de estudo das crianças em idade escolar. Além disso, também consideramos a dimensão da saúde, medida pela esperança de vida ao nascer, que são condições essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país no pós-guerra. Os resultados obtidos revelam que as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas zonas rurais onde o acesso à educação e saúde ainda é limitado.

**José Fernando de Matos**

**PALAVRAS-CHAVE:** Angola; Desenvolvimento Humano; Saúde; Educação; Paz.

---

**ABSTRACT:** This article aims to assess the impact of human development policies in Angola, especially regarding education, health, and quality of life of the population. To do so, we analyze data related to the education dimension, measured by the education index, which takes into account the average years of schooling of the adult population and the expected years of schooling for school-age children. Additionally, we also consider the health dimension, measured by life expectancy at birth, which are essential conditions for the country's social and economic development post-war. The results obtained reveal that the human development policies implemented in Angola have not been effective in improving the quality of life of the population, especially in rural areas where access to education and health care is still limited.

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

**KEYWORDS:** Angola; Human Development; Health; Education; Peace.



## ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

José Fernando de Matos<sup>1</sup>

### Introdução

Angola alcançou a paz em 04/04/2002. O contexto pós-guerra começou com o legado dessa guerra civil, caracterizado pela pobreza generalizada, especialmente nas áreas rurais e periurbanas (OYA, 2019). Com o término da guerra civil, o governo de Angola lançou o Programa de Reabilitação e Reconstrução, centrando-se inicialmente na consolidação do acordo de paz, reconciliação nacional e no desenvolvimento econômico e social do país. O fim da guerra civil em 2002 constitui, assim, o acontecimento mais importante até então. De acordo com Ermelinda Liberto (2015), se por um lado estava dado o momento de consolidar a democracia politicamente e desenvolver o espaço que permita o exercício dos direitos de cidadania, igualmente, em termos econômicos, também era o momento de dar início ao processo de impulsionar a economia, motor essencial para empreender outros projetos, como a edificação do estado social. Nessa perspectiva, julgamos relevante abordar este tema no recorte temporal indicado (2002-2017), pois no período pós-guerra civil, apesar dos avanços em várias frentes, Angola ainda enfrenta desafios importantes em relação à paz, democracia e desenvolvimento. A pobreza e a desigualdade ainda são problemas significativos, e muitos angolanos ainda têm acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Além disso, a corrupção e a falta de transparência continuam sendo desafios importantes para o país. Assim, o objetivo deste artigo é avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e qualidade de vida da população.

A questão de investigação que originou este artigo consiste em: como a busca pela paz, a consolidação da democracia e as políticas de desenvolvimento humano têm influenciado a realidade social, política e econômica de Angola? Parte-se aqui da hipótese de que, no período em análise, de 2002 a 2017, as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, mesmo após esses anos de paz. No período em análise, a perda para o desenvolvimento humano devido à desigualdade é um problema estruturante para o país, muitas zonas rurais ainda continuam sem acesso às infraestruturas básicas, programas de proteção social e muitas crianças e jovens ainda não

---

<sup>1</sup> Especialista em Estudos Africanos e Representações da África no Brasil pela UNEB; mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia - UFBA. [matossizanga@gmail.com](mailto:matossizanga@gmail.com) Este artigo é resultado da dissertação de mestrado, intitulada “O papel do estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil”.

frequentam a escola, havendo também grande disparidade de gênero. A metodologia utilizada na construção do trabalho fundamentou-se em uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa de caráter quantitativo, utilizando a base de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Em termos de estruturação, o artigo está dividido em três seções, cada uma dedicada a uma parte específica do tema. Na primeira seção, delinea-se brevemente a avaliação dos resultados do desenvolvimento humano em Angola. Nas segunda e terceira seções, analisamos a evolução das políticas públicas nos setores de saúde e educação, que constituem pilares fundamentais para a melhoria do desenvolvimento humano dos angolanos. Para concluir nosso trabalho, apresentamos nossas considerações finais, cientes de que a temática não se encerra aqui.

### **Visão nacional relativa ao desenvolvimento humano em Angola**

A República de Angola, situada na região sul da África, enfrentou décadas de conflitos armados. No entanto, desde o fim da guerra civil em 2002, o país tem se empenhado em consolidar a paz, fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento humano. Nesse contexto, é fundamental compreender como esses três elementos - paz, democracia e desenvolvimento humano - estão interligados e têm impactado a sociedade angolana. A Constituição de 2010 estabelece as bases para a paz e democracia em Angola, definindo os princípios fundamentais para a proteção dos direitos dos cidadãos e a promoção de uma sociedade justa e inclusiva.<sup>2</sup> No entanto, a democracia ainda não está plenamente estabelecida devido à falta de oportunidades econômicas para os cidadãos alcançarem uma vida de bem-estar e felicidade, conforme determinado pelos objetivos do Estado na Constituição.

Quanto à paz, a Constituição de 2010 reafirma o compromisso do Estado angolano em promover a reconciliação nacional e a resolução pacífica dos conflitos, proibindo o uso da violência como meio de resolução de disputas e incentivando a participação da sociedade civil na construção de uma cultura de paz.<sup>3</sup> No entanto, é importante destacar que a implementação efetiva da Constituição e o pleno respeito aos direitos e liberdades nela consagrados são desafios contínuos no período pós-guerra. Para avaliar os resultados do desenvolvimento humano em Angola, os dados a seguir são reveladores sobre os desafios enfrentados (Gráfico 1). Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH de Angola aumentou de 0,403 em 2002 para 0,597 em 2017, colocando o país na

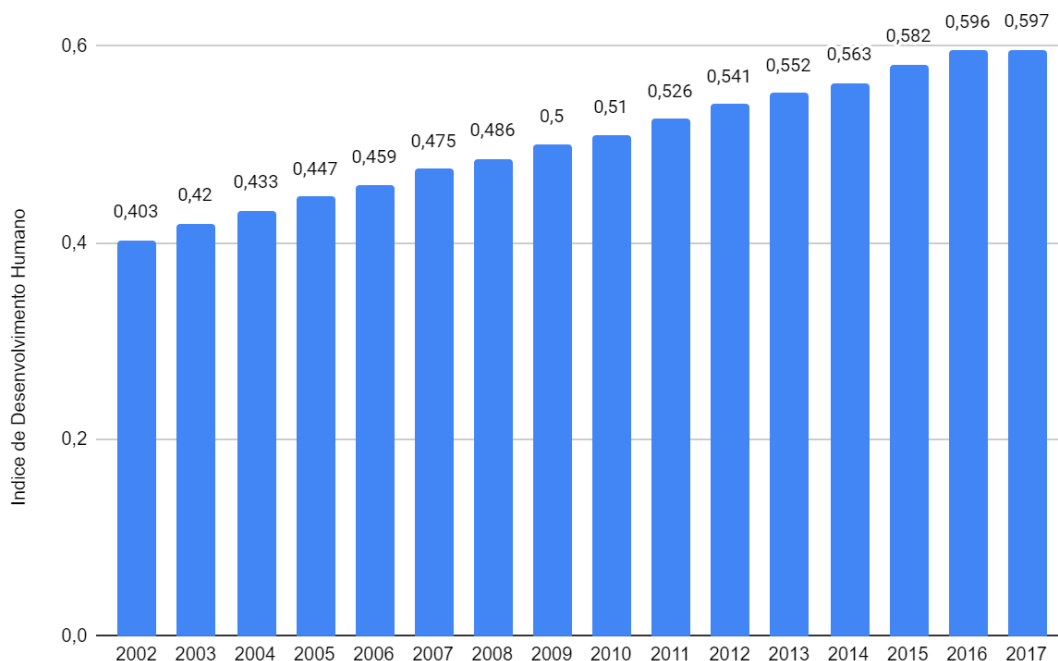
---

<sup>2</sup> Constituição de Angola, 2010.

<sup>3</sup> Constituição de Angola, 2010.

posição 147 entre 189 países em desenvolvimento humano. Isso representa um aumento de 52,3% no IDH do país durante esse período.

Gráfico 1: Evolução do IDH de Angola 2000-2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Este nível de IDH, de acordo com o site do PNUD, classifica a República de Angola no Grupo dos Países de Desenvolvimento Humano Médio.<sup>4</sup> O PNUD destaca que a preocupação reside na desigualdade e na pobreza existentes no país. Os dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2018) indicam que Angola perdeu posições no ranking mundial quando as desigualdades e a pobreza são consideradas (Quadro 1).

Quadro 1. IDH ajustado pela desigualdade (IHDI)

| País          | IDH   | IDH ajustado pela Desigualdade (IHDI) | Perda global (%) | Diferença de posição no IDH | Desigualdade da renda (Gini)* |
|---------------|-------|---------------------------------------|------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| Angola        | 0.597 | 0.393                                 | 32.4             | -2                          | 42.7                          |
| Botsuana      | 0.717 | ..                                    | ..               | ..                          | 60.5                          |
| África do Sul | 0.699 | 0.467                                 | 33.2             | -17                         | 63.0                          |
| Cabo Verde    | 0.654 | ..                                    | ..               | ..                          | 47.2                          |
| Namíbia       | 0.647 | 0.422                                 | 34.8             | -13                         | 61                            |
| Nigéria       | 0.532 | 0.347                                 | 34.7             | -6                          | 43.0                          |
| Senegal       | 0.505 | 0.340                                 | 32.6             | -1                          | 40.3                          |
| Noruega       | 0.953 | 0.876                                 | 8                | -1                          | 27.5                          |

<sup>4</sup> Consultar o site: < <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/AGO>>.

|                    |       |       |      |   |   |
|--------------------|-------|-------|------|---|---|
| África Subsaariana | 0.537 | 0.372 | 30.8 | - | - |
| Mundo              | 0.728 | 0.582 | 20.0 | - | - |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2018)

Deste modo, o IDH diminuiria 32,4%, passando de 0,597 para 0,393. O relatório adianta que a perda média devido à desigualdade para os países com IDH médio é de 25,1%, e para a África Subsaariana é de 33,8%.<sup>5</sup> Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicou o relatório da Pobreza Multidimensional de Angola, com base nos resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) de 2015-2016. O índice de pobreza multidimensional é uma medida que leva em consideração diversos fatores além da renda, como acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, moradia adequada e segurança alimentar. Isso permite uma avaliação mais completa da situação de pobreza em um país.

Essas medidas surgem com o intuito de medir a pobreza multidimensional nas 18 províncias. No último índice de Pobreza Multidimensional de Angola, divulgado em julho de 2020, o INE revelou que cerca de 64,8% da população angolana vive em situação de pobreza multidimensional. De acordo com o INE, a pobreza multidimensional é mais prevalente nas áreas rurais de Angola, onde cerca de 80% da população vive em situação de pobreza. Além disso, a pobreza multidimensional é mais comum entre as mulheres, crianças e jovens.<sup>6</sup> O relatório do INE também destacou a importância de políticas públicas que visem combater a pobreza multidimensional em Angola. Isso inclui a melhoria do acesso a serviços básicos de saúde e educação, a promoção de empregos e renda, a expansão do acesso a água potável e saneamento básico, e a promoção da igualdade de gênero.<sup>7</sup> O índice de pobreza multidimensional de Angola divulgado pelo INE em julho de 2020 é um alerta para a necessidade de ações concretas para combater a pobreza no país.

Em particular, a distribuição de água potável é um problema sério que necessita de prioridades urgentes de financiamento para sua distribuição em todas as 18 províncias. De acordo com dados do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2018 (PNDS), no contexto nacional, apenas 42% da população usa uma fonte apropriada de água para beber. Isso significa que, em Angola, na área rural, a população tem uma probabilidade muito inferior de obter água potável, comparativamente à população urbana. Muitas vezes, a água é contaminada por bactérias e outros agentes patogênicos, o que pode levar a doenças e problemas de saúde. "No que concerne ao

<sup>5</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2018.

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Estatísticas, 2020.

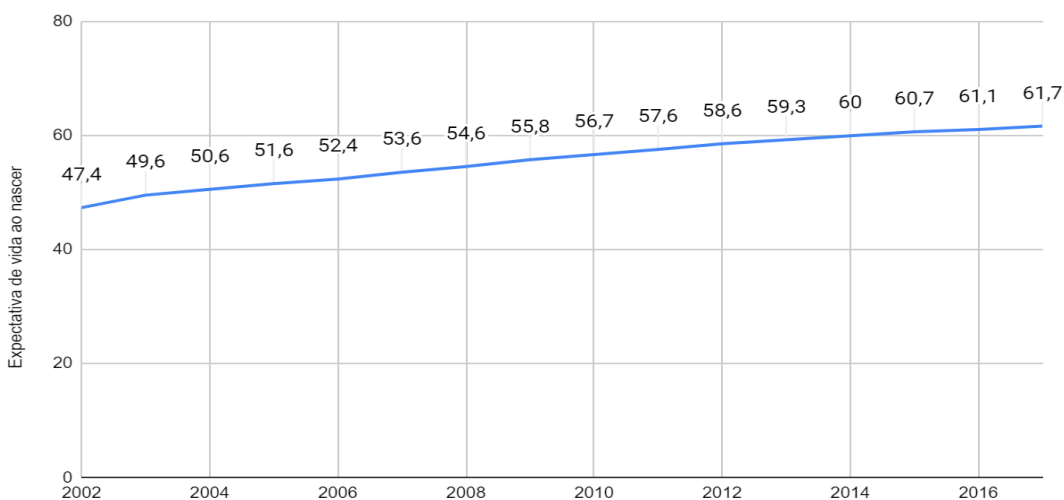
<sup>7</sup> Instituto Nacional de Estatísticas, 2020.

saneamento, apenas 53% dos agregados têm algum tipo de instalação sanitária em casa. (...) A proporção de famílias com uma instalação sanitária em casa é maior nas áreas urbanas, 74%".<sup>8</sup>

No que diz respeito à energia elétrica, "(...) a distribuição é mais comum nas áreas urbanas, onde cerca de 70% da população tem acesso à eletricidade. Nas áreas rurais, apenas cerca de 10% da população tem acesso à eletricidade".<sup>9</sup> A falta de acesso à energia elétrica em Angola é um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. Muitas empresas e indústrias não conseguem operar sem energia elétrica confiável e acessível, o que pode limitar o crescimento econômico e a criação de empregos.

A expectativa de vida ao nascer é um dos indicadores mais importantes para avaliar o desenvolvimento humano de um país. Em Angola, a expectativa de vida ao nascer apresentou um aumento significativo nas últimas décadas. De acordo com dados do site do PNUD, a expectativa de vida média é de aproximadamente 61 anos (Gráfico 2). Esse aumento na expectativa de vida pode ser atribuído a diversos fatores, como melhorias na área da saúde e programas de prevenção de doenças. No entanto, apesar dos avanços, esta ainda é uma expectativa de vida média muito baixa. De acordo com esses dados, a expectativa de vida em Angola tem aumentado gradualmente ao longo dos anos, mas ainda está abaixo da média global. A desigualdade social e a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade são questões que afetam a expectativa de vida em algumas regiões do país.

Expectativa de vida ao nascer na Angola entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

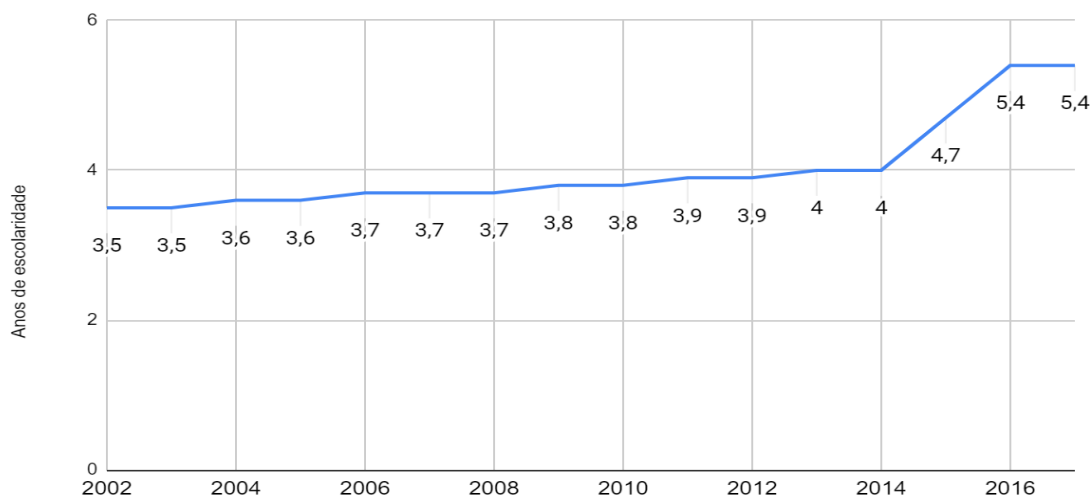
Além da renda per capita e da expectativa de vida ao nascer, a média de anos de escolaridade é o terceiro grande indicador importante para avaliar o desenvolvimento humano de

<sup>8</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, 2018, p. 24.

<sup>9</sup> Instituto Nacional de Estatísticas, 2020, p. 25.

um país. Em Angola, de acordo com dados do PNUD, a média de anos de escolaridade tem apresentado um aumento gradual nos últimos anos (Gráfico 3). Em 2002, a média era de apenas 3,5 anos, enquanto em 2017, esse número subiu para 5,4 anos. Isso significa que, em média, os angolanos completam cerca de 5,4 anos de estudo ao longo de suas vidas.

Media de anos de escolaridade na Angola entre 2002 e 2017

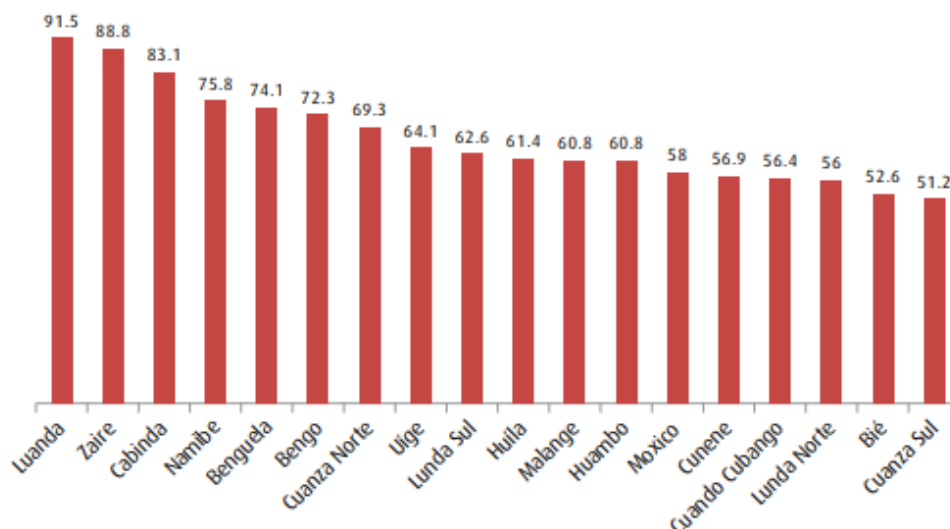


Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Esses aumentos na média de anos de escolaridade estão relacionados com a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE, 2001), que considera o ensino primário obrigatório e gratuito (artigo 7º e 8º). Não há cobrança de qualquer pagamento pela inscrição da 1ª à 6ª classe nas escolas públicas de ensino. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados. Segundo o relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) (2020, p.27), aproximadamente 33% das mulheres entre 15 e 24 anos não sabem ler, comparando com os 16% dos homens. De acordo com este mesmo documento, no total, apenas 64% das mulheres são alfabetizadas, em comparação com os 84% dos homens. Observa-se que o nível de escolaridade atingido por sexo reproduz as normas sociais discriminatórias, especialmente para as mulheres.

Ainda na senda da discussão sobre o caráter multifacetado da educação, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (2020, p. 38), foi possível constatar que as províncias que apresentam as taxas de alfabetização mais baixas são as do Cuanza Sul (51,2%), Bié (52,6%) e Lunda Norte (56,0%), sendo que na província do Cuanza Sul cerca de 36,4% das mulheres e 72,3% dos homens são alfabetizados (Gráfico 4). Esses números mostram que ainda há muito a ser feito para melhorar a educação a nível regional em Angola e garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade.

Gráfico 4 – Taxa de alfabetização por província



Fonte: INE, IDREA 2018-2019

Os dados apresentados permitem-nos perceber que a situação social do país ainda é desafiadora, especialmente nas áreas rurais. Angola apresentou estagnação nos setores de educação e saúde, que são pré-condições para o processo de desenvolvimento humano. Na ausência de desenvolvimento social, a fabulosa riqueza produzida pela indústria de exploração do petróleo durante a mini-idade de ouro (2002 até 2008), e nos anos seguintes até 2014, não foi convertida em bem-estar generalizado para todos. De acordo com Álvaro Dala, o investimento nos setores sociais, além de não ser condizente com a quantidade de riqueza produzida, foi seriamente prejudicado pela corrupção, inviabilizando o cumprimento de compromissos importantes assumidos por Angola, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (DALA, 2018). O primeiro ODM consiste em acabar com a pobreza e com a fome.

Desde 2002 até 2017, foram elaborados em Angola quatro relatórios de progresso para a avaliação e monitoramento das Metas e seus indicadores, que permitem verificar a consecução de cada ODM em diferentes períodos. O primeiro foi em 2003, o segundo em 2005, o terceiro em 2010 e o quarto em 2015. As ações desenvolvidas pelo Executivo no âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) colocam Angola entre os piores lugares, com as populações vivendo com menos de 2,15 dólares por dia, de acordo com a linha de pobreza internacional atualizada pelo Banco Mundial em 2022. O papel do Estado na preservação da paz e reconciliação em Angola, no período pós-guerra civil (2002-2017), foi de grande importância para a reconstrução do país após anos de conflito armado. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir um desenvolvimento humano mais inclusivo e sustentável, bem como para fortalecer as instituições democráticas e combater a corrupção. Além disso, ainda há muitas desigualdades sociais e econômicas no país, e muitas pessoas ainda vivem em condições precárias.

Nesse sentido, o Botswana é citado como um exemplo de uma economia rica em recursos que obteve grande sucesso na promoção do crescimento a longo prazo e na redução da pobreza.<sup>10</sup> O país conseguiu recuperar e investir com sucesso as receitas, incluindo investimentos no capital humano. De acordo com o DSN, embora tenha enfrentado desafios na diversificação da economia e na criação de um ambiente favorável para as empresas e o investimento, o Botswana possui políticas macroeconômicas saudáveis que ajudaram a reduzir as pressões de curto prazo para aumentar os gastos públicos de forma ineficiente. Vale a pena mencionar que, com este exemplo, não nos propusemos a entrar em discussões morais sobre os rumos do Botswana. Nosso objetivo é chamar a atenção para o fato de que a liderança deste país o transformou em um grande milagre africano e um exemplo claro de que um Estado forte não é uma marionete nas mãos de interesses particulares, como observado por Evans Peter (2004, p.125): "ele sabe criar estímulos seletivos e temporários para a iniciativa privada". Essas medidas, como a reforma do Estado, da economia, da saúde e da educação, constituem os eixos programáticos que contribuem para o sucesso deste país africano.

Diante de tais pontos, segundo Mia Couto (2016), a pergunta crucial é esta: O que é que nos separa desse desenvolvimento que todos queremos? Esta é uma das possíveis conclusões que se pode sugerir, em resumo: alguns acreditam que o que falta são mais quadros, mais escolas, mais hospitais. Outros acreditam que precisamos de mais investidores, mais projetos econômicos. "Tudo isso é necessário, tudo isso é imprescindível. Mas, para nós há uma outra coisa que é ainda mais importante. Essa coisa tem um nome: uma nova atitude e um novo espírito de solidariedade" (COUTO, 2016, p. 33). Se não mudarmos de atitude, não pregarmos solidariedade uns aos outros, não conquistaremos um desenvolvimento sustentável para Angola. Podemos ter mais técnicos, mais hospitais, mais escolas, mais crescimento econômico, mas não seremos construtores do desenvolvimento que todos almejamos. Assim sendo, importa destacar a seguir a evolução das políticas públicas no setor de saúde e educação que constituem um pilar fundamental para a melhoria do desenvolvimento humano dos angolanos.

### **Saúde como direito fundamental**

Conforme o artigo 77º da Constituição da República de Angola, a saúde pública é um direito fundamental de todos os angolanos e um dever inalienável do Estado. Assim sendo, o sistema de saúde em Angola é composto por uma rede de hospitais, clínicas e postos de saúde,

---

<sup>10</sup> Diagnóstico Sistemático Nacional, 2018, p. 31.



tanto públicos quanto privados. No entanto, o sistema de saúde do país enfrenta muitos desafios, incluindo falta de infraestrutura adequada, pessoal qualificado e recursos financeiros.

O sistema de saúde público em Angola é gerenciado pelo Ministério da Saúde e é financiado pelo governo. Os serviços de saúde são oferecidos gratuitamente em hospitais e postos de saúde públicos, mas muitas vezes a qualidade do atendimento é baixa devido à falta de recursos e pessoal qualificado. Diante desse cenário, muitas pessoas em Angola recorrem a clínicas e hospitais privados para obter atendimento médico de melhor qualidade. No entanto, esses serviços são caros e muitas pessoas não têm condições financeiras para pagar por eles.<sup>11</sup> Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde tem apoiado Angola desde 2002 nos esforços para ampliar a cobertura do Sistema Nacional de Saúde público, com foco em áreas específicas. Desde a virada do século XXI, os esforços de cooperação da OMS com Angola continuam a ser direcionados para as seguintes áreas:

"[...]Apoiar o MINSA no reforço do Sistema Nacional da Saúde na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS); Melhoria das capacidades nacionais para fazer face aos desafios no setor da saúde; Fortalecimento da capacidade do Ministério da Saúde na prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento e controlo ou erradicação de doenças transmissíveis; Fortalecimento da capacidade do Ministério na planificação e expansão do acesso universal à saúde e aos cuidados primários, incluindo a saúde do adolescente, a saúde sexual e reprodutiva, assim como na redução das desigualdades de gênero".<sup>12</sup>

Apesar do sucesso obtido em alguns programas no plano de cooperação entre a OMS e o Governo de Angola de 2002 a 2017, os principais constrangimentos e desafios na área da saúde materna e infantil em Angola são a insuficiência de recursos humanos qualificados para responder às necessidades de saúde pública em diferentes níveis.<sup>13</sup> Além disso, Angola tem apenas 1 ou 2 médicos, menos de 23 profissionais de saúde e 63 enfermeiros por 10 mil pessoas.<sup>14</sup> Considerando esse indicativo, a relação médico/habitante reflete os elevados índices de mortalidade nos hospitais públicos, além dos déficits de meios diagnósticos. Segundo as projeções da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, as porcentagens recomendadas de médicos, enfermeiros e parteiras por cada 1000 habitantes para os serviços operacionais de rotina é de 4,45 mais 30% de aumento de capacidade, etc.<sup>15</sup> Esses números são inferiores aos que Angola apresenta. Diante disso, é imperioso que a reformulação do Sistema de Saúde Pública leve em conta as diretrizes

---

<sup>11</sup> Organização Mundial da Saúde, 2013.

<sup>12</sup> Organização Mundial da Saúde, 2013, p. 33.

<sup>13</sup> Organização Mundial da Saúde, 2013.

<sup>14</sup> Diagnóstico Sistemático Nacional, 2018, p. 16.

<sup>15</sup> Organização Mundial da Saúde, 2020, p.35.

estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, que prevê bons investimentos e profissionais qualificados, principalmente no que tange à assistência primária.

De acordo com as recomendações da OMS, quando não se investe na atenção primária, os países acabam por colher óbitos precoces, uma vez que as doenças que deveriam ser combatidas nestas unidades evoluem para patologias crônicas.<sup>16</sup> Assim, de 2002 até 2017, persistiram em Angola altos níveis de mortalidade materna, infantil e dos adolescentes. Alguns indicadores do IIMS (2016) revelam que uma em cada 24 crianças morre antes de celebrar o primeiro aniversário e que uma em 15 morre antes de seu quinto aniversário (p.117). No entanto, cabe destacar que Angola alcançou também muitas realizações de que se pode orgulhar:

"(...) Só para se ter noção, de 1990 a 2016, a mortalidade materna e infantil caiu drasticamente de 1.160 para 477/100.000 e 134 para 44/1.000 nascidos vivos respectivamente (...)"<sup>17</sup>

Apesar desses esforços, os dados atuais ainda não são satisfatórios. Angola encontra-se abaixo da média na taxa de mortalidade materna para os países de baixa e média renda. Além disso, o país tem ainda uma elevada incidência de doenças infecciosas e parasitárias, com destaque para as grandes endemias, doenças respiratórias e doenças diarreicas, um nível de má nutrição ainda elevado em menores de 5 anos, epidemias recorrentes de cólera e malária.<sup>18</sup> A falta de recursos humanos em todas as áreas, desde médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, bem como um projeto devidamente estruturado na perspectiva da melhoria do sistema primário, faz com que a malária constitua um dos principais problemas de saúde pública e é a primeira causa de procura de serviços de saúde. As dotações das despesas orçamentais com a saúde têm registrado pouco aumento em termos percentuais no orçamento de Estado (Quadro 2).

Os gastos com saúde pública em Angola têm sido historicamente baixos em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE). De acordo com CEIC (2016), entre 2008 e 2016, os gastos com saúde pública em Angola variaram de 6,7% a 4,35% do OGE. Esses números são significativamente inferiores à recomendação de Abuja de 2001. A Declaração de Abuja, assinada por Angola e outros países africanos, estabeleceu um compromisso importante com a saúde pública. Conforme o acordo em questão, a saúde passaria a receber 15% das despesas totais do Orçamento Geral do Estado (OGE) anualmente (CEIC, 2016). Isso significa que os governos desses países se comprometeram a investir uma parcela significativa de seus recursos financeiros na melhoria dos sistemas de saúde e no acesso a serviços de qualidade para suas populações.

<sup>16</sup> Organização Mundial da Saúde, 2013.

<sup>17</sup> Programa de Desenvolvimento Nacional, 2018, p. 2.

<sup>18</sup> Programa de Desenvolvimento Nacional, 2018.

Quadro 2. % da despesa com saúde no OGE, 2008-2016

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|-----|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| %   | 6,7  | 6,3  | 3,7  | 5,02 | 5,14 | 5,29 | 4,35 | 5,05 | 4,35 |

Fonte: CEIC (2016)

A baixa alocação de recursos para a saúde pública em Angola tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. A falta de recursos financeiros tem afetado a qualidade do atendimento médico, a disponibilidade de medicamentos e equipamentos, e a capacidade do sistema de saúde em atender às necessidades da população. Em consequência disso, muitas áreas rurais em Angola têm acesso limitado a serviços de saúde, o que torna difícil para as pessoas acessarem serviços de saúde em áreas urbanas. Essa situação faz com que as principais preocupações e indicadores apontem para uma situação ainda preocupante do ponto de vista dos serviços prestados e cobertura da população para cada tipo de unidade sanitária (Quadro 3).

A análise do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola destaca um problema fundamental no sistema de saúde do país: a falta de acesso adequado aos serviços de saúde primários. Muitos pacientes acabam buscando atendimento diretamente nos hospitais de nível terciário, sobrecarregando essas instalações com casos que poderiam ser tratados

| <b>QUADRO 3. SERVIÇOS PRESTADOS E COBERTURA DA POPULAÇÃO PARA CADA TIPO DE UNIDADE SANITÁRIA</b> |                                                                                                                                                                                                                                                          |                                     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Unidades de saúde</b>                                                                         | <b>Serviços prestados</b>                                                                                                                                                                                                                                | <b>População de referência</b>      |
| <b>Posto de saúde I</b>                                                                          | Cuidados primários (consultas, vacinação monetização do crescimento de crianças, cuidado pré-natal, planejamento familiar e remédios essenciais)                                                                                                         | 5000                                |
| <b>Posto de saúde II</b>                                                                         | Cuidados primários + laboratório                                                                                                                                                                                                                         | 20.000 a 40.000                     |
| <b>Centro de saúde</b>                                                                           | Cuidados primários +laboratório +partos (abertos 24 horas)                                                                                                                                                                                               | 75.000                              |
| <b>Centros de saúde de referência/Hospitais municipais</b>                                       | Segundo nível de referência. Cuidados primários+laboratório+partos+internamento+ radiologia+recuperação nutricional+ saúde oral                                                                                                                          | 150.000 (rural)<br>500.000 (urbano) |
| <b>Hospitais Central e Geral</b>                                                                 | Terceiro nível de referência cuidados primários+ laboratório+ partos+internamento+ radiologia+transfusões de sangue+internamento especializado + medicina interna+ pediatria e ginecologia e obstetrícia. Alguns hospitais gerais oferecem mais serviços | 750.000                             |

em níveis inferiores de atendimento, como postos de saúde e centros médicos locais. Essa disfuncionalidade do sistema de saúde pública resulta em problemas significativos, incluindo a falta de medicamentos, a ausência de análises clínicas e a carência de profissionais especializados nos hospitais públicos. Em contraste, o sistema de saúde privado atende principalmente à classe média e à elite política e militar do país, deixando o sistema público em uma situação de precariedade.

Para melhorar a situação da saúde pública em Angola, é essencial que o governo aumente os investimentos na área da saúde, incluindo infraestrutura, recursos humanos qualificados e financiamento adequado para garantir a disponibilidade de medicamentos e equipamentos médicos em todos os níveis de atendimento. Além disso, é crucial que o governo trabalhe em estreita colaboração com organizações internacionais para desenvolver políticas e programas eficazes que abordem os desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. Em resumo, a melhoria da saúde pública em Angola requer uma abordagem abrangente que aborde as deficiências estruturais do sistema de saúde, garantindo o acesso equitativo a estes serviços para toda a população, independentemente da sua condição socioeconômica.

### **Angola: educação para o desenvolvimento**

A educação em Angola tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, desde a independência do país em 1975. O governo angolano tem investido em políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino, aumentar a inclusão e reduzir a taxa de analfabetismo. Apesar dos esforços, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos financeiros e a falta de professores qualificados são alguns dos principais problemas enfrentados pelo sistema educacional angolano.

Em linhas gerais, o país possui um sistema educacional de 12 anos, dividido em três ciclos: ensino primário (1ª a 6ª classe), ensino secundário (7ª a 9ª classe) e ensino médio (10ª a 12ª classe). O ensino primário é obrigatório e gratuito, mas muitas crianças ainda não têm acesso a ele. A gratuidade, segundo o artigo 11.º da Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, "traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, dentre o qual a merenda escolar, para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas instituições públicas de ensino".<sup>19</sup> O sistema de ensino superior em Angola é composto por universidades públicas e privadas, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior. As universidades públicas são mantidas pelo governo e oferecem cursos em

---

<sup>19</sup> Lei de Bases de Educação e Ensino, 2001, p. 6.

diversas áreas, como medicina, direito, engenharia, entre outras. Já as universidades privadas são mantidas por empresas ou organizações privadas e oferecem cursos em áreas semelhantes.

O acesso ao ensino superior em Angola é feito através de um exame nacional de admissão, que é realizado anualmente. Os estudantes que obtêm as melhores notas no exame têm mais chances de serem admitidos nas universidades públicas, enquanto os estudantes que não conseguem estas vagas podem optar por estudar em universidades privadas. O Ministério da Educação (MED) é o principal responsável pela implementação das políticas, estratégias e planos educativos. Em âmbito regional, existem as Direções Provinciais de Educação e as Repartições Municipais de Educação que desempenham um papel fundamental na gestão e execução das políticas destinadas ao ensino primário e secundário.

Atualmente, Angola possui cerca de 90 instituições de ensino superior, entre universidades, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior. Dentre essas instituições, cerca de 20 são públicas e as demais são privadas. As universidades públicas mais conhecidas em Angola são a Universidade Agostinho Neto, a Universidade Katyavala Bwila e a Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Já entre as universidades privadas, destacam-se a Universidade Católica de Angola, a Universidade Lusíada de Angola e a Universidade Independente de Angola. Numa perspectiva de educação para todos, apesar do esforço realizado nessa área, com o advento da paz para criar as condições necessárias e promover mudanças significativas para o alcance da qualidade do ensino, desde infraestruturas e condições de trabalho, salários dignos, bibliotecas e laboratórios adequados, etc., a qualidade é um tema bastante discutido atualmente em Angola. A qualidade do ensino varia muito de região para região, sendo que as áreas rurais são as mais afetadas pela falta de recursos e professores qualificados.

A remuneração dos professores em Angola é um tema que tem gerado muita discussão nos últimos anos. Muitos professores reclamam que seus salários são baixos e que não são suficientes para cobrir suas despesas básicas. Além disso, a falta de incentivos financeiros tem levado muitos professores a abandonarem a profissão, o que agrava ainda mais a crise educacional no país. A tabela indicativa da carreira do professor do ensino primário e secundário, conforme o artigo 1º do Diário da República de Angola, mostra que um professor auxiliar do 1º Grau ganha um vencimento base de 101.078,03 kwanzas (equivalente a 120.09 USD), enquanto um professor do ensino superior do 1º Grau ganha um vencimento base de 404.312,14 kwanzas (Diário da República de Angola, 2022). Em outras palavras, o governo coloca os professores em condição de pobreza, impedindo que tenham salários que proporcionem dignidade às suas famílias. A valorização do professor é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade.

A falta de qualidade do ensino em Angola é também reflexo da corrupção institucionalizada, conhecida como "gasosa", e de uma governança sem responsabilização. De

acordo com Ermelinda Liberato, a "gasosa" é um fenômeno cultural que se tornou parte da rotina dos angolanos, mas que não passa de corrupção, seja ativa ou passiva. Embora a prática seja ilegal, muitos angolanos acreditam que é uma forma de resolver um assunto ou facilitar o acesso a serviços públicos ou privados (LIBERATO, 2015). Nas escolas, o fenômeno da gasosa, por exemplo, acontece para pagar propina por uma vaga na matrícula ou facilitar a aprovação do aluno. A "gasosa" vai contra os princípios da gratuidade estabelecidos na Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, e na Constituição da República de Angola de 2010.

Outro problema enfrentado pelo sistema educacional angolano é a ausência do ensino das línguas locais. Embora Angola tenha mais de 40 línguas nacionais, o ensino é feito apenas em português, a língua oficial do país. Isso tem levado muitos estudantes a terem dificuldades em acompanhar as aulas e a se sentirem desmotivados em relação à escola. Como consequência, as famílias que querem colocar seus filhos nas escolas estatais são obrigadas a colocá-los em estabelecimentos onde se ensina unicamente, e com material de apoio, em Língua Portuguesa. Levando em conta a realidade nacional, muitas crianças encontram imensas dificuldades de aprendizado, pois, além das dificuldades normais do ensino, ainda precisam aprender uma nova língua (CRUZ, 2014). A falta de ensino das línguas locais também tem um impacto negativo na preservação da cultura e da identidade angolanas. Muitos jovens estão perdendo o contato com suas raízes culturais e linguísticas, o que pode levar a uma perda da diversidade cultural do país.

Finalmente, a política de merenda escolar é uma questão importante para garantir a nutrição adequada dos alunos e, conseqüentemente, melhorar o desempenho escolar. Em Angola, a política de merenda escolar tem sido alvo de críticas devido à sua falta de efetividade e à sua implementação inadequada. Uma das principais causas da ausência de efetividade da política de merenda escolar em Angola é a corrupção institucionalizada. A corrupção tem afetado a capacidade do governo de investir em programas sociais, como a merenda escolar, prejudicando a qualidade da educação e o bem-estar dos estudantes. (CRUZ, 2014). As conseqüências da falta de uma política de merenda escolar efetiva são graves. Muitos alunos vão para a escola com fome e não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso afeta diretamente o desempenho escolar, a concentração e a capacidade de aprendizado dos alunos.

Outra conseqüência da falta de uma política de merenda escolar efetiva é o aumento da evasão escolar. Muitos alunos abandonam a escola porque não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso é especialmente comum em áreas rurais, onde a falta de infraestrutura e a pobreza são mais prevalentes. Com os pontos acima listados, entende-se que este grupo cria um engarrafamento no subsistema de ensino primário. Com relação à taxa de conclusão do ensino primário, Angola é o país da África Subsariana que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50%. Ou seja, das crianças entre 6 a 11 anos, 1,7 milhões encontram-se fora do ensino primário, e

a situação piora entre as crianças de 12 a 18 anos, das quais 3 milhões estão fora do ensino secundário correspondente à sua idade.<sup>20</sup>

Para melhorar a política de merenda e o combate ao abandono escolar em Angola, é necessário investir mais recursos financeiros e melhorar a gestão dos recursos públicos. Além disso, é importante envolver a comunidade escolar, incluindo pais, professores e alunos na implementação e monitoramento da política de merenda escolar. Isso pode ajudar a garantir que a política seja implementada de forma efetiva e que os alunos recebam uma alimentação adequada durante o dia escolar. No entanto, há também pontos positivos a serem destacados. O governo angolano tem investido em programas de alfabetização para adultos, o que tem ajudado a reduzir a taxa de analfabetismo no país. Esses programas têm sido fundamentais para proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para a população adulta, que muitas vezes não teve acesso à educação formal durante a guerra.

Os programas de alfabetização para adultos têm sido implementados em todo o país, com a participação de organizações governamentais e não governamentais. Esses programas oferecem aulas de alfabetização básica, bem como cursos de formação profissional, que ajudam a melhorar as habilidades e a empregabilidade dos participantes. Os resultados desses programas têm sido significativos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, a taxa de analfabetismo no país caiu de 67% em 2000 para 32% em 2017. Isso representa uma melhoria significativa na qualidade de vida e nas oportunidades de trabalho para muitos angolanos.<sup>21</sup> No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os angolanos tenham acesso à educação e às oportunidades de desenvolvimento que merecem.

Somando-se ao acima referido, Angola está atrasada quando se trata da inserção da tecnologia no sistema de ensino. O fato de observarmos nas salas professores que ministram aulas no modelo tradicional aos alunos do século XXI remete-nos à muitas indagações. Por exemplo, foi notória a ausência do uso de tecnologia em escolas públicas e privadas no ensino primário e secundário durante o período pandêmico. Todavia, o que falta neste caso é a vontade política dos órgãos de decisão do país. Os gestores das coisas públicas precisam injetar os recursos financeiros necessários para mudar esse quadro de estagnação com que se encontra o sistema de educação e ensino de Angola. (Quadro 4).

Quadro 4: Angola – Despesa pública com educação 2000 a 2017

| Ano | Despesa com educação (M. €) | Despesa com educação (% orça.) | Despesa com educação %PIB | Despesa com educação per c. |
|-----|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
|-----|-----------------------------|--------------------------------|---------------------------|-----------------------------|

<sup>20</sup> UNPAF, 2020.

<sup>21</sup> Instituto Nacional de Estatísticas, 2018.

|             |         |       |       |       |
|-------------|---------|-------|-------|-------|
| <b>2017</b> | 2.664,5 | 6,76% | 2,47% | 94 €  |
| <b>2016</b> | 2.516,9 | 6,55% | 2,75% | 92 €  |
| <b>2015</b> | 3.651,7 | 8,92% | 3,49% | 137 € |
| <b>2014</b> | 3.214,3 | 7,13% | 2,93% | 124 € |
| <b>2013</b> | 3.985,8 | 9,69% | 3,87% | 159 € |
| <b>2012</b> | 3.267,6 | 9,86% | 3,28% | 134 € |
| <b>2011</b> | 2.605,0 | 8,96% | 3,24% | 110 € |
| <b>2010</b> | 2.162,7 | 8,68% | 3,42% | 94 €  |
| <b>2006</b> | 951,8   | 7,45% | 2,28% | 47 €  |
| <b>2005</b> | 630,0   | 7,99% | 2,12% | 32 €  |
| <b>2000</b> | 315,2   | 5,26% | 2,61% | 18 €  |

Fonte: Countryeconomy - Elaborado pelo autor

De acordo com os dados do quadro acima, o orçamento para a educação em 2017 é de cerca de 6,76% do orçamento total do país. Embora esse número represente um aumento em relação aos anos anteriores, ainda está muito abaixo das recomendações da Declaração de Dakar, que recomenda que os países africanos destinem pelo menos 20% de seus orçamentos nacionais para a educação. A Declaração de Dakar é um compromisso assumido por países africanos em 2000, que visa garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos do continente. A falta de investimento na educação em Angola tem consequências significativas para a qualidade da educação no país. A falta de recursos financeiros significa que muitas escolas não têm a infraestrutura necessária para oferecer uma educação de qualidade, e muitos professores não recebem o treinamento e o apoio necessários para ensinar de forma eficaz.

Além disso, o baixo orçamento em educação impede o desenvolvimento dos programas educacionais, o que acaba prejudicando o desempenho dos alunos nas zonas rurais. A partir dessas observações, Angola pode melhorar ainda mais os resultados alcançados até o presente momento. Conforme constatou a Fundação das Nações Unidas para a Infância:

"[...] As atribuições de Angola para a educação devem ser aumentadas para os 20% estipulados nos seus compromissos internacionais (Compromisso de Dakar, 2000), para que o país atinja o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o da "Educação de Qualidade". Atualmente, com menos de 7% da despesa total para o setor, Angola encontra-se muito abaixo de outros países da região da África Austral (Quadro 5). A título de comparação, em 2017, o Zimbábwe alocou 24,5% do seu Orçamento Geral do Estado (OGE) à educação, a vizinha Namíbia 19,4% e o Malawi 17%.<sup>22</sup>

A qualidade é essencial no processo de ensino e aprendizagem. Considerando esse indicativo, em Angola, se houvesse mais investimento, haveria uma grande probabilidade de se atingir um novo patamar. Contudo, é importante ressaltar que não basta apenas investimento, mas também um esforço no sentido de uma grande mudança para que a educação seja colocada no topo

<sup>22</sup> Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2017, p.3.



das prioridades. Para enfrentar esses desafios, é necessário um compromisso renovado do governo em investir na educação e nos professores. Isso inclui aumentar a remuneração dos professores e fornecer incentivos financeiros para aqueles que desejam permanecer na profissão. Além disso, é importante que o ensino das línguas locais seja incorporado ao currículo escolar, a fim de promover a diversidade cultural e linguística do país. Somente com essas medidas será possível melhorar a qualidade da educação em Angola e garantir um futuro melhor para as próximas gerações. O governo angolano deve trabalhar para aumentar o orçamento para a educação e garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e transparente, para que todos os cidadãos possam ter acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

### **Considerações finais**

Os resultados obtidos ao longo deste artigo revelam que as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas zonas rurais no pós-guerra. Observamos que o acesso à educação ainda é limitado em muitas áreas, com altas taxas de analfabetismo e falta de infraestrutura adequada nas escolas. Isso afeta diretamente a capacidade dos indivíduos de alcançarem um nível de vida satisfatório. No que diz respeito à saúde, embora tenha havido avanços significativos, como a redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida, ainda existem desafios a serem enfrentados. A falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente nas áreas rurais, e a persistência de doenças endêmicas representam obstáculos para o desenvolvimento humano sustentável.

Diante desses resultados, é evidente a necessidade de revisão e aprimoramento das políticas de desenvolvimento humano em Angola. É fundamental investir na melhoria da infraestrutura educacional, na capacitação de professores e na promoção de programas de alfabetização. Além disso, é necessário fortalecer o sistema de saúde, expandindo o acesso a serviços básicos e implementando medidas eficazes de prevenção e controle de doenças. Em conclusão, a avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola revela a importância de um compromisso contínuo com a melhoria da educação, saúde e qualidade de vida da população. Somente por meio de esforços conjuntos do governo, da sociedade civil e da cooperação internacional será possível alcançar um desenvolvimento humano sustentável e equitativo em todo o país.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CRUZ, Domingos da (Org.). **África e direitos humanos**. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LIBERATO, Ermelinda. “O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois”. **Mulemba**, v. 5, n. 10, 2015.

### SITES DE INTERNET

DALA, Nuno A. Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 anos de Paz e de Má Qualidade de Vida. Disponível em: <[www.ntpinto.files.wordpress.com](http://www.ntpinto.files.wordpress.com)>. Acesso em: 2018.

DIAGNÓSTICO SISTEMÁTICO NACIONAL. Criar ativos para os pobres. Dezembro de 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/438231553065261474/pdf/135196-Portuguese-SCD-final-pt.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.

### DOCUMENTOS

ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). Relatório Econômico de Angola 2016. Luanda, junho de 2016. 1ª edição.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). Relatório Social de Angola 2016. Universidade Católica de Angola, Luanda.

IIMS. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016. Relatório Final. Junho de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Índice de pobreza multidimensional de Angola. Julho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Características dos jovens em Angola. Luanda, 2018.

INVESTIMENTO NO CAPITAL HUMANO EM ANGOLA. Uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

LEI 13 - 01 – LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE ANGOLA 2001. Luanda, 31 dez. 2001.

MED. Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Luanda, set. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Luanda, set. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto de empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos (PAT II) - Projeto No. 168699. Fevereiro de 2021. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/605721613699387368/pdf/Environmental-and-Social-Management-Framework-ESMF-Girls-Empowerment-and-Learning-for-All-Project-P168699.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS ANGOLA. Quadro de Cooperação entre o Governo de Angola e as Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF) 2020-2022. Disponível em: <https://angola.un.org/sites/default/files/2020-10/Doc-UNSDCF-Angola-PT-0804.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Análise dos recursos humanos da saúde (RHS) nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). 2010. Disponível em: [https://www.who.int/eportuguese/publications/OMS\\_Analise\\_RHS\\_PALOP.pdf](https://www.who.int/eportuguese/publications/OMS_Analise_RHS_PALOP.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

OMS. Avaliação externa conjunta das principais capacidades do RSI da República de Angola: relatório de missão, 18-22 novembro 2019. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020.

PNUD. Avaliação da Contribuição do PNUD Para os Resultados de Desenvolvimento em Angola. Novembro de 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Videos/ADR\\_Angola\\_2013-portugese.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Videos/ADR_Angola_2013-portugese.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

PNUD. Angola registra progressos no desenvolvimento humano e desafios na mitigação das desigualdades. Luanda, 20 set. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/angola-regista-progressos-no-desenvolvimento-humano-e-desafios-na-mitiga%C3%A7%C3%A3o-das-desigualdades>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PDN. Investimento no Capital Humano em Angola Investir nas pessoas para o crescimento. Uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

PND. Plano Nacional de Desenvolvimento (2018-2022). Governo de Angola, Luanda, 2020.

UNICEF. Educação no OGE 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/media/741/file/UNICEF-Angola-2017-Education-Budget-Brief.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

UNPAF. Quadro de Parceria Entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015 – 2019. Disponível em: [https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola\\_unpaf-angola--8-july-2014-port-final.pdf](https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_unpaf-angola--8-july-2014-port-final.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

Recebido em: 20/05/2023  
Aprovado em: 11/12/2023

# OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP'S: UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DEMOCRÁTICOS

## POLITICAL OPPOSITIONS IN THE PALOP'S: AN ANALYSIS OF DEMOCRATIC TRAJECTORIES AND CHALLENGES

**RESUMO:** O estudo analisa as oposições políticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP's), visando compreender sua evolução, desafios e potencial para fortalecer a democracia. O objetivo é mapear suas origens, analisar mudanças em suas estratégias, investigar desafios democráticos e propor recomendações para fortalecer tanto as oposições quanto a democracia nos PALOP's. A pesquisa, de caráter qualitativo, utiliza análise documental e de dados para comparar trajetórias entre os países, visando identificar padrões e diferenças. A hipótese sugere que, apesar dos desafios, as oposições têm influenciado a promoção democrática. Espera-se que o estudo preencha lacunas na pesquisa acadêmica, oferecendo compreensão aprofundada e recomendações para o contexto político e democrático da região.

Everton Nery Carneiro

**PALAVRAS-CHAVE:** Oposições Políticas; PALOP's; Democratização; Trajetórias Políticas.

**ABSTRACT:** The study analyzes the political oppositions in the African Portuguese-Speaking Countries (PALOP's), aiming to understand their evolution, challenges, and potential to strengthen democracy. The objective is to map their origins, analyze changes in their strategies, investigate democratic challenges, and propose recommendations to strengthen both the oppositions and democracy in PALOP's. The research, of a qualitative nature, employs document analysis and data examination to compare trajectories among the countries, aiming to identify patterns and differences. The hypothesis suggests that, despite challenges, the oppositions have influenced democratic promotion. It is expected that the study will fill gaps in academic research, offering in-depth understanding and recommendations for the political and democratic context of the region.

Editor-Gerente  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

**KEYWORDS:** Political Positions; PALOP; Democratization; Political Trajectories.

## OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP'S: UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DEMOCRÁTICOS

Everton Nery Carneiro <sup>1</sup>

### Introdução

Este texto se concentra na análise das oposições políticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), explorando suas histórias passadas e os obstáculos que enfrentam na contemporaneidade democrática. A pesquisa busca compreender a evolução dessas oposições ao longo do tempo e examinar as barreiras que se apresentam em seu caminho dentro dos contextos democráticos atuais desses países. A investigação examina tanto os antecedentes históricos das oposições políticas nos PALOP's, quanto os desafios contemporâneos que elas enfrentam, oferecendo uma visão abrangente de sua relevância e papel nas dinâmicas políticas dessas nações africanas.

Nosso objetivo geral é analisar as oposições políticas nos PALOP's, compreendendo sua formação, evolução ao longo do tempo e as perspectivas para o fortalecimento da democracia nesses países. Para alcançar isso, temos como objetivos específicos: mapear a formação das oposições políticas nos PALOP's, identificando suas origens e características iniciais; analisar a evolução das oposições políticas, destacando momentos-chave e mudanças significativas em suas estratégias e atuações; investigar os desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's, incluindo restrições legais, práticas autoritárias e obstáculos à participação política; propor perspectivas e recomendações para o fortalecimento das oposições políticas e da democracia nos PALOP's.

A escolha desse tema de pesquisa decorre do meu profundo interesse pelo contexto político dos PALOP's e pela importância das oposições políticas como agentes de mudança em sistemas democráticos. Como pesquisador, desejo contribuir para o entendimento das dinâmicas políticas nesses países e para o debate sobre a consolidação da democracia na região. Desenvolvemos o entendimento de que os PALOP's têm enfrentado desafios significativos na construção e manutenção de sistemas democráticos consistentes. Desta forma, compreender o papel das oposições políticas nesse contexto é crucial para fortalecer a participação cívica e a representatividade política, promovendo uma sociedade mais justa e democrática. Neste sentido, este projeto preenche uma lacuna na pesquisa acadêmica ao oferecer uma análise abrangente e

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB / DEDC XV), membro permanente do PPGIES. [ecarneiro@uneb.br](mailto:ecarneiro@uneb.br)

atualizada das oposições políticas nos PALOP's. Além disso, contribuirá para o avanço do conhecimento sobre teoria política, democratização e atores políticos em contextos não ocidentais.

Dito isso, temos como problema: como as oposições políticas nos PALOP's têm evoluído ao longo do tempo, quais desafios enfrentam em suas atividades democráticas e quais perspectivas podem ser identificadas para o fortalecimento da democracia na região? Como possível resposta a essa questão, levantamos a seguinte hipótese: as oposições políticas nos PALOP's têm desempenhado um papel significativo na promoção da democracia, apesar dos desafios enfrentados, e que a compreensão de suas trajetórias e estratégias pode contribuir para aprimorar os sistemas democráticos na região.

Este estudo utiliza uma abordagem de pesquisa qualitativa, incluindo análise documental, revisão de literatura e análise de dados contextuais. São realizadas análises comparativas entre os diferentes PALOP's para identificar padrões e diferenças nas trajetórias das oposições políticas. Espera-se assim, que este texto contribua para um melhor entendimento das oposições políticas nos PALOP's e de seu papel na promoção da democracia.

## **Mapeamento da Formação das Oposições Políticas nos PALOP: Origens e Características Iniciais**

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) testemunharam transformações políticas significativas ao longo de sua história, marcadas pela luta pela independência colonial e pela construção de estados pós-coloniais. Uma dimensão importante desse processo foi a formação de oposições políticas que desempenharam papéis cruciais na construção da democracia, representando vozes críticas em sistemas frequentemente dominados por partidos únicos. Este mapeamento visa analisar a formação das oposições políticas nos PALOP's, identificando suas origens e características iniciais (CHABAL, 2003).

Para compreender as oposições políticas nos PALOP's, é fundamental considerar o contexto colonial. Durante o domínio colonial português, os povos locais sofreram opressão e exploração, levando ao surgimento de movimentos de resistência. Em Angola, por exemplo, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) lutaram contra o domínio colonial português e posteriormente se envolveram em conflitos pós-independência.

Após anos de luta, os PALOP's alcançaram a independência entre 1974 e 1975 (Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola). As oposições políticas que

emergiram durante o período colonial desempenharam um papel crucial na liderança desses processos de independência. Trataremos sobre cada um desses países.

Na Guiné-Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral, desempenhou um papel central na luta anticolonial na Guiné-Bissau. Após a independência em 1974, a Guiné-Bissau viu a formação de partidos políticos, como o PAIGC e o Partido de Renovação Social (PRS), que representavam diferentes visões políticas (MENDY, 2013).

Após a conquista da independência em 1974, a Guiné-Bissau enfrentou a complexa tarefa de estabelecer uma estrutura política estável. Nesse contexto, surgiram diversos partidos políticos que representavam diferentes visões e ideologias políticas. Além do PAIGC, que desempenhou um papel central na independência, o Partido de Renovação Social (PRS) também se destacou como uma força política significativa no país. Esses partidos representavam diferentes perspectivas políticas e contribuíram para a diversificação do cenário político guineense após a independência.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) liderou a luta anticolonial, resultando na independência em 1975. No entanto, a formação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), em 1976, desencadeou uma guerra civil devastadora que perdurou até 1992. A RENAMO representava uma oposição armada à FRELIMO, e esse conflito moldou a política moçambicana.

Em Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) liderou a luta pela independência e governou o país após a independência em 1975. A formação do Movimento para a Democracia (MpD) em 1990 marcou o surgimento da oposição política em Cabo Verde, levando a um sistema multipartidário.

Em relação a São Tomé e Príncipe, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) liderou o país à independência em 1975 e dominou a política por décadas. A Aliança Democrática Independente (ADI), fundada em 1991, representou uma oposição política significativa e contribuiu para a construção da democracia multipartidária (HUNTINGTON, 1991).

Em Angola, a luta anticolonial envolveu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Após a independência em 1975, o país mergulhou em uma guerra civil que durou décadas, com o MPLA no poder e a UNITA como principal força de oposição (BIRMINGHAM, 2020).

O MPLA é um partido político angolano que desempenhou um papel central na luta pela independência de Angola de Portugal. Foi fundado em 1956 e liderou a Guerra de Independência

de Angola, que culminou na independência do país em 1975. Após a independência, o MPLA tornou-se o partido dominante em Angola e governa o país desde então. O líder histórico do MPLA, Agostinho Neto, tornou-se o primeiro presidente de Angola após a independência (GANGA, 2019).<sup>2</sup>

A UNITA é outro movimento político e militar em Angola, fundado em 1966. Inicialmente, surgiu como um movimento de resistência armada contra o governo colonial português e posteriormente contra o governo do MPLA após a independência. A UNITA foi liderada por Jonas Savimbi, que se tornou uma figura central na política angolana. A organização esteve envolvida em uma guerra civil prolongada com o MPLA, que durou até 2002, quando um acordo de paz foi finalmente alcançado. Após a morte de Jonas Savimbi em 2002, a UNITA passou a ser um partido político e está envolvida na política multipartidária em Angola (ALMEIDA, 2018).<sup>3</sup>

A FNLA é outro movimento político e militar angolano que desempenhou um papel importante na luta pela independência. Foi fundada em 1954 e participou ativamente na luta contra o colonialismo português e na Guerra de Independência de Angola. Após a independência, a FNLA tornou-se um partido político, mas não conseguiu obter o mesmo nível de influência que o MPLA e a UNITA. Gradualmente, perdeu sua relevância política ao longo do tempo (GANGA, 2019).

A formação das oposições políticas nos PALOP's está intrinsecamente ligada à luta pela independência colonial e à subsequente construção de estados pós-coloniais. Movimentos de resistência que se formaram durante o período colonial desempenharam um papel fundamental na liderança desses países em direção à independência. No entanto, a transição para a independência não garantiu automaticamente a estabilidade política, já que muitos desses países enfrentaram desafios significativos na construção de sistemas democráticos funcionais.

As oposições políticas que surgiram após a independência tiveram características distintas em cada um dos PALOP's. Por exemplo, em países como Angola e Moçambique, as oposições frequentemente assumiram formas armadas, levando a conflitos prolongados. Em contraste, Cabo Verde viu uma transição relativamente pacífica para um sistema multipartidário (MOREIRA, 2018).<sup>4</sup> É importante notar que a construção das oposições políticas nos PALOP's não ocorreu em um vácuo, mas foi influenciada por fatores históricos, econômicos e sociais. Além disso, as

---

2 Este livro oferece uma análise histórica abrangente do MPLA e dos eventos que levaram à independência de Angola, bem como os desenvolvimentos políticos posteriores no país, incluindo a ascensão de Agostinho Neto como presidente.

3 Esta obra fornece uma análise detalhada sobre Jonas Savimbi, sua liderança na UNITA e seu papel central na política angolana, incluindo o conflito prolongado com o MPLA. Além disso, explora a transformação da UNITA de um movimento militar para um partido político após a morte de Savimbi.

4 Este livro aborda as características distintas das oposições políticas nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), incluindo Angola, Moçambique e Cabo Verde, após a independência. Ele explora as diferentes trajetórias políticas e os desafios enfrentados por esses países durante a transição para sistemas multipartidários ou conflitos armados.



relações com Portugal e outros atores internacionais desempenharam um papel importante na evolução política desses países.

A democratização e a consolidação das oposições políticas nos PALOP's continuam a ser processos em desenvolvimento. A análise desses processos históricos nos permite entender melhor as dinâmicas políticas atuais e oferece insights valiosos sobre os desafios e as oportunidades que essas nações enfrentam em seu caminho em direção à estabilidade política e ao desenvolvimento sustentável.

### **A Evolução das Oposições Políticas: Momentos-Chave e Mudanças**

As oposições políticas desempenham um papel fundamental nas democracias, servindo como contrapeso ao poder incumbente e representando vozes dissidentes na sociedade. Ao longo da história, essas oposições passaram por diversas fases de evolução, enfrentando desafios e adaptando suas estratégias para alcançar seus objetivos. Neste texto, analisaremos a evolução das oposições políticas, destacando momentos-chave e mudanças significativas em suas estratégias e atuações (SANTOS, 1993).

Antes de mergulharmos na evolução das oposições políticas, é importante definir o conceito. A oposição política refere-se a grupos ou partidos que não estão no poder, mas que buscam influenciar políticas, promover suas agendas e, em alguns casos, buscar a alternância no poder. A forma como essas oposições operam pode variar amplamente de acordo com o contexto político e histórico. Nas democracias emergentes do século XIX, as oposições políticas eram frequentemente vistas como ameaças à estabilidade e à ordem social. Nesse período, as oposições eram muitas vezes marginalizadas e reprimidas, tornando difícil a expressão de suas vozes. No entanto, ao longo do tempo, à medida que as democracias se consolidaram, as oposições começaram a desempenhar um papel mais significativo.

O século XX testemunhou o surgimento de partidos políticos de oposição mais organizados. Em muitos países, os sistemas de partido único ou dominante deram lugar a sistemas multipartidários. Isso permitiu que as oposições se organizassem e competissem de maneira mais eficaz nas eleições. Um exemplo notável é o surgimento do Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, que lutou contra a discriminação racial e promoveu a igualdade (ZINN, 2003).

As estratégias das oposições políticas evoluíram ao longo do tempo. No início, a resistência direta e a desobediência civil eram comuns. No entanto, as oposições também aprenderam a tirar proveito das instituições democráticas, como o parlamento, para promover suas agendas. A estratégia de "partido de protesto", que envolve criticar o governo em vez de buscar o poder, também se tornou proeminente (ALMEIDA, 2000).

Nesse contexto, não podemos deixar de abordar o papel da tecnologia, pois a evolução das TDIC's (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) desempenhou um papel significativo na evolução das oposições políticas. A disseminação da internet e das mídias sociais permitiu que grupos de oposição se organizassem e mobilizassem eleitores de maneira eficaz. Campanhas online, petições e protestos virtuais tornaram-se ferramentas comuns nas estratégias de oposição (PEREIRA, 2013).

As TDIC's desempenham, sem dúvida, um papel fundamental na evolução das oposições políticas ao redor do mundo. Em um contexto em que a tecnologia digital se tornou uma parte intrínseca da vida cotidiana, sua influência no cenário político é inegável, tendo a disseminação da internet e das mídias sociais tido um impacto significativo nas estratégias das oposições políticas.

Em primeiro lugar, a internet e as mídias sociais proporcionaram um espaço de comunicação sem precedentes para grupos de oposição. Essas plataformas oferecem um alcance global e a capacidade de se comunicar diretamente com eleitores e simpatizantes. Como resultado, grupos de oposição conseguiram se organizar e mobilizar eleitores de maneira eficaz. As redes sociais, em particular, desempenharam um papel central na disseminação de informações e na construção de movimentos políticos. O exemplo notável da Primavera Árabe, onde as mídias sociais desempenharam um papel fundamental na coordenação de protestos e na divulgação de informações, ilustra vividamente esse ponto.

Além disso, a internet e as mídias sociais ofereceram uma plataforma para a expressão de opiniões políticas e para a criação de campanhas online, petições e protestos virtuais. Isso permitiu que as oposições políticas alcançassem um público mais amplo e, ao mesmo tempo, mobilizassem apoiadores para ações diretas. Campanhas de arrecadação de fundos, por exemplo, podem ser facilmente conduzidas online, permitindo que grupos de oposição financiem suas atividades e alcancem seus objetivos políticos. No entanto, é importante notar que a influência das TDIC's nas oposições políticas também apresenta desafios e dilemas. Por um lado, a disseminação de informações nas mídias sociais pode levar à propagação de notícias falsas e à polarização política, prejudicando o debate democrático. Além disso, os governos e autoridades também podem utilizar tecnologias digitais para monitorar e reprimir opositores, minando a privacidade e a segurança dos ativistas.

A disseminação da internet e das mídias sociais revolucionou a maneira como grupos de oposição se organizam, mobilizam eleitores e promovem suas agendas. Campanhas online, petições e protestos virtuais tornaram-se ferramentas essenciais nas estratégias de oposição, permitindo que vozes dissidentes sejam ouvidas e influenciem o cenário político. No entanto, essa transformação também traz consigo desafios complexos que exigem uma reflexão cuidadosa sobre como equilibrar os benefícios e riscos das TDIC's na esfera política (SILVEIRA, 2010). O impacto

das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) na evolução das oposições políticas, conforme discutido, é um fenômeno que transcende as fronteiras nacionais e se aplica a diversos contextos políticos ao redor do mundo, incluindo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Vamos analisar como esse impacto pode estar relacionado às oposições nos PALOP's.

Assim como em outros lugares, a disseminação da internet e das mídias sociais nos PALOP's possibilitou que grupos de oposição se organizassem e mobilizassem eleitores de maneira mais eficaz. Essas plataformas oferecem um meio de comunicação direta com os cidadãos e a capacidade de divulgar informações e convocar ações de maneira instantânea. Grupos de oposição nos PALOP's também têm usado essas ferramentas para compartilhar informações sobre questões políticas e mobilizar apoiadores para protestos, petições e campanhas online. Assim, entendemos que a internet e as mídias sociais têm o potencial de ampliar significativamente o alcance das mensagens das oposições nos PALOP's. Ao alcançar uma audiência global, esses grupos podem chamar a atenção internacional para questões políticas e direitos humanos em suas respectivas nações. Isso pode pressionar governos e instituições a prestar contas por suas ações e políticas.

Desta forma, entendemos que as TDIC's podem ajudar a aumentar a transparência e a prestação de contas nas instituições governamentais dos PALOP's. A disseminação de informações sobre corrupção, abuso de poder e violações dos direitos humanos através da internet e das mídias sociais pode forçar os governos a enfrentar questões críticas e responder às demandas das oposições e da sociedade civil. No entanto, é importante notar que as TDIC's também apresentam desafios nos PALOP's, como a disseminação de notícias falsas, a censura e a vigilância online. Governos autoritários podem tentar restringir o acesso à internet e às redes sociais para conter a mobilização das oposições.

Em resumo, a influência das TDIC's nas estratégias de oposição política, como destacado anteriormente, tem implicações significativas para os PALOP's. Essas tecnologias têm o potencial de capacitar as oposições, amplificar suas vozes, mas também enfrentam desafios relacionados à liberdade de expressão e à censura. Portanto, a interação entre as TDIC's e as oposições políticas nos PALOP's é um tema relevante e dinâmico que merece uma análise aprofundada e ampliada.

Compreendemos que à medida que as democracias se desenvolvem, as oposições políticas estão evoluindo e desempenhando papéis mais construtivos no processo político. Em vez de apenas criticar, muitas vezes participam ativamente de coalizões governamentais ou contribuem para a formulação de políticas. Esse engajamento construtivo é crucial para a estabilidade democrática e está relacionado a diversos fatores, incluindo o progresso político, as instituições democráticas e o impacto das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) na política.

Nesse sentido, as mídias sociais e a conectividade online têm possibilitado que grupos políticos se organizem e influenciem as políticas de maneira mais eficaz. As TDIC's fornecem às oposições uma plataforma para interagir com o público, mobilizar apoiadores e promover agendas políticas de forma construtiva. Esse conceito de "papel construtivo" reflete a maturidade das democracias, pois as oposições reconhecem a importância de serem agentes ativos e responsáveis no sistema político.

A transição das oposições de críticos para atores mais construtivos é um processo complexo, influenciado pelo contexto político, pelo amadurecimento das instituições democráticas e pela influência das TDIC's. Essa mudança é essencial para garantir a estabilidade democrática, pois promove a colaboração entre diferentes atores políticos, reduz a polarização e cria um ambiente propício ao consenso e à governança eficaz (CARVALHO, 2018).

Dito isso, a participação das oposições na coalizão governamental pode ser vista como um elemento fortalecedor das instituições democráticas, uma vez que promove a responsabilidade e a prestação de contas. Esse tipo de engajamento das oposições na elaboração de políticas públicas pode resultar em decisões mais equilibradas e na representação mais abrangente dos interesses da sociedade. Em resumo, a mudança nas atuações das oposições políticas, indo além da crítica e participando ativamente do processo político, reflete o amadurecimento das democracias. Essa transformação é fundamental para a estabilidade democrática e é corroborada por estudos acadêmicos, como os de Carvalho (2018), que destacam os benefícios desse papel construtivo das oposições para o funcionamento saudável das democracias.

Vários momentos-chave na história testemunharam mudanças significativas nas estratégias e atuações das oposições políticas. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental abriram espaço para o surgimento de novos partidos de oposição e para a consolidação da democracia na região. Essa transição histórica teve implicações significativas também para os PALOP's, uma vez que não apenas impactou a Europa Oriental, mas também influenciou a política global e, indiretamente, as estratégias das oposições políticas em outras regiões.

Segundo Ferreira (2017), os eventos de 1989 na Europa Oriental tiveram um efeito cascata em outras partes do mundo, incluindo a África. O colapso dos regimes comunistas e o surgimento da democracia como uma força dominante no cenário internacional estimularam o ativismo político e a busca por maior participação democrática em muitos países africanos. Isso também teve impacto nos PALOP's, que, em alguns casos, estavam passando por suas próprias lutas por independência e democracia multipartidária. Nesse contexto, os PALOP's testemunharam o surgimento de novos movimentos de oposição e partidos políticos que buscavam influenciar o processo político e as políticas governamentais. Isso pode ser observado, por exemplo, na Guiné-

Bissau, onde após a independência em 1974, houve a formação de diversos partidos políticos, incluindo o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido de Renovação Social (PRS), que representavam diferentes visões políticas e estratégias (MENDY, 2013).

A evolução das oposições políticas é de fato uma parte crucial da história das democracias modernas. Desde enfrentar repressão inicial até adotar estratégias inovadoras, as oposições têm desempenhado um papel fundamental na moldagem da paisagem política e no desenvolvimento das sociedades democráticas. Compreender essa evolução é essencial para uma apreciação completa do funcionamento das democracias contemporâneas e para antecipar os desafios e oportunidades que podem surgir no futuro.

### **Os desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's: restrições legais, práticas autoritárias e obstáculos à participação política.**

Investigar os desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's é crucial para entender a dinâmica política desses países africanos. Nos últimos anos, os PALOP's têm passado por transformações políticas e sociais significativas, com avanços e retrocessos na consolidação da democracia. Para compreender esses desafios, é essencial analisar as restrições legais que muitas vezes limitam a atuação das oposições. Em alguns países, as leis eleitorais podem ser desfavoráveis, dificultando a participação justa e igualitária nas eleições. Além disso, a falta de independência do poder judiciário pode levar a decisões arbitrárias que prejudicam as oposições. Como alertou Guillermo O'Donnell (1999, p.15):

[...] a democracia não é o resultado de nenhum tipo de consenso, ou decisão individual, ou contrato social, ou processo deliberativo. A democracia resulta de uma aposta institucionalizada. O sistema jurídico (incluindo-se, naturalmente, as constituições) confere a cada indivíduo múltiplos direitos e obrigações. Não é uma questão de escolha; ao nascer (e mesmo antes, em vários sentidos) os indivíduos estão imersos em uma trama de direitos e obrigações determinados e respaldados pelo sistema jurídico do Estado-território onde vivem. Somos seres sociais bem antes de tomarmos decisões conscientes, e nas sociedades contemporâneas uma parte importante de nosso ser social é definida e regulada por lei. Este fato também é óbvio e tem importantes consequências. Entretanto, é ignorado pelas teorias contemporâneas da democracia.

As práticas autoritárias representam um grande desafio para as oposições nos PALOP's. Governos que buscam consolidar seu poder frequentemente recorrem à repressão política, limitando a liberdade de expressão, controlando a mídia e reprimindo protestos. Nesse contexto, as oposições enfrentam a difícil tarefa de se fazer ouvir e mobilizar o apoio popular em um ambiente repressivo. Além disso, os obstáculos à participação política, como a falta de acesso a

recursos financeiros e à mídia estatal, podem dificultar ainda mais a atuação das oposições. Em muitos casos, os partidos no poder controlam os recursos do Estado e os utilizam em benefício próprio, criando desigualdades significativas na competição política. Um exemplo importante pode ser observado em Angola, onde o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) manteve seu domínio político por décadas. Durante esse período, foram relatadas práticas autoritárias, restrições à liberdade de imprensa e acesso desigual aos recursos estatais. Como resultado, as oposições enfrentaram dificuldades significativas para competir em pé de igualdade.

Portanto, investigar os desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's exige uma análise aprofundada das restrições legais, práticas autoritárias e obstáculos à participação política presentes nesses países. É um campo complexo e dinâmico, no qual as oposições continuam a lutar por maior espaço político e democracia, mesmo diante de adversidades significativas. Como destacou Nelson Mandela, "a luta é minha vida", e essa perseverança é fundamental para promover a democracia nos PALOP's e em todo o continente africano.

Os PALOP's têm enfrentado um complexo processo de transição democrática desde suas independências nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, esse processo nem sempre tem sido tranquilo ou sem desafios para as oposições políticas. Um dos desafios mais significativos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's são as restrições legais frequentemente impostas pelos governos no poder. Essas restrições podem se manifestar de várias maneiras, desde leis eleitorais desfavoráveis até alterações constitucionais que visam manter o status quo (ALMEIDA, 2013). Um exemplo disso é a situação em Moçambique, onde a legislação eleitoral e constitucional foi alterada para permitir que o partido no poder, a FRELIMO, mantivesse sua posição dominante. A alteração da Constituição em 2018 eliminou a eleição direta de governadores provinciais, que agora são nomeados pelo presidente, minando assim a descentralização do poder e a representação democrática (MACUANE, 2007).

No que diz respeito às práticas autoritárias, estas representam outro conjunto de desafios cruciais para as oposições nos PALOP's. Governos frequentemente recorrem a medidas autoritárias, como censura da mídia, perseguição de ativistas e repressão de protestos, para manter seu controle sobre a esfera política. Em Angola, por exemplo, as autoridades têm sido acusadas de reprimir a dissidência política e de limitar a liberdade de expressão. Em 2020, a polícia dispersou violentamente um protesto pacífico organizado pelo Movimento de Revindicação do Protetorado da Lunda-Tchokwé, demonstrando a disposição das autoridades em usar a força contra opositoristas.

Outro conjunto de desafios diz respeito aos obstáculos práticos à participação política das oposições. Isso inclui acesso desigual aos recursos, como financiamento de campanha, bem como

à mídia estatal e à infraestrutura necessária para alcançar os eleitores. Em Cabo Verde, por exemplo, a distribuição desigual dos recursos e o acesso à mídia podem dificultar a capacidade das oposições de competir eficazmente nas eleições. O partido no poder muitas vezes possui vantagens significativas em termos de recursos e exposição midiática (RODRIGUES, 2014). Caminhando nesse sentido, temos o entendimento, tal como CAROTHERS (2002), que as novas democracias são regimes híbridos que se posicionam em meio à democracia e ao autoritarismo, firmados pela competência das elites em se apropriar cotidianamente dos recursos estatais, mesmo com a existência de uma oposição e instituições democráticas. Desta forma, as elites se apartam da sociedade e se encapsulam no poder.

Investigar os desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos PALOP's revela uma série de restrições e obstáculos significativos. Restrições legais muitas vezes minam a equidade nas eleições, enquanto práticas autoritárias e repressão política representam ameaças à liberdade e à segurança dos opositoristas. Obstáculos práticos, como acesso desigual aos recursos e à mídia, também prejudicam a capacidade das oposições de competir em pé de igualdade.

Para avançar em direção a democracias mais robustas nos PALOP's, é essencial que esses desafios sejam abordados de forma aberta e inclusiva. Os governos, a sociedade civil e a comunidade internacional têm um papel fundamental a desempenhar na promoção de sistemas políticos mais democráticos e justos, onde as oposições políticas possam desempenhar um papel vital na representação dos interesses dos cidadãos e na construção de sociedades mais equitativas e justas.

### **Fortalecendo as Oposições Políticas e a Democracia nos PALOP's: Perspectivas e Recomendações**

Os PALOPs têm enfrentado desafios significativos na consolidação de sistemas políticos democráticos e na promoção da participação política pluralista. Para fortalecer as oposições políticas e a democracia nesses países, é fundamental considerar perspectivas e recomendações abrangentes. Neste ensaio, propomos algumas dessas perspectivas e recomendações, enfocando áreas-chave para impulsionar a democracia nos PALOPs, a saber: Educação Cívica e Política; Reforma Eleitoral e Legislativa; Liberdade de Imprensa e Acesso à Informação; Sociedade Civil Fortalecida; Diálogo Político e Consenso; Apoio Internacional.

Investir em educação cívica e política é essencial para fortalecer a democracia nos PALOPs. Isso inclui programas educacionais que promovam a conscientização sobre os princípios democráticos, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, e a importância do envolvimento político. Como afirmam Thiago Sampaio e Marina Siqueira (2013, p.19): “A promoção da

educação cívica vem sendo tratada como essencial para a consolidação e difusão dos princípios democráticos.”

No campo das reformas eleitorais e legislativas, estas podem contribuir significativamente para a promoção da igualdade e justiça nas eleições. É importante garantir a independência das comissões eleitorais, revisar leis eleitorais para eliminar barreiras injustas e garantir a fiscalização adequada do processo eleitoral. Entendemos que uma legislação eleitoral justa e transparente é um pilar da democracia. Assim, conforme a obra das Nações Unidas intitulada “Direitos Humanos Eleições: Um Manual sobre as Normas Internacionais de Direitos Humanos relativas a Eleições” (2022, p. 58):

O pluralismo político também exige que os partidos sejam capazes de funcionar eficazmente. Para tal, deve existir proteção legal para a sua plena participação e a legislação eleitoral deve prever um financiamento justo e transparente das campanhas políticas (o que pode incluir alguma forma de financiamento público).

O pluralismo político é a ideia de que várias vozes e perspectivas políticas podem coexistir e competir de maneira justa em um sistema democrático. Para que o pluralismo político seja efetivo, é necessário que os partidos políticos possam funcionar de maneira eficaz e que haja igualdade de oportunidades para todos os atores políticos.

Uma das maneiras de garantir isso é por meio da proteção legal dos direitos dos partidos políticos, incluindo seu direito à plena participação no processo político. Além disso, a legislação eleitoral desempenha um papel crucial ao estabelecer regras para o financiamento das campanhas políticas. A transparência e a justiça no financiamento das campanhas são importantes para evitar a influência indevida do dinheiro na política e para garantir que todos os partidos tenham condições iguais de competir. Assim, a possibilidade de financiamento público das campanhas políticas, que é uma abordagem utilizada em muitos sistemas democráticos para reduzir a dependência de financiamento privado e promover a igualdade de oportunidades entre os partidos, é não somente uma possibilidade, mas uma necessidade. Ressaltamos a importância de garantir um ambiente político onde o pluralismo possa florescer, garantindo que todos os partidos tenham voz e oportunidades justas no processo democrático. Isso contribui para a vitalidade e estabilidade de uma democracia saudável.

É preciso, pois, promover a liberdade de imprensa e o acesso à informação, sendo fundamental para um ambiente democrático saudável. Os governos devem garantir que os meios de comunicação sejam livres de censura e restrições, e que os cidadãos tenham acesso a informações precisas e imparciais, como afirmado por Tôrres (2013, p.18). A liberdade de imprensa é um componente essencial da democracia. Esta citada democracia tem vínculo existencial com a sociedade civil, que por sua vez desempenha um papel crucial na promoção da



democracia. Organizações não governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e outros atores da sociedade civil podem pressionar por reformas democráticas, monitorar o governo e envolver os cidadãos. Investir na capacitação e no fortalecimento dessas organizações é de suma importância. Sendo desta forma, vai sendo construído o diálogo político, que é essencial para evitar conflitos e promover a estabilidade democrática. Os líderes políticos devem estar dispostos a buscar consensos e soluções pacíficas para questões controversas (PUTNAM, 2000).

É importante destacar que Putnam é um cientista político renomado e autor do livro "Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community". Nesse livro e em sua pesquisa, ele argumenta que a participação ativa da sociedade civil, por meio de organizações, grupos e redes sociais, desempenha um papel crucial na manutenção e no fortalecimento da democracia. Ele enfatiza que a participação cívica não se limita apenas ao ato de votar, mas também inclui o envolvimento direto das pessoas em organizações da sociedade civil, como grupos de defesa dos direitos humanos, ONGs e associações voluntárias. Argumenta que a participação ativa da sociedade civil ajuda a construir o capital social, fortalecendo os laços interpessoais, a confiança e a coesão social. Além disso, Putnam destaca que a sociedade civil desempenha um papel importante na fiscalização do governo, na pressão por reformas democráticas e na promoção da accountability (responsabilização) dos líderes políticos.

Ao realizarmos esses apontamentos, adentramos ao que se refere de apoio internacional, entendendo, pois, que a comunidade internacional tem um papel crucial a desempenhar no fortalecimento da democracia nos PALOPs. Através de programas de assistência técnica, financiamento eleitoral transparente e observação eleitoral, os parceiros internacionais podem fornecer apoio valioso para garantir a integridade dos processos eleitorais e a construção de instituições democráticas sólidas. Neste sentido, o fortalecimento das oposições políticas e da democracia nos PALOPs é um processo complexo que exige esforços coordenados em várias frentes. Para que a democracia nos PALOPs continue a se desenvolver e a prosperar, os líderes políticos, as instituições governamentais e a sociedade civil devem colaborar de maneira construtiva. Ao adotar essas perspectivas e implementar essas recomendações, os PALOPs podem fortalecer sua trajetória democrática e criar um ambiente político mais inclusivo e justo.

## **PARA NÃO TERMINAR**

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) vivenciaram uma história marcada por lutas pela independência colonial e pela formação de oposições políticas que desempenharam papéis cruciais na construção da democracia. Essas oposições emergiram a partir de movimentos de resistência durante o período colonial, liderando os processos de independência.

No entanto, a independência não garantiu automaticamente a estabilidade política, resultando em desafios distintos em cada PALOP, desde conflitos armados prolongados em Angola e Moçambique até transições mais pacíficas em países como Cabo Verde. É crucial reconhecer que a formação das oposições políticas nos PALOPs foi influenciada por uma variedade de fatores históricos, econômicos e sociais, bem como por relações internacionais. Hoje, a democratização e a consolidação dessas oposições continuam a ser processos em desenvolvimento, fornecendo insights valiosos para compreender os desafios e as oportunidades que essas nações enfrentam em sua busca por estabilidade política e desenvolvimento sustentável.

Percebemos com o nosso estudo que a evolução das oposições políticas ao longo da história reflete não apenas mudanças nas estratégias e atuações dos diversos grupos, mas também a própria evolução das democracias. No século XIX, as oposições eram frequentemente reprimidas e marginalizadas, mas à medida que as democracias se consolidaram, elas passaram a desempenhar papéis mais significativos. O século XX testemunhou o surgimento de partidos de oposição organizados e a transição de sistemas de partido único para sistemas multipartidários em muitos países. Além disso, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) revolucionaram a maneira como as oposições políticas operam, permitindo a organização eficiente, o alcance global e a mobilização de eleitores. No entanto, esse avanço tecnológico também trouxe desafios, como a disseminação de notícias falsas e a censura.

A mudança das oposições de meros críticos para atores mais construtivos nas democracias é um sinal de amadurecimento político e contribui para a estabilidade democrática. A participação das oposições na formulação de políticas públicas e sua colaboração com o governo são indicativos de uma democracia saudável. Portanto, a evolução das oposições políticas é intrinsecamente ligada à evolução das democracias e à influência das TDICs na política. Compreender essa evolução é fundamental para apreciar como as sociedades democráticas funcionam e como enfrentam os desafios do século XXI.

Consideramos que a investigação dos desafios democráticos enfrentados pelas oposições políticas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) é essencial para compreender a complexa dinâmica política nesses países. Os PALOPs têm experimentado transformações políticas e sociais significativas, mas também enfrentam obstáculos substanciais na consolidação da democracia. As restrições legais, como leis eleitorais desfavoráveis e alterações constitucionais, muitas vezes limitam a atuação das oposições e minam a equidade nas eleições. As práticas autoritárias, incluindo a repressão política e a censura da mídia, representam ameaças à liberdade de expressão e à segurança dos opositores. Além disso, os obstáculos práticos, como o acesso desigual aos recursos e à mídia, dificultam ainda mais a capacidade das oposições de competir em igualdade de condições.

Para avançar em direção a democracias mais robustas nos PALOPs, é fundamental que esses desafios sejam enfrentados de maneira aberta e inclusiva. Os governos devem promover a igualdade no processo político, garantindo que as eleições sejam justas e transparentes. A sociedade civil desempenha um papel crucial na defesa dos direitos democráticos e na denúncia de práticas autoritárias. Além disso, a comunidade internacional deve estar atenta e engajada, apoiando esforços para fortalecer as instituições democráticas nos PALOPs.

Em última análise, a superação desses desafios democráticos é essencial para garantir que as oposições políticas possam desempenhar seu papel vital na representação dos interesses dos cidadãos e na construção de sociedades mais equitativas e justas. Como afirmou Nelson Mandela, a luta pela democracia é uma jornada contínua, e é fundamental que todos os envolvidos permaneçam comprometidos com o avanço da democracia nos PALOPs e em toda a África. Assim, a consolidação da democracia nos PALOPs requer uma abordagem abrangente que aborde diversos desafios. Propomos, neste texto, um conjunto de perspectivas e recomendações essenciais para fortalecer as oposições políticas e a democracia nesses países.

Primeiramente, a educação cívica e política é fundamental para conscientizar os cidadãos sobre os princípios democráticos e seus direitos e responsabilidades. Em seguida, reformas eleitorais e legislativas são necessárias para garantir a igualdade e a justiça nas eleições, incluindo a proteção dos direitos dos partidos políticos e a regulamentação transparente do financiamento de campanhas. A liberdade de imprensa e o acesso à informação desempenham um papel crucial na promoção da democracia, garantindo que os meios de comunicação sejam livres de censura e restrições. Além disso, a sociedade civil desempenha um papel vital na fiscalização do governo e na pressão por reformas democráticas, sendo importante investir em seu fortalecimento. O diálogo político e o consenso são essenciais para evitar conflitos e promover a estabilidade democrática, enquanto o apoio internacional, por meio de programas de assistência técnica e observação eleitoral, pode contribuir significativamente para garantir a integridade dos processos eleitorais e o fortalecimento das instituições democráticas. Em última análise, a colaboração construtiva entre líderes políticos, instituições governamentais e sociedade civil é crucial para impulsionar a democracia nos PALOPs, criando um ambiente político mais inclusivo e justo para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André Corrêa d'. **Democracia e governação em Moçambique e em Portugal: os sistemas partidários em análise**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Democracia e Cidadania: Caminhos da Política**. Edusp, São Paulo, 2000.

- ALMEIDA, Renato. **Jonas Savimbi: um perfil político**. Luanda: Edições Novembro, 2018.
- BIRMINGHAM, David. **História de Angola: Da Pré-História ao Início da Guerra Civil**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CAROTHERS, T. **The end of the transition paradigm**. Baltimore. Journal of democracy, vol.13, nº1. 2002.
- CARVALHO, L. M. O papel das oposições políticas na estabilidade democrática. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 25, p. 33-56, 2018.
- CHABAL, Patrick. **A África e os Africanos no Final do Século XX: Entre a Esperança e a Desilusão**. Porto. Edições Afrontamento, 2003.
- FERREIRA, M. A Queda do Muro de Berlim e a Crise do Comunismo na Europa. **Revista Latino-Americana de Estudos sobre Corpo, Cultura e Sociedade**, vol. 01, n. 1, p.123-142, 2017.
- GANGA, João Paulo. Angola: **Da Luta Armada à Construção do Estado (1961-1979)**. Luanda. Edições Pedago, 2019.
- HUMAN RIGHTS WATCH. Angola - O Estado e os Direitos Humanos (2019). In: Human Rights Watch World Report 2019. Disponível em < <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/angola> > Acesso em 20 de setembro de 2023.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. Bloomington. University of Oklahoma Press, 1991.
- MACUANE, José Jaime. A Mudança do Sistema Eleitoral em Moçambique: Processo e Implicações. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 13, p. 61-83, 2007.
- MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral: A Biography. Bloomington. Indiana University Press, 2013.
- MOREIRA, Adriano J. **Angola, Moçambique, Cabo Verde: as Antigas Colónias e a Comunidade Lusófona**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS. Direitos Humanos Eleições: Um Manual sobre as Normas Internacionais de Direitos Humanos relativas a Eleições. Coleção sobre Formação Profissional N.º 2/Rev.1 Guiné-Bissau, 2022, p.58. Disponível em < [https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-09/Human-Rights-and-Elections-Portuguese\\_web.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-09/Human-Rights-and-Elections-Portuguese_web.pdf) > Acessado em 14 de setembro de 2023.
- O'DONNELL, Guillermo. **Teoria democrática e política comparada**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- PEREIRA, Fábio Henrique. **Internet e Democracia: Ensaio sobre as Contradições e Dilemas da Cidadania Política no Espaço Cibercomunicacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. Nova York: Simon & Schuster, 2000.
- RODRIGUES, José Carlos Delgado. O sistema partidário de Cabo Verde: (in)coerências democráticas e sociais. In: CARVALHO, João Augusto (Org.). **Cabo Verde: dinâmicas sociopolíticas e culturais**. Coimbra: Palimage Editores, 2014.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, n. 02, p. 380 – 402, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Papel das Oposições no Sistema Político Brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SILVEIRA, S. A. da. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. São Paulo. **Revista USP**, vol. 86, p. 28-39, 2010.

TÔRRES, Fernanda Carolina. O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão. **Revista de informação legislativa**, v. 50, n. 200, p. 61-80, out./dez. 2013.

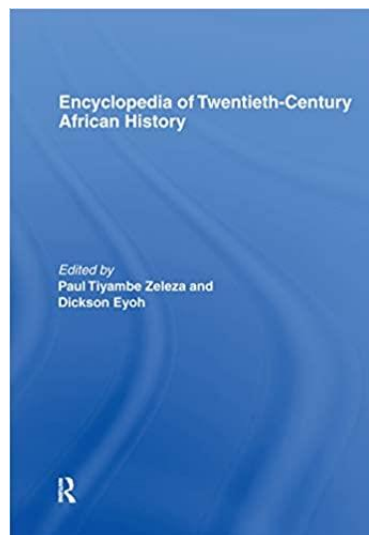
ZINN, Howard. **A História do Povo dos Estados Unidos - Volume II: Da Guerra Civil a 2000**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 11/12/2023

**ZELEZA, Paul Tiyambe; EYOH, Dickson.**  
**Encyclopedia of Twentieth-Century African**  
**History. In: Development of African**  
**Historiography. Routledge, p. 143 – 149, 2015.**  
**<https://doi.org/10.4324/9780203986578>**

---



**Yuri Manuel F. Agostinho**

**DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA  
AFRICANA**

**Yuri Manuel Francisco Agostinho <sup>1</sup>**

Instruído no Malawi, Grã-Bretanha e Canadá, Paul Tiyambi Zeleza é um notável historiador, escritor e estudioso. Tem lecionado em universidades no Malawi, Quênia, Jamaica, Canadá e Estados Unidos. É autor de mais de uma dúzia de livros, dois dos quais conquistaram o Prêmio Noma de 1994 e a Comenda Especial deste, em 1998.

O Prêmio Noma é o maior e mais prestigiado mérito para os livros no continente africano. Dickson Eyoh é um Cientista Político nascido nos Camarões, atualmente ensinando na University of Toronto, Canadá. Instruído nos Camarões, Estados

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - (2016). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil. [yanessanguifada@gmail.com](mailto:yanessanguifada@gmail.com)

Unidos e Canadá, também lecionou na Universidade de York no Canadá e na Universidade de Jos na Nigéria. Zeleza e Eyoh, ao discorrerem sobre o desenvolvimento da historiografia africana, começam por apresentar as origens da escrita da história do continente africano, no qual o foco de estudo dos historiadores foi o Mediterrâneo e o mundo islâmico desde os primórdios das civilizações, uma vez que a região era compartilhada por ambos.

Os historiadores acadêmicos situados no norte de África, além de se interessarem por suas próprias histórias, também escreveram sobre a África ocidental, oriental e a Europa. O primeiro grande desafio foi a história providencial que surgiu no século XIV, pelas mãos de Ibn Khaldun. Segundo Zeleza e Eyoh, Khaldun postulou uma teoria pautada na periodização da história, porém, seu trabalho antecipava uma metodologia histórica moderna, bem como esclarecimentos sobre a história do Magreb, influenciando boa parte das histórias produzidas no século XX neste espaço geográfico do continente.

Contudo, uma série de estudiosos do norte africano escreveram sobre a história e a sociedade do oeste africano. Por outro lado, os estudiosos do oeste africano também produziram suas próprias histórias escritas. Na África oriental, destacam-se as histórias da cronologia Kilwa e a escrita do século XIX em línguas endógenas, como o Hausa e Swahili. Estas línguas se propagaram e as histórias locais foram produzidas. Como exemplo, Zeleza e Eyoh mencionam a Etiópia, um país que possui uma das mais antigas tradições literárias do mundo, e as obras históricas que começaram a ser produzidas por volta do século XIV.

Zeleza e Eyoh também mencionam que a história do continente africano, como processo e disciplina, seria transformada a partir do século XV através da expansão europeia. Esteve nas mãos de muitos escritores europeus que visitavam as regiões costeiras da África, com especial preferência para a África ocidental, que era o eixo do comércio de escravos no Atlântico. Contudo, essas obras não foram escritas com o intuito de serem fontes históricas, uma vez que esses autores estavam interessados em descrever as condições de sua época. Zeleza e Eyoh afirmam que essas obras históricas foram produzidas conscientemente, e muitas assumiram tendências eurocêntricas, com especial foco no comércio de escravos no Atlântico. Esse eurocentrismo foi dinamizado pela filosofia da história de Friedrich Hegel. Este afirmou, categoricamente, que a África não é um continente histórico, ou melhor, não tem história; não mostra mudança e nem desenvolvimento, e que a parte do norte de África que interessava ao mundo não poderia ser considerada parte do continente africano.

Desta forma, nasceu a historiografia imperialista, que iria dar formato e impor características e marcas profundas sobre a historiografia do continente africano no século XIX e parte do XX. Diante deste paradigma, conforme o autor, houve historiografias compensatórias, a exemplo da modernista e a tradicional, que se preocuparam com o Ocidente. Por outro lado, a

historiografia modernista preocupou-se com os intelectuais do norte africano, tanto para os formados na tradição ocidental. Para Zeleza e Eyoh, ambas historiografias procuram explicar as raízes do declínio relativo de suas próprias sociedades. Neste sentido, a partir do início do século XX, a maioria das grandes tradições historiográficas já havia sido estabelecida, nomeadamente a imperialista, nacionalista, tradicional e a dos historiadores islâmicos.

No decorrer do século XX, novas escolas e perspectivas históricas surgiram, principalmente as historiografias marxistas e feministas. Contudo, a África entrou no século XX sob o olhar colonial, uma vez que a historiografia imperialista dominou até a Segunda Guerra Mundial, quando as forças do nacionalismo e da descolonização ganharam força. A historiografia imperialista, ignorando o norte de África como parte da história deste continente, encontrou uma casa auspiciosa na parte sul, especialmente no país sede do regime do Apartheid. O efeito disto foi a divisão entre os ingleses e os africânderes em meio à minoria branca no poder, com expressão na divisão historiográfica entre historiadores ingleses liberais e historiadores africânderes nacionalistas. Esta tendência historiográfica teve início por volta dos anos de 1920, e segundo Zeleza e Eyoh, a historiografia liberal tornou-se dominante nas universidades de língua inglesa na África do Sul, uma vez que o país era visto como dotado de parâmetros multirraciais e culturais. Logo, a sua história foi interpretada com uma série de interações raciais e culturais entre três elementos, nomeadamente: africânderes, africanos e britânicos, no âmbito de uma economia em transformação e modernização.

Zeleza e Eyoh apontam que nesta historiografia, os africânderes se tornaram os vilões eternos por trás do desenvolvimento do apartheid, enquanto os ingleses foram referenciados como iluminados, tirando o papel da capital britânica na construção do capitalismo racial na África do Sul. No que toca aos africanos, foi-lhes atribuído adjetivos que os cunharam como inocentes, e que as lutas empreendidas entre estes e os colonialistas não tiveram destaque nesta historiografia.

Zeleza e Eyoh avançam ao afirmar que a produção do conhecimento histórico não estava restrita ao poder imperial, e, como consequência, o colonialismo e seus projetos eram frequentemente discutidos. Em resumo, a produção do conhecimento histórico sempre esteve na margem, abordando os problemas do próprio sistema imperial, como economia, política e cultura. Nesse sentido, novos debates e perspectivas historiográficas anti-imperialistas foram abertos, juntamente com "histórias tradicionais" de historiadores ocidentais e islâmicos. Zeleza e Eyoh explicam que os Griots não desapareceram, assim como as escolas islâmicas. Muitas crianças que frequentaram as escolas coloniais, mais tarde se tornaram historiadores anti-coloniais.



Após a Segunda Guerra Mundial, a crítica ao sistema imperial se materializou na historiografia nacionalista, cujo desenvolvimento foi um subproduto significativo do movimento de libertação nacional. Para Zeleza e Eyoh, a historiografia nacionalista marcou um ponto de viragem ao contribuir para o avanço ideológico e metodológico sobre a historiografia imperialista. A autonomia proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento da historiografia nacionalista, pois as universidades locais começaram a formar profissionais em história, e os governos, assim como fundações privadas e outras agências, passaram a fornecer financiamento para pesquisa. Esse apoio visava impulsionar e explorar a elite intelectual africana. Como resultado, as instituições acadêmicas começaram a criar revistas científicas e a publicar os resultados das pesquisas realizadas. Esse movimento foi fundamental para fortalecer e consolidar a produção de conhecimento histórico dentro do continente africano, permitindo que as vozes locais fossem ouvidas e que as narrativas históricas africanas fossem desenvolvidas a partir de uma perspectiva interna e autônoma.

Zeleza e Eyoh explicam que foi dessa maneira que surgiram escolas renomadas, como a escola de Dar Es Salaam, que promoveu e popularizou abordagens sobre a dependência, e a de Ibadan, que denunciou as deficiências dos missionários e dos governos coloniais. Segundo os autores, os historiadores passaram a explorar uma variedade de temas, como o comércio de longa distância, migrações, disseminação de religiões, críticas às políticas coloniais, ascensão e queda de estados e impérios da África antiga, bem como o crescimento do nacionalismo. Por meio desse processo, contribuíram para a transformação da identidade de estados frágeis em uma identidade histórica, promovendo a continuidade da história nacional e sua inserção na memória coletiva. Assim, a historiografia nacionalista fornecia uma ideologia de legitimação para os nacionalistas africanos e para os novos estados, que se identificavam com essa abordagem histórica. Essa perspectiva nacionalista foi influenciada pela escrita histórica europeia e norte-americana, que incorporou a história do continente africano aos currículos universitários, além de ter impulsionado a proliferação de centros de Estudos Africanos especializados.

A metodologia da historiografia nacionalista, de acordo com Zeleza, abriu caminho para novos paradigmas, permitindo a adoção de novos métodos de coleta de dados. As tradições orais, a linguística histórica e a antropologia histórica foram incorporadas às fontes escritas e arqueológicas como áreas válidas para a pesquisa histórica.

Contudo, a partir de 1970, conforme confirmado por Zeleza e Eyoh, a escola nacionalista começou a enfrentar desafios, com críticos argumentando que essa corrente estava centrada nas vozes das classes dominantes, em vez de considerar os pontos de vista das massas. Também foram acusados de glorificar heróis culturais e validar os mitos da ausência de classes nas sociedades africanas, questões que eram propagadas pelas elites para mascarar e legitimar seus

interesses privilegiados. Nesse contexto, a escola nacionalista foi criticada por estar mais preocupada em destacar as realizações da África, especialmente políticas organizadas, monarquias e cidades.

As críticas à historiografia nacionalista coincidiram com um crescente desencanto em relação aos resultados limitados das independências, especialmente em termos de desenvolvimento, democracia e autodeterminação, bem como com a redução da dependência externa. Foi nesse contexto que o marxismo ganhou cada vez mais popularidade e influência como um paradigma válido para as Ciências Sociais. Segundo Zeleza e Eyoh, a historiografia marxista se manifestou em várias formações teóricas e nacionais. Embora houvesse uma variedade de marxismos e marxistas, os estudiosos tentaram adaptar suas concepções da produção na África à pressupostos lineares. Quando essas tentativas falharam, eles desenvolveram seus próprios modelos de produção, muitas vezes ligando a África à Europa através de articulações dos modos de produção. Muitos desses trabalhos foram enriquecedores e esclarecedores, abordando questões como trabalho e trabalhadores, agricultura e camponeses, bem como as estruturas de incorporação da África na economia mundial, como as teorias Changing.

No entanto, o ápice da revolução historiográfica africana, de acordo com Zeleza e Eyoh, foi a publicação de dois compêndios rivais, cada um composto por oito volumes: "A História Geral da África", da UNESCO, e "História da África", de Cambridge. Como citado por Zeleza e Eyoh, Vansina (1993, p. 350) descreve o compêndio da História Geral da África como "o mais impressionante empreendimento único do século XX" no campo da pesquisa histórica. Isso se deve não apenas ao seu tamanho e complexidade, mas também à diversidade dos autores envolvidos, representando diferentes nacionalidades e escolas de pensamento acadêmico.

Quanto à "História da África" de Cambridge, foi lançada pouco depois da "História Geral da África" da UNESCO e concluída em 1993. Há especulações de que a "História da África" de Cambridge buscou antecipar-se à obra da UNESCO. No entanto, ao contrário da "História Geral da África" da UNESCO, que contou com a participação de historiadores africanos em sua edição, a "História da África" de Cambridge foi dominada por historiadores britânicos.

Por fim, Zeleza e Eyoh destacam as conquistas significativas dos dois compêndios, mas apontam lacunas profundas em ambos, como a escassa cobertura dada à história das mulheres. Somente a partir de 1980 houve uma explosão de histórias com perspectiva feminista. Outro aspecto observado por Zeleza e Eyoh diz respeito às questões que marcaram as décadas de 1980 e 1990, período caracterizado pelo surgimento de novas abordagens e temas, como a história ambiental e outros mais controversos, como o pós-estruturalismo, pós-modernismo e pós-colonialismo. Essas abordagens compartilham uma desconfiança das metanarrativas de nação,

classe, gênero e dicotomias modernistas. Os pesquisadores que trabalharam com esses temas deram ênfase às questões de hibridismo, contingência, descentralização, ambivalência e à centralidade do discurso na experiência histórica.

O percurso traçado por Zeleza e Eyoh demonstra que o desenvolvimento da historiografia africana não se concentrou apenas em um assunto específico. Os contextos políticos de cada período influenciaram de alguma forma como os diferentes momentos foram interpretados por aqueles que se empenharam em registrar eventos que hoje consideramos documentos, permitindo-nos vislumbrar o passado do continente africano.

As interpretações sobre o continente e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma historiografia, surgem de reações e experiências que carregam significados e resultados do que foi possível compreender sobre os processos históricos. Ler sobre o desenvolvimento da historiografia africana em Zeleza e Eyoh é fundamental para quem deseja conhecer o processo de escrita da história sobre o continente africano. Além disso, o desenvolvimento da historiografia africana é um tema essencial para aqueles que estão iniciando seus estudos sobre o continente africano como um espaço moldado e configurado ao longo de séculos de interações, tanto de continuidade quanto de descontinuidade.

Recebido em: 22/03/2023

Aprovado em: 28/09/2023